FATIMA MARTIN RODRIGUES FERREIRA ANTUNES

FUTEBOL DE FÁBRICA EM SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado em
Sociologia apresentada ao
Departamento de Sociologia
da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo.

Orientadora:
Profa. Dra. Heloísa Rodrigues Fernandes

São Paulo

1992

A Leo e Luís Augusto.
E a meu pai, que me
ensinou a gostar do
futebol.

"Definitivamente, o estado das fontes encoraja muito pouco o pesquisador no caminho de uma história social do futebol. Mas a falta de uma situação favorável não deve conduzir à renúncia." (Alfred Wahl. *Le footballeur français: de l'amateurisme au salariat.*)

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho contou com a orientação dedicada e segura da Profa. Heloísa Fernandes. Agradeço seu apoio e a confiança que depositou no desenvolvimento de um tema "pouco comum".

Elisabeth Souza Lobo e Maria Célia Paoli deram contribuições decisivas à concretização do trabalho durante o exame de qualificação. À Profa. Elisabeth, que acompanhou vários momentos deste estudo, minha gratidão e admiração especiais.

Agradeço a atenção e a disponibilidade de antigos sócios, diretores e jogadores dos clubes estudados, Srs. Benedito Souza, Daniel De Sordi, Francisco Beranger, Gilberto Paioli, Nelson Widonski, Paulo Eleutério, Renato Américo Latorre, Severino dos Santos e Waldomiro Alexandre De Gerone.

Agradeço a simpatia e a presteza dos funcionários da Divisão de Retenção e Recuperação de Documentos e Microfilmagem da Eletropaulo, em especial, ao Sr. Durval Ferreira, e aos funcionários do Departamento de Patrimônio Histórico dessa mesma empresa, Adelina, Paulo Arruda, Neto, Dirce e Maria Lúcia. Das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, meus agradecimentos aos Srs. Ronaldo, Júlio, André e Arnóbio; da Agro-Industrial Amália S.A., Dr. Guido Maranca, Srs. Borges, Custódio, Fausto e João Marques; do Clube Atlético Votorantim, Sr. Jurandir Correia.

Agradeço aos professores e funcionários do Departamento de Sociologia e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram com indicações de leituras, sugestões, localização de informantes, etc. Agradeço o incentivo e o apoio recebidos de Zeila de Brito Fabri Demartini e dos colegas do Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida e a Augusta Rosa Queiroz Marchesan pela cuidadosa digitação dos originais.

ÍNDICE

Introdução.....7

Capítulo I

O futebol conquista São Paulo e a classe operária.....12

I.1 Primórdios do futebol em São Paulo:
um esporte reservado às elites.....13

I.2 A Várzea

I.2.1 Uma via de democratização do futebol.....22

I.2.2 Da várzea ao profissionalismo.....24

I.3 A Fábrica

I.3.1 Outra via de democratização do futebol.....30

I.3.2 Os empresários e o futebol de fábrica:
os limites da democratização.....38

I.3.3 Tendências do movimento operário e o futebol.....42

I.3.4 Da fábrica ao profissionalismo.....50

Capítulo II

Clubes de futebol na Light & Power

II.1 Breve histórico.....57

II.2 Sociedade Esportiva Linhas e Cabos.....61

II.3 Associação Atlética Light & Power

II.3.1 Histórico e organização.....69

II.3.2 AAL&P: clube de fábrica ou clube de elite?.....75
II.3.3 A AAL&P e o futebol: amadorismo *versus*
profissionalismo.....81

II.4 Sociedade Esportiva e Cultural dos Empregados da Light....87

II.5 Light: apoio restrito aos clubes de funcionários....91

Capítulo III

Associação Atlética Matarazzo

III.1 Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo: histórico....95

III.2 Associação Atlética Matarazzo: organização e disciplina....100

III.3 Futebol: profissionalismo e conflitos....110

Capítulo IV

Associação Amália de Desportos Atléticos

IV.1 Histórico, organização e disciplina....132

IV.2 Futebol e conflitos....149

IV.3 Associação Amália: a opção pelo profissionalismo....156

Capítulo V

Savóia Team e Clube Atlético Votorantim

V.1 Votorantim: a fábrica e o clube....172

V.2 Do amadorismo ao profissionalismo....179

Considerações finais....183

Referências bibliográficas....187

INTRODUÇÃO

O futebol é, hoje, um fenômeno social universal. Basta lembrar que a Fedération Internationale de Football Association (FIFA) congrega maior número de países do que a Organização das Nações Unidas (ONU)[1]. Mas, paradoxalmente, pouco interesse tem sido devotado ao seu estudo, principalmente por parte dos sociólogos.

Em países como a Inglaterra e a França, o futebol já mereceu a constituição de um respeitado campo de estudos, conquistado graças à persistência e dedicação de muitos pesquisadores. Atualmente, problemas como a violência nos estádios, provocada pelos *hooligans* – grupos organizados de torcedores que espalham tumulto e pânico durante partidas de futebol –, são objeto da atenção de cientistas sociais europeus.

No Brasil, existem alguns trabalhos sérios sobre a importância e o papel do futebol no país. Trata-se, no entanto, de tentativas isoladas, que não convergiram para o estabelecimento de um espaço de discussão e reflexão organizado e sólido.

O menosprezo pelo estudo do futebol e do esporte de modo geral parece ter sido a regra seguida pela maior parte dos sociólogos brasileiros. Durante muito tempo, eles se ocuparam de assuntos "sérios", relacionados à economia e à política, negligenciando ou não sabendo como lidar

com o lúdico e com aspectos cotidianos da vida, que, do seu ponto de vista, não seriam temas nobres. Há, ainda, outro motivo que ajudou a relegar a um segundo plano os trabalhos sobre o futebol. Os intelectuais brasileiros parecem ter se deixado contaminar pelo preconceito que anarquistas e comunistas nutriram pelo futebol entre as décadas de 20 e 30, quando o taxavam de "poderoso ópio do povo". Esse preconceito atingiu o ponto máximo por ocasião da conquista do tricampeonato mundial de futebol pelo Brasil em 1970, em plena vigência do regime ditatorial do General Médici[2].

Introduzido em São Paulo no final do século XIX, o futebol era cultivado apenas pela classe dominante e pela colônia inglesa. Lentamente, o jogo foi perdendo esse caráter exclusivo e sua prática se democratizou. Os campos de várzea e os terrenos baldios foram se transformando em campos de futebol. A cidade assistiu a um pulular de novos clubes e times, que disputavam o uso desses campos. A "febre" pelo futebol fez com que trabalhadores começassem a se organizar e a criar seus clubes no próprio local de trabalho, batizando-os com o nome da fábrica e conquistando o apoio dos patrões.

Na década de 1920, o futebol já se constituíra em fenômeno social de importância; comprova-o o grande número de pessoas envolvidas direta ou indiretamente em sua prática: jogadores, torcedores, dirigentes de clubes, treinadores, jornalistas e muitos outros. As somas utilizadas na remuneração de jogadores, os diferentes interesses em jogo e, sobretudo, o significado

---

[1] Cf. Ronaldo Helal. *O que é sociologia do esporte*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pág. 11.
[2] Esse tipo de abordagem pode ser encontrado, por exemplo, em *Futebol: ideologia do poder*, de Roberto Ramos, onde o esporte é analisado como um aparelho ideológico do Estado.

cultural que o futebol adquiria também podem ser citados como indicadores de sua relevância social. O futebol se integrava à sociedade e, ao mesmo tempo, passava a refleti-la. Como, então, voltar as costas a essa complexa rede de relações?

Acreditamos que a análise do desenvolvimento do futebol deva levar em conta sua difusão por grupos socialmente diferenciados e, portanto, potencialmente conflitantes. A democratização do futebol implicou o surgimento de interesses diversos, os quais, conscientes ou não, determinaram transformações na prática esportiva.

O futebol de várzea, das ruas e dos terrenos baldios, imprimiu maior maleabilidade ao estilo de jogo importado da Inglaterra e ainda praticado pelos clubes da elite paulistana. Com o tempo, a várzea passou a formar os jogadores que viriam a integrar esses mesmos clubes, então convertidos ao profissionalismo.

O futebol de fábrica, reunindo colegas de trabalho em clubes vinculados às empresas cujos nomes adotavam, também assumiu características próprias. Esses clubes eram criados por iniciativa dos operários, com o objetivo de proporcionar a prática desportiva enquanto passatempo. Mas, aos poucos, outros interesses cercaram suas atividades.

Os empresários descobriram o potencial do futebol de fábrica. Ele permitia a manutenção de certo grau de controle e de disciplina sobre o tempo livre dos trabalhadores. Mas, acima de tudo, o clube passou a funcionar como vitrine da empresa. Além da publicidade de seus produtos, a

empresa veiculava uma imagem positiva através do futebol, de uma instituição preocupada com o fortalecimento físico e o divertimento de seus trabalhadores. No entanto, para alcançar bons resultados nos campeonatos que então se organizavam e melhorar cada vez mais essa imagem de empresa vencedora, seria preciso investir no time. Com isso, a atividade lúdica foi sendo substituída pela atividade profissional.

Para os trabalhadores, o futebol praticado no clube da fábrica deixou de significar apenas passatempo acessível e barato. Seu desempenho como jogadores podia favorecer sua mobilidade no interior da própria fábrica, promovendo-os a funções mais leves ou mais bem remuneradas. A dedicação ao futebol também poderia facilitar a admissão de operários-jogadores àquelas empresas que mantinham seus clubes. Desse modo, abriu-se um campo de mobilidade social, ainda que restrito, aos trabalhadores que jogavam futebol e que poderiam desenvolvê-lo como atividade profissional paralela ao emprego na fábrica. Definia-se, assim, a prática de um profissionalismo operário extremamente competitivo. Para alguns trabalhadores, inclusive, sua atuação como futebolistas representou a possibilidade de ascensão social, ao se transformarem exclusivamente em jogadores profissionais e abandonarem a condição de operários.

Com base nessas proposições, procuramos estudar a organização e os desdobramentos da prática esportiva em clubes de futebol criados por trabalhadores de três grandes empresas bastante representativas do processo de industrialização do estado de São Paulo. As empresas selecionadas dedicavam-se a diferentes ramos industriais e tipos de serviços: a The São Paulo Tramway, Light & Power Co., hoje Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A, as Indústrias Reunidas Francisco

Matarazzo e as Indústrias Votorantim. O período delimitado para a análise é amplo: estende-se do final do século passado, quando o futebol foi introduzido em São Paulo, até meados de nosso século, época em que esses clubes entraram em declínio.

Consideramos as especificidades constitutivas de cada um dos clubes em questão, bem como seus pontos em comum, a fim de identificarmos as características que melhor definissem este tipo de associação. Observamos sua estrutura e organização internas, os motivos de sua fundação e possível extinção. Buscamos, ainda, situá-los nas empresas às quais estavam vinculados, atentando para os seguintes aspectos: o número de sócios neles reunidos e seu peso em relação ao quadro geral de empregados, as disputas entre clubes de diferentes seções, os campeonatos internos e externos e, sobretudo, a qualidade de seu relacionamento com a administração das empresas. Para tanto, consultamos a documentação existente nos arquivos dos clubes (cartas, memorandos, circulares, relatórios, etc.)[3] e realizamos entrevistas com alguns de seus antigos diretores, jogadores e sócios.

---

[3] Com exceção do excelente acervo da Eletropaulo, os arquivos dos clubes foram encontrados em condições pouco animadoras.

Os arquivos do Clube Atlético Votorantim, da cidade de Votorantim, foram totalmente destruídos por uma enchente em sua sede social, ocorrida em fevereiro de 1982. Neste caso, tivemos de recorrer apenas aos depoimentos de antigos associados. Da Associação Atlética Matarazzo, conservaram-se os livros de atas da Diretoria, das Assembléias Gerais e do Conselho Deliberativo. As inúmeras mudanças de sua sede social ao longo dos anos depauperaram seu acervo. Já os documentos relativos à Associação Amália de Desportos Atléticos, também do Grupo Matarazzo, embora numerosos, estavam em estado de total abandono, mal conservados e desorganizados.

Superada a surpresa inicial provocada pela presença de uma pesquisadora num espaço masculino por excelência e pelo seu inusitado interesse no assunto, o acesso à documentação disponível se dava sem maiores problemas, seguido, em geral, de certo constrangimento e de pedidos de escusas pela má conservação dos mesmos. Contudo, durante visita à Fazenda Amália, em Santa Rosa de Viterbo (município situado a 298 km de São Paulo, na região de Ribeirão Preto), sentimo-nos alvo da curiosidade dos trabalhadores, bem como da vigilância da administração da empresa e da diretoria do clube. Aqui, uma figura feminina parecia tão deslocada, que despertava suspeitas. O mesmo fator se fez sentir em nossas incursões à Federação Paulista de Futebol.

Quanto aos entrevistados, ultrapassada a reação inicial, demonstraram sentir-se distinguidos pelo nosso interesse num aspecto que reputavam importante em suas vidas.

Capítulo I

O FUTEBOL CONQUISTA SÃO PAULO E A CLASSE OPERÁRIA

O futebol, tal como o conhecemos hoje, teve suas regras padronizadas em meados do século XIX na Inglaterra, em colégios freqüentados por jovens oriundos das camadas sociais mais favorecidas, a partir de um jogo de origem popular chamado *hurling over goals*. Ao se apropriar de uma prática de longa tradição popular, a elite inglesa lhe atribuiu novos significados. O jogo se transformou em prática desinteressada, diletante e exclusiva de uma determinada classe social. Mas, devido à sua característica coletiva, o jogo parecia destinado a logo se democratizar. Em pouco tempo, o futebol se transformou em parte integrante da cultura operária. Anos depois, oficialmente a partir de 1885, o futebol passou a ser praticado por alguns clubes como atividade profissional.

Da mesma forma, foi enquanto atividade distintiva da elite social que o futebol chegou ao Brasil. Mais tarde, como acontecera na Inglaterra, o esporte passou por um processo de democratização, que, como veremos, foi acompanhado por inúmeros conflitos relativos ao universo do futebol. Por um lado, a elite tentava resguardar o privilégio de praticá-lo, fundamentalmente, enquanto atividade de lazer. Por outro lado, os trabalhadores já haviam adotado o futebol como um novo valor cultural. Nesse processo, o futebol deixou de se restringir a uma mera modalidade de diversão e adquiriu novos significados. Despontava, entre outras coisas, como uma opção profissional, acenando com a expectativa de ascensão social.

I. 1 Primórdios do futebol em São Paulo: um esporte reservado às elites

Tem-se notícia da existência de vários jogos com bola que divertiram os homens desde a pré-história em diferentes partes do mundo. Em certos casos, estes jogos sofreram influências diversas, devido, principalmente, ao domínio de um povo sobre outro e à inevitável mescla de culturas. Assim, é possível identificar traços comuns entre jogos praticados em diferentes épocas e países. Alguns deles lembram, em muito, o atual futebol.

Na antiga Grécia, praticava-se o *harpaston*. O objetivo do jogo era fazer uma bola de couro, repleta de crina animal, transpor um espaço delimitado por duas estacas de alguns palmos de altura, unidas por um cordão de seda. Após a conquista romana, o jogo foi latinizado para *harpastum* e plenamente incorporado pelo exército como forma de treinamento militar, devido, sobretudo, "à violência das jogadas e ao espírito de combatividade" (BORSARI, 1989:11).

Por volta de 1500, registrou-se, em Florença, a prática de um jogo muito parecido com o futebol. Duas equipes, compostas por 27 integrantes cada, se enfrentavam de acordo com uma tática guerreira. Os jogadores se distribuíam pelo campo de jogo - uma praça pública - da seguinte maneira: 15 "corredores" com funções de atacantes; 5 "sacadores", que guarneciam o meio de campo; e 7 "defensores" da meta, sendo 4 mais avançados e 3 mais recuados. Esse jogo era conhecido como *calcio*, nome ainda hoje utilizado na Itália para designar o futebol (BORSARI, 1989:11).

No mesmo período, os ingleses praticavam um jogo semelhante ao *calcio*, o *hurling over goals*, derivado de uma antiga disputa brutal entre dois povoados – o *hurling over country* –, cujo vencedor seria aquele que conseguisse levar a bola até o centro do povoado adversário. A violência característica do jogo obrigou as autoridades inglesas a impor certas restrições, que, aos poucos, delimitaram a ação dos jogadores e deram origem a um novo código. No início do século XIX, colégios e universidades freqüentados pela aristocracia e pela alta burguesia adotaram o jogo como atividade curricular. Separado das ocasiões às quais esse jogo de raízes populares estava associado, destituído de suas "funções sociais", ele ganhou novo significado: passou a ter um fim em si mesmo. Para BOURDIEU (1983:139), essa transformação só poderia ter ocorrido no interior dos colégios e universidades, uma vez que...

> (...) A escola é o lugar por excelência do exercício chamado gratuito e onde se adquire uma disposição distante e neutralizante em relação ao mundo social, a mesma que está implícita na relação burguesa com a arte, a linguagem e o corpo: a ginástica faz um uso do corpo que, como o uso escolar da linguagem, é ele mesmo o seu fim. O que é adquirido na e pela experiência escolar, espécie de retiro do mundo e da prática, do qual os grandes internatos das escolas de 'elite' representam a forma acabada, é a inclinação à atividade para nada, dimensão fundamental do ethos das 'elites' burguesas que sempre se vangloriam do desinteresse e se definem pela distância eletiva — afirmada na arte e no esporte — em relação aos interesses materiais. O *fair play* é a maneira de jogar a ponto de esquecer que é um jogo, dos que sabem manter a 'distância em relação ao papel', como diz Goffman, implícita em todos os papéis prometidos aos futuros dirigentes.

O *hurling over goals* passou a ser chamado *dribling game*; foi exaltado como uma escola do caráter, da coragem, da determinação e da vontade de vencer, traço dos verdadeiros líderes, mas também escola da atenção, da disciplina, do espírito de grupo, em suma, da obediência às leis. Com

a introdução de algumas modificações nas regras, acabou se desdobrando em jogos diferentes: o *football*, jogado exclusivamente com os pés, e o *rugby*, onde o uso das mãos no toque da bola também era permitido (BORSARI,1989:12).

Seis colégios praticavam o *football* — Westminster, Harrow, Eton, Charterhouse, Rugby e Winchester —, porém com grande variedade de normas, o que impossibilitava a realização de um campeonato entre eles, como o que se desejou organizar em 1863. Neste ano, procedeu-se, então, à primeira padronização das regras do *football* (VÁRZEA, 1955a:139), que seriam revistas em 1875 e que ainda se conservam, em linhas gerais, praticamente inalteradas.

Dessa forma, quando Charles Miller, reconhecido como o primeiro divulgador do jogo no Brasil, voltou de seus estudos na Inglaterra em 1894, o futebol já era um esporte consolidado. Ele havia perdido seu caráter predominantemente universitário e burguês, e vinha conquistando adeptos por toda a Europa, bem como entre os países com os quais a Inglaterra mantinha relações comerciais. O futebol adquiria contornos de um esporte urbano, bem sucedido em países industrializados ou em processo de industrialização.

Apesar de Miller ser apontado por diversos autores como o verdadeiro divulgador do futebol no Brasil, por sua atividade quase catequética, há registros que comprovam a prática do jogo no país em períodos anteriores a 1894.

MÉRCIO (1985:16) se refere a colégios jesuítas do Rio Grande do Sul e maristas do Rio de Janeiro, onde o futebol era parte integrante dos exercícios físicos, já em 1886.

VÁRZEA (1955a:144) menciona outros estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro e de São Paulo que, desde 1891, adotavam o futebol como atividade curricular, como os colégios Abílio, Pedro II, Delamare, Grambery, Aquino, Paula Freitas, Alfredo Gomes, Anglo-Brasileiro, Arquidiocesano e Diocesanos. Segundo ele, o incentivo se devia a jovens que retornavam dos estudos na Europa e que concebiam o futebol como forma modelar de lazer.

RODRIGUES FILHO (1964:33), por sua vez, destaca a participação de muitos padres na difusão do futebol no Brasil, na última década do século XIX. Este foi o caso, por exemplo, dos padres do Colégio São Vicente de Paula, da cidade de Petrópolis, que, em 1896, já se valiam do futebol para, entre outras coisas, solucionar problemas disciplinares:

> A "Peluda" (como era chamada uma bola de couro cru mal curtido, confeccionada no próprio colégio pelo padre Manuel González) resolveu todos os problemas da hora do recreio. Inclusive o mais sério: o dos grupinhos do pátio, o das conversas dos alunos, os padres fora da conversa, não ouvindo nada. Um padre se aproximava, acabava a conversa.
>
> Jogando futebol ninguém podia conversar. Por isso, na hora do recreio, de tarde, depois das aulas, os alunos tinham de jogar futebol, formando times de trinta, quarenta jogadores, os padres no meio deles, de batinas arregaçadas, dando os seus pontapés, recebendo as suas caneladas.

O jogo fez tanto sucesso entre os colegiais brasileiros que muitos deles passaram a integrar as equipes dos clubes da época, que estavam sempre à procura de mais jogadores. RODRIGUES FILHO (1964:34) afirma que, nos primeiros tempos do futebol no Rio de Janeiro, a escassez de

jogadores era tamanha, que a liga de futebol permitia que estes jogassem duas vezes no mesmo dia em times diferentes. Mas, aos poucos, esse expediente pôde ser abandonado:

> Todos os anos, levas e mais levas de jogadores, vindos dos colégios, se encaminhavam para os clubes. Os clubes cada vez precisando menos de catar jogadores. Podendo formar os seus times. Alguns se dando ao luxo de ter mais de dois times.

Também FERNANDO DE AZEVEDO (1953:293) registra o grande entusiasmo dos colegiais pelo futebol naquele período, bem como a dispersão social do esporte que viria logo em seguida; mas, sobretudo, enfatiza sua "função educativa":

> A mocidade parece que teve a intuição de ser esse esporte "o mais completo do ponto de vista social educativo e psicodinâmico" e o recebeu, como se por ele, havia muito tempo, estivesse de braços e corações abertos...

Natural de São Paulo, Miller era filho de um engenheiro ferroviário escocês que trabalhara na São Paulo Railway, via de escoamento da produção de café do interior do estado ao porto de Santos (VÁRZEA, 1955b:213). Como outros jovens descendentes das elites brasileiras e também de origem inglesa, Miller fizera seus estudos na Inglaterra e, no colégio, travara contato com o futebol. Fez parte do time da Bannister Court School e, mais tarde, integrou também a equipe do Southampton Football Club. De volta ao Brasil, Miller ficou surpreso ao perceber que o futebol era praticamente desconhecido pelos brasileiros, apesar da forte presença britânica no Brasil, com suas indústrias, empresas de comércio e serviços. A colônia inglesa radicada em São Paulo conhecia o

futebol, mas estava tão apegada ao *cricket*[4], cultivado entre os sócios do São Paulo Athletic Club, que não dava atenção ao novo esporte. Assim, Charles Miller, jogador de extrema habilidade técnica da equipe principal de um clube inglês, não tinha com quem jogar no Brasil. Aqui, eram totalmente inúteis as duas bolas de couro, a bomba-de-mão, o enfiador, além das chuteiras e dos uniformes do Southampton e da Bannister que trouxera consigo. Miller não encontrou lugar apropriado para o jogo, tampouco companheiros para a organização de uma partida.

A partir de então, Charles Miller empreendeu uma verdadeira conversão dos ingleses aqui radicados ao futebol, ensinando-lhes técnicas e táticas do jogo. A primeira partida de futebol propriamente dita disputada no Brasil só ocorreu no ano seguinte ao do retorno de Miller, em 1895, no grande descampado da Várzea do Carmo, pasto dos burros puxadores de bondes (VÁRZEA, 1955a:154). É provável que cada uma das equipes, representando a Gas Company e a São Paulo Railway, contasse com seis ou oito jogadores, sem chuteiras e uniformes apropriados, artigos ainda inexistentes no Brasil. Mais dois treinos foram realizados no mesmo local, até que o primeiro campo de futebol da cidade fosse instalado na Chácara Dulley, no bairro do Bom Retiro, onde o São Paulo Athletic Club jogava *cricket*. Desses jogos nasceu a equipe oficial do São Paulo Athletic, comandada por Miller.

Imitando os ingleses, os alunos do Mackenzie College fundaram a Associação Atlética Mackenzie College em 1898, cujos integrantes eram, basicamente, jovens brasileiros descendentes

[4] De origem inglesa, o *cricket* é disputado entre duas equipes de onze jogadores, cujo objetivo é levar uma bola, tocada por uma espécie de raquete ou taco de madeira, à meta adversária, demarcada por estacas cravadas no chão. Bastante difundido na Inglaterra e em suas antigas colônias, o jogo não obteve sucesso em outros países. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Ed.Enciclopédia, 1960, Vol.VIII, pág.37.

da elite paulista. Lentamente, o futebol conquistava simpatizantes não apenas entre os técnicos e funcionários das companhias inglesas, como também entre os brasileiros das camadas mais elevadas.

Surgiram novos clubes. Em 1899, foram criados o Sport Club Internacional, assim chamado devido à variedade de nacionalidades de seus associados: brasileiros, alemães, ingleses, portugueses e espanhóis; e o Sport Club Germânia, dirigido por Hans Nobiling, um hamburguês que viria a desempenhar papel importante na difusão do futebol no Brasil. Em 1900, foi a vez do Clube Atlético Paulistano, cuja diretoria era formada por "paulistas de 400 anos" e por fazendeiros, a chamada aristocracia do café. E assim, muitos outros viriam depois.

Essas agremiações sentiram necessidade de uma Liga Paulista de Futebol, que regulasse as relações entre os clubes existentes e organizasse campeonatos. A fundação desse órgão ocorreu em 14 de dezembro de 1901.

Nos primórdios do futebol em São Paulo, além dos ingleses, apenas as camadas sociais superiores tinham condições de praticá-lo. O futebol era um esporte caro, já que todo o material necessário à sua prática (uniformes, chuteiras, caneleiras, bolas, etc.) era importado das melhores lojas inglesas. Assim sendo, ele pôde conservar, durante certo período, o caráter elitista e amador de sua prática. A platéia dos primeiros espetáculos também era "seleta". Jornais da época mencionam a afluência aos campos de futebol de homens vestindo terno e gravata, senhoras elegantes, moças e rapazes de "boas famílias", que iam torcer por seus filhos, irmãos, primos, amigos.

Mas não foi somente entre a elite paulista que o futebol ganhou adeptos. Também entre as camadas menos favorecidas da população, principalmente entre operários, o futebol, lentamente, foi se tornando conhecido e fazendo sucesso. Os primeiros treinos dos ingleses na Chácara Dulley provocaram a curiosidade popular:

> (...) esses ensaios privados dos britânicos valeram de muito, embora não pareça. Serviram para que a cidade ficasse sabendo que "lá pelos lados da Luz, do Bom Retiro, um grupo de ingleses, maníacos como eles só, se punha, de vez em quando, a dar pontapés numa coisa parecida com bexiga de boi, dando-lhe grande satisfação e pesar, quando essa espécie de bexiga amarelada entrava por um retângulo formado de paus." (Carta enviada de São Paulo para o Rio, a 16 de agosto de 1896, pelo jornalista Celso de Araújo, ao jornalista Alcindo Guanabara). Citado por NEIVA (1955:33).

Cada vez mais, as pessoas queriam saber o que os ingleses faziam no Bom Retiro, como se jogava aquilo. E da curiosidade nasceu o interesse e as primeiras tentativas:

> Dentro em pouco, pelos "lados da Luz, da Ponte Grande", as bolas de borracha não eram apenas jogadas e atiradas com as mãos. Também os pés entravam em ação e começaram a ter decidida serventia. As pedras faziam de "traves", e a meninada da época, o garoto da rua, o mesmo garoto que, já homem, anos mais tarde, iria ser figura central de aplaudidos espetáculos no futebol varzeano, passou a ter contacto com a bola, em sentido diferente do que até ali se empregava, embora sem saber, direito, como se jogava o futebol.
>
> As ruas imitavam, então, o britanismo da Chácara Dulley, tal como hoje, elas, as ruas, imitam a inacessibilidade dos estádios. (NEIVA, 1955:33).

O êxito do futebol entre as camadas menos favorecidas da população seria inevitável, devido às próprias características do jogo. De fácil assimilação, o futebol podia ser praticado de improviso, com qualquer número de jogadores, mesmo com desnível de idades; podia ser jogado ao ar livre e com qualquer tempo, com bola de meia, de papel, de borracha. Numa São Paulo que

despertava para o progresso, de povoação ainda esparsa e com muito espaço a ser ocupado, o futebol se transformaria em divertimento acessível e preferido dos meninos descalços dos bairros operários. O esporte até então dos ingleses e da elite se democratizava.

A difusão da prática do futebol entre grupos sociais diferentes provocou mudanças na sua estrutura e na sua dinâmica; sua dispersão social foi acompanhada por uma transformação na maneira de praticá-lo. As diferenças entre as classes sociais deixaram de se situar ao nível do "tipo" de esporte praticado, e passaram ao nível das "maneiras" de praticar o mesmo esporte. Como lembra BOURDIEU (1983:142;147):

> (...) o esporte, como toda prática, é um objeto de lutas entre frações da classe dominante e também entre as classes sociais.
>
> (...)
>
> É evidente que a divulgação do esporte desde as escolas de "elite" até as associações esportivas de massa, é necessariamente acompanhada tanto de uma modificação das funções que os próprios esportistas e os que os enquadram dão à prática, quanto de uma transformação da prática esportiva que vai no mesmo sentido da transformação das expectativas e exigências do público, que por sinal engloba muito mais do que os antigos praticantes.

O processo de democratização do futebol em São Paulo ocorreu, principalmente, através dos times de várzea e dos clubes de fábricas.

I. 2 A Várzea

I. 2. 1 Uma via de democratização do futebol

Nos tempos da Chácara Dulley, meninos e rapazes começaram a jogar nas ruas, calçadas, quintais e pátios das escolas, tudo muito improvisado. À medida que iam tomando gosto pelo futebol, procuravam lugares mais apropriados para jogar "de verdade", como os ingleses e o pessoal do Paulistano. Acorreram à Várzea do Carmo, que já acolhera os primeiros treinamentos dos ingleses. E foi lá, na Várzea do Carmo, que o futebol de rua ganhou organização e, por analogia, o nome de "varzeano".

Os primeiros campos apareceram por volta de 1902, e logo superaram, em número, aqueles dos bairros elegantes da cidade. Cresciam vertiginosamente, como nos descreve NEIVA (1955:57): *"Dormia-se vendo três campos novos, e quando se acordava, lá estavam, a se estirarem livres do capim, mais meia dúzia deles."*

Da Várzea do Carmo, os campos se alastraram por toda a cidade, sobretudo nos bairros operários. E com eles, inúmeros clubes foram surgindo. Brás, Belém, Penha, Bom Retiro, Canindé, Ponte Grande, Santana e Ipiranga tinham as maiores concentrações de clubes de várzea (SILVEIRA, 1955:319). Além da manutenção de equipes de futebol, estes clubes promoviam atividades sociais, como bailes, piqueniques, excursões e pescarias, o que assegurava, também, a participação de mulheres e crianças. Os campeonatos organizados entre essas equipes chamaram a

atenção do público e concorriam com os jogos da Liga Paulista de Futebol. Aos poucos, a várzea começou a revelar seus craques, que, mais tarde, ingressariam nos clubes de primeira categoria, inclusive do Rio de Janeiro e até na seleção nacional.

A princípio, os clubes filiados à Liga Paulista de Futebol não se importaram com a concorrência, tampouco com o crescimento do número de times e dos simpatizantes do futebol entre as camadas populares, até que alguns desses clubes varzeanos se fortaleceram e passaram a reivindicar sua inclusão no campeonato da Liga. Dentre os varzeanos, o que mais incomodou foi o Sport Club Corinthians Paulista. Afinal, como lembra MAZZONI (1955:276), a entrada de um clube varzeano no círculo oficial era, antes de tudo, uma questão de "preconceitos sociais".

Fundado em 1910 por artesãos, operários e pequenos comerciantes do Bom Retiro, o Corinthians cresceu à custa de muito trabalho. Os próprios jogadores trabalhavam à noite na construção da sede e do campo. Reunindo os melhores jogadores da várzea, o Corinthians montou uma equipe em condições de disputar com os "grandes" do futebol paulista. Pleiteou uma vaga no campeonato da Liga Paulista de Futebol e, depois de muita insistência, obteve o direito de participar do campeonato de 1913 (SANTOS, 1981:17; MAZZONI, 1955:276; NEIVA, 1955:58).

O Corinthians foi a revelação do torneio. Apresentando um futebol simples, prático, alegre e vibrante, nascido nos campos de várzea, o clube do Bom Retiro inovou em técnica e estilo de jogo, rompendo totalmente com o rígido sistema inglês, ainda adotado pelos clubes mais antigos. Estes não gostaram de jogar e de perder para o Corinthians, clube de operários e de gente do povo. O

elitismo e o preconceito social predominavam. Assim, findo o campeonato de 1913, clubes como o São Paulo Athletic, o Mackenzie, o Ipiranga e outros, liderados pelo Paulistano, se retiraram da Liga Paulista de Futebol e fundaram a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA). O C.A.Paulistano justificou sua atitude dizendo que *"queria fazer uma 'seleção rigorosa' e 'exigia que as equipes' deviam ser integradas por 'jovens delicados e finos'"* (ROSENFELD, 1973:68). Mas a tentativa de afastar os "operários" do futebol de primeira categoria fracassou. Impedido de integrar a APEA, o Corinthians foi emprestando seus jogadores a equipes como o Mackenzie, o Ipiranga e o Scotish Wanders, jogadores estes que se revelaram excelentes futebolistas (MAZZONI, 1955:279).

Em 1917, os últimos clubes filiados à decadente Liga Paulista – o Americano e o Internacional, ambos de Santos, o Germânia e o Corinthians – foram admitidos à APEA. Nessa época, alguns clubes passaram a recrutar sistematicamente jogadores revelados pela várzea, seja porque precisassem de elementos para completar seus quadros, seja porque quisessem torná-los mais competitivos com jogadores de melhor qualidade.

I. 2. 2 Da várzea ao profissionalismo

No momento em que a APEA resolveu cobrar ingressos para os jogos, logo após sua fundação em 1913, lançava as bases do profissionalismo. A idéia inicial era manter a autonomia financeira do departamento de futebol dos clubes. Com participação na renda dos jogos, alguns

deles passaram a oferecer gratificações aos seus jogadores como forma de estímulo à vitória. A prática do futebol passava por mudanças profundas.

Havia uma diversidade de sistemas de remuneração, que iam da oferta de presentes até um profissionalismo não declarado, nem pelos clubes, tampouco pelos jogadores. O primeiro clube brasileiro a assumir que, de fato, oferecia gratificações, o que lhe custou punições e perseguições, foi o Clube de Regatas Vasco da Gama, em 1923. Mário Filho (1964:123s) explica qual a relação entre o valor das gratificações e o jogo do bicho, que lhe emprestou o nome:

> (...) além de casa, comida, roupa lavada e engomada, o português [dirigente do Vasco] dava dinheiro aos jogadores de Morais e Silva. Chamava-se esse dinheiro de bicho porque, às vezes, era um cachorro, cinco mil réis, outras um coelho, dez mil réis, outras um peru, vinte mil réis, um galo, cinquenta, uma vaca, cem. Não parava aí. Havia vacas de uma, de duas pernas, de acordo com o jogo.
>
> Contra o América, campeão do Centenário, contra o Flamengo, bi-campeão, contra o Fluminense, tri-campeão, uma vaca de uma perna era pouco, só de duas pernas. O português não encontrava um jogador do Vasco sem meter a mão no bolso. Toma lá, ó Nelson Conceição, para que não me engulas nenhum gol. Toma lá, ó Bolão, é justo que leves o teu, pois já me destes muito dinheiro a ganhar.

Qualquer prova de que um clube pagasse seus jogadores seria motivo para sua expulsão da liga ou federação a que estivesse associado, como aconteceu com o Scotish Wanders em 1916. A APEA expulsou-o sob alegação de prática do profissionalismo. Como vimos, o Wanders foi um dos clubes que tomou emprestado jogadores do Corinthians, na época em que este fora impedido de integrar a APEA. Punições deste tipo continuariam acontecendo enquanto o profissionalismo não fosse regulamentado (CALDAS, 1990:41).

Com a prática do profissionalismo, o futebol deixou de ser apenas uma atividade esportiva: transformou-se em espetáculo de massas e em importante fonte de lucros. A concorrência entre os clubes e a busca constante de vantagens econômicas foram, paulatinamente, superando e substituindo os princípios morais defendidos pelos adeptos do amadorismo. Parte do dinheiro arrecadado com a venda de ingressos servia para remunerar os jogadores, em geral, de forma encoberta.

Jogadores e clubes ganharam fama. A pressão das torcidas forçava-os a um melhor desempenho. Interesses financeiros nas vitórias moviam os dirigentes dos clubes a trazer os melhores jogadores para suas equipes. Nesse intento, levar em consideração questões de "classe" e de "cor" não tinha mais sentido. Ao contrário, poderia implicar perda de boas oportunidades. Entre as camadas menos favorecidas da população, nos times de várzea, havia muitos jogadores de boas qualidades técnicas, que encaravam o jogo com seriedade. Dotados de um talento natural para o futebol, também se viam estimulados pela possibilidade de abraçarem uma profissão, dedicando-se totalmente a ela, ao contrário dos estudantes e técnicos ingleses que jogavam de modo diletante.

Mas a integração de negros, mulatos e mesmo de brancos pobres aos clubes elegantes foi pontilhada de conflitos. Em certos clubes, os negros não eram aceitos de forma alguma. Os mulatos tinham maiores chances, mas eram obrigados a alisar os cabelos e a usar maquiagem para "embranquecer" antes dos jogos. Eis a origem do apelido "pó-de-arroz" que o São Paulo F.C., o Fluminense F.C. e o Grêmio de Futebol Portoalegrense conservam até hoje. Também a participação nas atividades sociais dos clubes não estava totalmente aberta aos jogadores. Fora e dentro dos

campos, os preconceitos ainda não haviam sido de todo vencidos. Mas o certo é que o futebol vinha perdendo seu caráter elitista. A época em que os jogadores arcavam com as despesas com equipamento esportivo e viagens estava chegando ao fim.

À medida que se profissionalizava, o futebol foi deixando de interessar às elites. Moças não iam mais assistir aos jogos. Muitos estudantes abandonaram suas equipes e passaram a se dedicar a modalidades esportivas menos acessíveis, como o remo e o tênis. Para estes jovens, ganhar dinheiro com o futebol e organizar seu futuro imediato em função do jogo não era sequer pensado. Não vislumbravam a profissionalização como uma opção de vida. Eles tinham perspectivas profissionais mais rentáveis e mais duradouras. O mesmo era válido para os ingleses radicados em São Paulo, que também iam abandonando o futebol. Ao contrário, os jovens das camadas menos favorecidas estavam prontos a responder às possibilidades que, como o futebol, permitissem uma melhora do nível de vida.

A cada dia, o esporte se distanciava mais do amadorismo, numa tendência irreversível. O número de clubes que remunerava seus jogadores não parava de crescer. A generalização dessa prática parecia inevitável. Porém, os defensores do amadorismo lutariam vigorosamente contra a profissionalização do jogo.[5]

---

[5] A luta contra o profissionalismo não ocorreu apenas no Brasil. Ela se deu com maior ou menor intensidade em países onde o futebol fora introduzido enquanto atividade exclusiva da elite social e que, posteriormente, conheceu um processo de democratização. WAHL (1986:23s) descreve a tentativa da Federação Francesa de Futebol (FFFA) de impedir a profissionalização do futebol no país. Em 1923, essa entidade reelaborou o estatuto do amadorismo, num esforço de barrar o avanço da prática de um profissionalismo marrom, que se difundia por todo o território francês. De acordo com esse estatuto:

> O amador do jogo de futebol é aquele que, sem espírito de lucro, busca apenas a melhora ou a conservação de sua condição física e moral.

Após ter liderado a organização da APEA, o Paulistano retirou-se em 1925, demonstrando descontentamento com os rumos que o órgão imprimira ao esporte. Fundou a Liga de Amadores do Futebol (LAF), justificando a nova associação como *"uma forma de protesto contra aquela entidade que estava, a cada dia, deixando o futebol 'mais impuro', ao permitir o ingresso de jogadores sem a devida qualificação social. Além disso, os diretores do C.A. Paulistano não admitiam que os jogadores recebessem dinheiro para jogar"* (CALDAS, 1990:124). O Paulistano se isolou na luta pela preservação do ideal amador e, em 1929, decidiu encerrar as atividades do seu departamento de futebol.[6]

Os defensores do amadorismo reclamavam que a profissionalização implicaria perda do prestígio do jogador de futebol. De fato, o jogador passou a realizar um trabalho remunerado, e os clubes exploravam esse trabalho, remunerando-o muito mal. Diante dessa situação, CALDAS (1990:51) conclui: *"O futebol proletarizava-se"*.

> Em conseqüência, aquele que, por ocasião do jogo de futebol, recebe habitualmente ou ocasionalmente presentes em espécie ou in natura, benefícios ou emolumentos, em resumo, um ganho qualquer, a qualquer título, comete uma infração ao estatuto do amadorismo.

Apesar de tudo, o profissionalismo foi legalizado em 1932.

[6] O Paulistano viveu um dilema: ou adotava o profissionalismo ou extinguia seu departamento de futebol. Após a decisão pelo abandono desse esporte, alguns diretores "de bolso recheado", como deles se dizia, favoráveis à profissionalização, uniram-se aos jogadores, que tinham ficado sem atividade, como Friedenreich, Araken Patusca e Waldemar de Brito, e saíram em busca de um clube que os aceitasse. Foram acolhidos pela Associação Atlética das Palmeiras, clube de prestígio no futebol paulista, mas que passava por dificuldades financeiras, ameaçada, inclusive, de perder o campo de futebol na Floresta, bairro da Ponte Pequena. Operou-se, então, a fusão entre a Atlética das Palmeiras e os "dissidentes" do Paulistano, nascendo o São Paulo Futebol Clube, também chamado de "São Paulo da Floresta", em janeiro de 1930. Sua equipe de futebol atuou bem nos campeonatos de que participou até maio de 1935, quando os diretores venderam o campo da Floresta. Revoltados com o desprezo que o futebol vinha recebendo dos dirigentes, que só pareciam se importar com a luxuosa sede social instalada em um edifício no centro da cidade, alguns sócios criaram outra agremiação, com o mesmo nome - SPFC -, mas agora totalmente voltada para a prática do futebol profissional. Este novo "São Paulo" é o mesmo que chegou até nossos dias. Sua data de fundação: 16 de dezembro de 1935. Cf. *Placar.* As Maiores Torcidas do Brasil — São Paulo. Abril, 1979, pp.35-37.

Formou-se um mercado de jogadores regulado pela lei da oferta e da procura. A busca da vitória em cada jogo e a conquista de campeonatos como objetivos centrais dos clubes, o abandono do jogo diletante, refletira e reforçara a implantação definitiva do profissionalismo. Antes, porém, de sua oficialização em 1933, muitos jogadores já se dedicavam exclusivamente ao futebol, recebendo um salário para isso, além de um prêmio extra — o "bicho" — a cada partida. No entanto, as transações entre clubes e jogadores não eram feitas com base em um contrato legal, uma vez que os clubes não eram empregadores e os jogadores também não tinham a condição de empregados. Para contornar as dificuldades que envolviam a contratação de um jogador, no que diz respeito ao pagamento de seu salário, os clubes recorriam freqüentemente a empregos-fantasma. Dessa forma, o jogador poderia ter um registro falso como funcionário do clube — auxiliar de escritório, faxineiro, zelador — ou das empresas dos dirigentes, ou, ainda, receber seu salário através de recibos por prestação de serviços por terceiros. Em alguns casos, os jogadores tiveram que, realmente, trabalhar como empregados, recebendo, então, um segundo salário.

Muitos jogadores revelados pela várzea projetaram-se para o futebol da divisão principal. Poucos, no entanto, alcançaram sucesso financeiro, sorte reservada aos "craques", jogadores de alto nível técnico.[7] Nesse sentido, não há dúvida de que um número muito pequeno de jogadores oriundos das camadas sociais menos favorecidas se beneficiou das vantagens proporcionadas pelo futebol. A maioria dos jogadores, embora melhorando seu nível de vida, teria um futuro mais ou

[7] No futebol, os salários são pagos de acordo com o talento de cada jogador; são extremamente individualizados, ao contrário do "bicho", remuneração coletiva, com valor único e pré-determinado, mas que varia de clube para clube, segundo suas condições financeiras e os resultados dos jogos — vitória ou empate.

menos incerto depois do encerramento da carreira. Eram "coadjuvantes", que integravam o meio futebolístico sem conseguir maior destaque. Entravam e saíam de campo sem deixar saudade, sem ter ganho nada com o futebol.

Mesmo não atingindo a independência financeira dos craques, estes coadjuvantes se beneficiavam da experiência como jogadores para obterem empregos, por exemplo, nas inúmeras fábricas que mantinham uma equipe de futebol regularmente. Assim, o futebol permitiu a indivíduos das camadas populares uma relativa facilidade na conquista de certos empregos, o que, sob outras circunstâncias, teria sido muito mais difícil ou até mesmo impossível.

I. 3 A Fábrica

I. 3. 1 Outra via de democratização do futebol

A expansão dos times de várzea e a incorporação de seus jogadores aos clubes tradicionais foram etapas importantes da difusão do futebol no Brasil. Ao lado da várzea, os clubes mantidos por empresas, principalmente indústrias, foram outro importante meio de democratização do esporte.

Dentre esses clubes, a literatura sobre a história do futebol no Brasil reconhece como clássico o caso daquele mantido pela Cia. Progresso Industrial, mais conhecida como Fábrica Bangu do Rio de Janeiro, uma tecelagem brasileira, de capital português. Em 1904, os funcionários

ingleses da fábrica — técnicos e mestres especialmente contratados na Inglaterra — resolveram fundar um clube de futebol para se divertirem nas horas de folga. Nascia, assim, o The Bangu Athletic Club, com a devida aprovação dos diretores da tecelagem.

Os ingleses do Bangu, contudo, não conseguiram formar duas equipes fechadas entre si; o número de jogadores não era suficiente. Para tanto, seria preciso convidar compatriotas que trabalhassem em empresas inglesas sediadas no Rio de Janeiro. Mas a distância de Bangu, um bairro suburbano, em relação ao centro da cidade e as dificuldades de transporte desencorajavam qualquer um. A solução foi recorrer aos operários da tecelagem, que estavam à disposição e, certamente, com muita vontade de arriscar alguns chutes. Com isso, os operários tiveram acesso a um jogo até então exclusivo da colônia inglesa e das camadas sociais mais favorecidas. Através do Bangu, o futebol começou a se democratizar no Rio de Janeiro.

Para RODRIGUES FILHO (1964:4s), a má localização do clube e o reduzido número de sócios fundadores ingleses foram cruciais para sua abertura aos brasileiros, operários da fábrica. Caso contrário, teria sido mais um dos clubes restritos à colônia inglesa:

> Um deles (dos fundadores) John Starck, mestre de estamparia, emprestou a casa em que morava, rua Estevam, nº 12, para a cerimônia de fundação do clube. Os fundadores do The Bangu foram nove: sete ingleses, um italiano, um brasileiro, branco. Quer dizer: The Bangu Athletic Club nasceu quase inglês.
>
> É verdade que o diretor gerente da fábrica era brasileiro. Deu o nome à rua celebrizada pelo campo do Bangu, "o *ground* da Rua Ferrer" ou "o aprazível *field* da Rua Ferrer", como escreviam os cronistas da época.
>
> João Ferrer estava ali para não deixar que o Bangu se tornasse exclusivamente um clube de ingleses. E mesmo se não estivesse ali, para fazer do Bangu um clube de fábrica, para os mestres e para os operários, os ingleses do Bangu não eram tantos que pudessem imitar

> o exemplo do Paissandu Cricket Clube e do Rio Cricket and Athletic Association.
>
> O Paissandu e o Rio Cricket, a mesma coisa. Só que um ficava no Rio e o outro em Niterói. No mais, clubes fechados para ingleses e filhos de ingleses. O Rio Cricket, então, nem se fala: muito mais fechado do que o Paissandu.
>
> (...)
>
> O Bangu não podia contar com ingleses que chegavam da Inglaterra, todos eles com um lugar garantido no Paissandu ou no Rio Cricket. A colônia inglesa de Bangu, lá longe, isolada por assim dizer, era pequena. Quantos mestres tinha a Cia. Progresso Industrial do Brasil? Por isso o Bangu nunca foi um clube fechado no sentido do Paissandu ou do Rio Cricket, pelo menos em futebol.

Na verdade, a singularidade do Bangu no processo de democratização do futebol foi a de já ter praticamente nascido como um clube de fábrica, incluindo, desde o início, seus operários. Ao contrário dos clubes cariocas e da colônia inglesa, os trabalhadores foram incorporados à equipe do Bangu sem maiores problemas. Afinal, os mestres ingleses também eram empregados da fábrica e a manutenção do clube dependia totalmente do auxílio da empresa. A direção da tecelagem comprara as camisas e cedera um terreno de sua propriedade para a instalação do campo de futebol. Sem esse tipo de ajuda, a prática esportiva teria sido inviável:

> Que mal fazia um operário jogar futebol? Deixava de ser operário por isso?
>
> No domingo dava seus pontapés na bola, corria em campo molhando a camisa, na segunda-feira cedinho, quando o portão da fábrica se abria, lá estava ele. Ia para os teares como os outros operários, trabalhava, trabalhava, só parava na hora do almoço, para voltar, depois, até às quatro horas. Nem tinha tempo de se lembrar do jogo da véspera.
>
> E lembrar para quê? Na hora do trabalho, só trabalho, na hora do jogo, só jogo. Afinal de contas, o Bangu era, apesar do *the*, um clube dos trabalhadores da Cia. Progresso Industrial do Brasil. Se não fosse a fábrica, como o clube arranjaria um campo? O campo só? E o resto? O resto era tudo. (RODRIGUES FILHO, 1964:9s).

O caso da Fábrica Bangu se tornou conhecido, porque o clube logo se projetou para o futebol da divisão principal, disputando torneios com o Fluminense, o Botafogo e outros. Mas o

Bangu não foi o primeiro clube desse tipo a aparecer. Muitos outros surgiram de forma espontânea e isolada, alguns até mesmo antes do Bangu, como o Votorantim Athletic Club, fundado em 1902 em Votorantim, então distrito de Sorocaba, interior de São Paulo. Também a Regoli e Cia. Ltda. do bairro da Mooca, em São Paulo, tinha seu clube de futebol. Em 1909, por ocasião da compra dessa tecelagem por Rodolfo Crespi[8], o grêmio passou a chamar-se Crespi F.C. Anos mais tarde, já na década de 1930, o time, então rebatizado de Clube Atlético Juventus, ficaria mais famoso que a própria fábrica, a exemplo do que ocorreu com o Bangu e, até certo ponto, com o próprio Juventus da Itália — que lhe inspirou o nome —, nascido como clube dos trabalhadores da fábrica de automóveis FIAT (FRIDENSON, 1989:55).

Tal como acontecera com os clubes de várzea, que rapidamente se espalharam por São Paulo, também os clubes de fábrica se tornaram comuns. Seu número não parava de crescer. Organizando-se e criando associações desportivas entre colegas, no local de trabalho, os trabalhadores tiveram acesso ao futebol. Formou-se uma tradição operária de futebol amador praticado em clubes de fábrica, em geral, criados por iniciativa dos próprios trabalhadores, muito embora as empresas desempenhassem papel fundamental na manutenção dessa atividade, através de colaboração material e financeira.

DECCA (1987:42) menciona apenas alguns clubes ligados a empresas por volta dos anos 1920 em São Paulo: Fábrica Sant'Ana, Gasômetro F.C., Associação Esportiva Casa Pratt, Maria Zélia F.C., Aniagem Paulista, Bloco Paraíba F.C., além dos grêmios das companhias inglesas como

[8] Cf. Bisneto do Conde Crespi quer recomeçar. *Folha de S.Paulo*. Domingo, 13/3/1988, pág.A-21.

a São Paulo Railway, Gas Company e Light & Power. Com o tempo, a formação de associações esportivas por trabalhadores nas fábricas passou a ser uma prática corrente. Seria mesmo difícil apontar a indústria que não tivesse ao menos um pequeno núcleo organizado.

*

É provável que inúmeros clubes de fábrica tenham surgido de simples "bate-bolas", ou seja, de partidas de futebol improvisadas, disputadas na rua ou no pátio da fábrica durante o intervalo para o almoço entre aqueles trabalhadores que quisessem jogar. Aos poucos, a brincadeira ia ganhando maior organização. Como muita gente queria participar, os times começavam a ser formados no interior de cada seção de uma mesma fábrica. Com o crescimento do número de times, mais partidas iam sendo realizadas, aumentando o tempo de jogo. Logo, só o intervalo para o almoço já não bastava. Estendeu-se, então, a atividade para os fins de semana. O gosto pelo futebol crescia e com ele a vontade de melhorar as condições de sua prática, de jogar como os ingleses, com equipes completas, uniformes, uma bola de couro, um campo, um lugar para se reunirem e guardar o material esportivo; enfim, vontade de organizar um "clube de futebol". Mas como conseguir os recursos necessários para tanto? Embora a cotização entre os interessados fosse uma solução possível, era insuficiente para dar conta de todos os custos que a prática do futebol nos moldes desejados envolvia. Geralmente, os valores pagos eram irrisórios, quase simbólicos. Assim, recorrer à direção da fábrica era uma saída viável, senão fundamental, para a manutenção dessa

atividade. Além disso, havia certa afinidade entre a fábrica e o clube, já que tudo começara em função de relações de amizade estabelecidas no espaço do trabalho. No entanto, uma vez obtido o consentimento da diretoria e a garantia de continuidade da prática esportiva, graças à colaboração material que ela se comprometia a proporcionar, a organização do clube de futebol ganhava contornos diferentes.

A direção da fábrica passava a subsidiar as atividades do clube; por exemplo, cedendo um terreno de propriedade da empresa para a construção do campo de futebol e da sede social ou, então, contribuindo para o pagamento de aluguéis. Mensalmente, ela oferecia ao clube uma quantia em dinheiro, a fim de complementar seu orçamento, que incluía despesas com conservação e limpeza da sede social e do campo, pagamento de impostos, energia elétrica, limpeza dos uniformes, transporte de jogadores e outras. Quanto ao material esportivo, a fábrica poderia fornecer desde as camisas até as bolas e as chuteiras.

O clube não se restringia à prática do futebol. Também desenvolvia atividades sociais, que contavam com a participação dos associados e de seus familiares, como bailes, piqueniques, excursões, apresentações teatrais, festas de fim de ano, etc. Para essas atividades, o clube, por vezes, também solicitava à empresa um auxílio extraordinário.

A direção da fábrica colaborava com o grêmio dos trabalhadores, mas exigia um retorno dos investimentos feitos. Queria saber como o dinheiro era aplicado, quais atividades haviam sido desenvolvidas, quais os montantes gastos, o que podia ser feito através da elaboração de relatórios

de atividades e balancetes mensais ou anuais. Esboçava-se, assim, uma primeira forma de controle sobre o clube.

O incremento das atividades do clube requeria um aprimoramento organizacional. Formava-se, então, uma diretoria, cujos membros tinham por função gerenciar as atividades do grêmio. A tendência era de que esses diretores fossem recrutados dentre os membros dos próprios quadros burocráticos da empresa, como chefes, diretores, gerentes, mestres, etc. Também era comum que o dono da fábrica ou altos funcionários ocupassem posições de destaque na burocracia do time, como, por exemplo, "presidente de honra", em sinal do "reconhecimento dos sócios" pelos serviços prestados ao clube. Aos operários, de quem partira a iniciativa de organizar o futebol, restava o consolo da prática desportiva e de uma posição secundária na direção do grêmio.

A diretoria do clube, juntamente com outros órgãos burocráticos, como os conselhos fiscal e deliberativo, tinha poder para elaborar regimentos internos e estatutos, estabelecendo direitos e deveres dos associados. A aprovação desses documentos, contudo, cabia à direção da empresa. Ela queria saber o que se passava no interior do clube, certificando-se de que a ordem e a disciplina fossem preservadas.

A existência de regras mínimas de conduta, que definissem as relações entre os sócios, parecia, por outro lado, beneficiar as agremiações desportivas de fábricas. Afinal, qualquer tipo de associação lança mão de certa dose de disciplina como forma de promover sua própria

continuidade. Nesse sentido, a disciplina encontrada nos clubes de fábrica não era característica exclusivamente sua.

Há, ainda, outro elemento a ser considerado. A disciplina e a ordem podem cumprir uma função simbólica. Em seu estudo sobre escolas de samba do Rio de Janeiro, PEREIRA DE QUEIROZ (1984:897s) observa que a adoção de um sistema de administração formalista por associações populares tinha por objetivo reforçar a imagem de ordem e eficiência, em oposição à de desordem e vadiagem. Disso resultaria maior credibilidade e respeitabilidade da associação perante a sociedade. Nesse ponto, sua análise pode ser extensiva aos clubes de futebol de fábrica:

> Não menos marcante é o funcionamento burocrático e formalista da Diretoria e das alas, de que os associados estão perfeitamente conscientes e a que se referem envaidecidos. Encaram-no como o contrário da desordem, da vida boêmia e também como prova da organização e da eficiência de sua Escola.
> (...)
> A administração burocrática adotada, a eleição periódica da diretoria, mostram que elas se organizaram segundo os modelos legais brasileiros. Fazem gala de sua disciplina interna, de acordo com os princípios de respeitabilidade que regulam a ordenação social do país.

Também o Estado teve sua participação na configuração desse sistema administrativo dos clubes. Durante o Estado Novo, o governo inaugurou uma atuação organizacional-burocrática entre as associações esportivas. O Conselho Nacional de Desportos ditava o modelo dos estatutos, que deveria ser acatado por clubes de todo o país. As ligas classistas de futebol também surgiram nessa mesma época. Os torneios inter-empresas que elas promoviam se transformaram em espetáculos de propaganda governamental.

I. 3. 2 Os empresários e o futebol de fábrica: os limites da democratização

Acompanhando o processo de organização dos clubes de fábrica e de seu progressivo relacionamento com as empresas às quais estavam vinculados, perguntamo-nos: o que moveria os industriais a não apenas aprovarem as associações esportivas criadas por seus operários, mas também contribuírem para sua manutenção e exercerem certo controle sobre elas? ROSENFELD (1973:67), estudando o caso do Bangu Athletic Club, apresenta a hipótese de que o incentivo do futebol entre os operários seria uma forma de domesticar seus corpos para o trabalho e infundir neles um sentimento de grupo, identificado com a empresa:

> Em virtude da distância do subúrbio, entretanto, não foi possível aos ingleses (empregados da Fábrica Bangu) constituírem equipes fechadas chamando os compatriotas da cidade. Viram-se obrigados a recorrer aos operários da fábrica, estimulados pela direção esclarecida, que provavelmente soubera que os fabricantes de tecidos ingleses na Rússia fomentavam o futebol entre os turnos para animar sua disposição ao trabalho e seu "esprit de corps".

WAHL (1986:17), por sua vez, debruçando-se sobre o processo de difusão do futebol na França[9], refere o claro interesse dos empresários daquele país em promover, através do futebol, uma identificação clube-empresa e, conseqüentemente, a crença de que jogadores, trabalhadores e patrões formavam uma grande "família". A vitória no futebol aumentaria o "orgulho" do

[9] Clubes de futebol de fábrica não constituem fenômeno exclusivamente brasileiro. Em países da Europa, eles logo se difundiram e se transformaram em prática corriqueira. Também na América do Sul, o caso brasileiro não é único. Tanto no Uruguai quanto na Argentina, companhias inglesas, principalmente, introduziram a prática do futebol por volta de 1880 e a incentivaram entre os seus trabalhadores (SEBRELI, 1981:20 e SODRÉ, 1988:70). No Uruguai, em especial, ao contrário do Brasil, os primeiros praticantes do futebol foram operários e moradores de bairros pobres de Montevidéu (PERDIGÃO, 1986:67).

trabalhador pelo clube e pela empresa dos quais fazia parte. O sentimento de integração poderia, assim, reduzir os conflitos no local de trabalho, otimizando a produção. Mas, sobretudo, os empresários acreditavam na indiscutível capacidade promocional dos clubes de seus empregados:

> No começo do século, empresas criaram sua própria equipe de futebol. Assim, a Sociétée Générale fundou o CASG, cujos jogadores foram geralmente chamados de "bancários". Para os dirigentes do banco, o interesse da operação era duplo: primeiro, o clube de futebol constituiu, em razão de seus bons resultados, um suporte publicitário de impacto crescente; depois, a empresa reuniu o potencial de coesão e de espírito "casa" difundido entre os jogadores e os espectadores pelas emoções experimentadas em uníssono durante as partidas. Entre os amantes do futebol da Sociétée Générale, desenvolveu-se uma espécie de patriotismo de empresa. A família Peugeot imitou este caso exemplar mantendo, em primeiro lugar, o U.S.Valentigney e fundando, posteriormente, o F.C.Sochaux.

A preocupação dos empresários com a manutenção da organização e da disciplina nos clubes, certamente, teria o objetivo de preservar uma imagem de ordem e de eficiência que conduziria ao sucesso. O prestígio da empresa, se não era totalmente dependente do desempenho da equipe de futebol, podia, em parte, ser favorecido por ele. Afinal, o clube era uma espécie de cartão de visitas da empresa. Ele carregava seu nome e suas cores e, no limite, divulgava seus produtos. Ao que tudo indica, os industriais brasileiros perceberam cedo que o futebol praticado pelos operários poderia funcionar como um ótimo veículo publicitário. Esse potencial do esporte, provavelmente, motivaria mais os empresários a incentivarem os clubes do que a hipótese relativa ao condicionamento dos corpos para o trabalho.

ROSENFELD (1973:67s) também menciona a função promocional que o Bangu A.C. acabou desempenhando, bem como todas as consequências que isso trouxe tanto para a prática do

futebol em si como para as próprias condições de trabalho de muitos operários da tecelagem. Por intermédio do Bangu, homens simples tiveram acesso a um bem cultural desconhecido, mas, uma vez acessível, o futebol abriu-lhes outras oportunidades além da mera diversão. Com a transformação do futebol em atividade paralela ao emprego na fábrica, os operários que integravam o time conquistaram benefícios em sua atividade profissional regular: dispensas para os treinamentos, trabalho mais leve aos jogadores, possibilidade de promoção mais rápida. Com o tempo, o Bangu cresceu, projetou-se e ficou mais conhecido que a própria tecelagem. *"...gerações de jovens foram admitidos não só porque trabalhavam bem, mas também porque jogavam bem"*. Afinal, contando com bons elementos, a equipe poderia obter melhores resultados. Um bom desempenho aumentaria seu prestígio e sua fama, o que, por sua vez, *"resultou em vantagens para os produtos manufaturados"*, já que o clube ostentava o nome da fábrica. Abria-se, assim, um novo caminho para os industriais divulgarem seus produtos. E para uma parcela das camadas menos favorecidas, o futebol praticado no clube da fábrica trouxe uma nova possibilidade: a de fazer carreira como operário-jogador.

CALDAS (1990:31) rejeita o argumento de que os industriais valiam-se do futebol como forma de aprimorar a disposição física dos operários ao trabalho e, conseqüentemente, aumentar a produção. Caso isso fosse plausível, todos os trabalhadores teriam acesso ao futebol, o que não ocorria. Com vistas ao sucesso do time — e por extensão, da fábrica —, passou-se a fazer uma seleção rigorosa entre os jogadores. Apenas os melhores integrariam a equipe. Poucos, realmente, teriam condições de disputar uma posição no time da fábrica. Quanto aos demais, aqueles que gostavam de jogar por simples diversão, tinham que se conformar com a condição de espectadores.

MARTINS NETTO (1976:143), em estudo sobre o clube de futebol de uma metalúrgica do município de São Paulo, relata como a maioria dos trabalhadores foi excluída da prática esportiva, enquanto alguns se valeram dela para, inclusive, conquistar facilidades no exercício do trabalho. A descrição deste caso particular pode ser interpretada como uma síntese do que ocorria em diversos clubes de mesma categoria:

> Com as vitórias sucessivas do time, os que jogavam só por prazer foram ficando marginalizados; pois a disputa se tornando mais ferrenha, o time teve que começar a contratar jogadores de fora, o que gerou um descontentamento muito grande, surgindo como alternativa ao impasse que começava a se esboçar, a criação de um segundo time, este sim nos moldes do time antigo, onde os operários só jogavam por prazer. O recrutamento de pessoal para a empresa passou então a ter um duplo papel, tanto para a seleção de jogadores, quanto para a seleção de operários; eram contratados operários que pudessem ser bons jogadores antes de serem bons operários, ficando estes com privilégios, e com o serviço mais leve dentro da fábrica.

Em algumas fábricas, os trabalhadores que não haviam conquistado uma posição na equipe de futebol poderiam contar, ainda, com uma segunda chance. Todos os anos, organizavam-se campeonatos internos entre os times das diferentes seções da fábrica. Apesar da propalada confraternização dos trabalhadores, esses torneios tinham como objetivo revelar novos jogadores para a equipe principal do clube. Sua característica mais marcante era a acirrada competição entre aqueles que pretendiam desenvolver uma carreira como operários-jogadores, e, assim, garantir um ganho extraordinário através dos "bichos." O critério de dar preferência aos bons futebolistas no recrutamento de trabalhadores, aliado à competição por um lugar no time, podia gerar conflitos entre os associados/trabalhadores. No limite, esses conflitos chegavam a envolver dirigentes do grêmio e também da fábrica, como veremos no estudo dos casos desenvolvidos neste trabalho.

I. 3. 3 Tendências do movimento operário e o futebol

Com a democratização do futebol, as margens dos rios foram transformadas em campos de jogo e passaram a funcionar como ponto de encontro e divertimento de trabalhadores e suas famílias. Já na década de 1920, todo bairro operário contava com seus times de várzea. Também as fábricas tinham seus grêmios esportivos organizados e em plena atividade. Sem dúvida, o futebol mobilizava as atenções das camadas sociais menos favorecidas e integrava seu cotidiano. Ele começava a fazer parte de todas as conversas; por todos os lados, viam-se grupos de moleques dando pontapés numa bola; nos fins de semana, os inúmeros campos da cidade ficavam repletos de espectadores. O sucesso do futebol podia ser facilmente constatado.

Essa movimentação não foi estranha aos anarquistas e aos comunistas, tendências do movimento operário com relativa inserção no proletariado urbano-industrial durante as primeiras décadas do século XX. Essas tendências devotaram um interesse especial pela difusão do futebol entre a classe operária; alguns sindicatos se ocuparam com certo entusiasmo dessa questão. Chamavam-no "esporte burguês"; apontavam os efeitos "maléficos" dos clubes de fábrica, poderoso "ópio" capaz de minar a união e a organização da classe. Mas enquanto estes grupos promoviam acirrados debates quanto à aceitação do futebol, o esporte continuava conquistando adeptos entre os trabalhadores. O gosto pelo futebol crescia independentemente das opiniões do movimento operário

e dos sindicatos. O apego à doutrina política e a certa visão de mundo impedia que anarquistas e comunistas compreendessem que o futebol já fazia parte da cultura operária.

No decorrer das duas primeiras décadas de nosso século, a presença do anarco-sindicalismo no movimento operário, que então se articulava, foi marcante. Os militantes desta corrente política costumavam reunir os trabalhadores em festas de propaganda com fundo doutrinário e educativo. Tais festas consistiam em conferências, bailes e apresentações teatrais e eram organizadas em salões pertencentes a associações de classe. Mas, segundo HARDMAN (1983:38), no final dos anos 1910, nota-se que a tradicional festa de propaganda foi sendo substituída por festivais, piqueniques e excursões ao ar livre e em locais públicos, onde prevalecia o aspecto lúdico.

Entre as atividades constantes dos programas destes festivais, divulgados pelos jornais de orientação anarquista, encontramos os *matches de foot-ball* ocupando lugar de destaque. Os anarquistas criticavam o baile e o futebol por serem elementos culturais próprios da burguesia, que esta impunha aos trabalhadores, mas toleravam estas atividades em seus festivais, na medida em que a difusão do futebol e do baile se subordinasse à eficácia da pregação libertária (HARDMAN, 1983:42).

Esta posição anarquista passou por alterações no final dos anos 1920 e começo dos 1930. Neste período, a imprensa operária, tanto de tendência anarquista como comunista, denunciou a presença da classe dominante nos bairros operários e a tentativa de estabelecer um domínio sobre a classe trabalhadora, entre outros meios, também através dos clubes de futebol (DECCA, 1987:119).

Os anarquistas, que vinham tolerando o futebol no meio operário, colocaram-se ao lado dos comunistas e posicionaram-se contra a prática desse esporte, argumentando que ele enfraquecia e desvirtuava a luta. A prática do futebol, principalmente nos clubes de fábrica, levava os trabalhadores a defender o nome da empresa, separando-os e colocando-os em confronto. Em geral, o discurso da imprensa operária era mais ou menos este:

> Atualmente, são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política.
>
> Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos.
>
> Nos campos de futebol, os operários de ambos os sexos tornam-se aficionados e torcedores e brutalizam-se a ponto de só viverem discutindo entre os seus companheiros os lances e proezas dos campeões. (*A Plebe*, 28/1/1933 — de orientação anarquista). Citado por DECCA (1987:119).

O movimento operário e os sindicatos denunciavam a exploração do trabalho nas fábricas, as más condições de vida e a "sujeição" dos trabalhadores à "ordem burguesa" no seu dia-a-dia, segundo suas concepções. Lutavam contra o desinteresse dos trabalhadores pelos teóricos socialistas e pela necessidade de organização sindical. Acusavam os trabalhadores de só se interessarem pelos bailes e pelo futebol, elementos culturais "impostos" pela burguesia. A responsabilidade por tal situação, em parte, cabia aos próprios trabalhadores, como apontavam alguns jornais, por se deixarem levar por esses "brinquedos":

> (...) o proletariado (...), se não, nos dias de carnaval, é aos domingos nos campos de futebol, burguês, deixa-se levar por um entusiasmo contrário àquele que devia de ser.
>
> Reprovar todos esses “brinquedos” com que a burguesia nos “brinda” — os “passatempos” burgueses. São os que a nós mais nos

> prejudicam. Com eles os abutres diluem o instinto revolucionário dos trabalhadores hoje seus escravos! (*O Internacional*, 15/2/1929 — de orientação comunista). Citado por DECCA (1987:119).
> (...) observamos que uma grande parte das responsabilidades cabe a nós exclusivamente, porque até hoje, aceitando o engodo dos interessados na perpetuação do regime de exploração, temos corrido ao futebol, bailes, às igrejas e aos centros políticos de todos os matizes, descuidando do sindicato que é donde de fato o trabalhador adquire a consciência de si próprio, o valor de sua personalidade. (*O Trabalhador Chapeleiro*, 1/1/1933 — órgão do sindicato dos chapeleiros). Citado por DECCA (1987:107).

HOBSBAWM (1987) identifica uma crítica similar feita pelos lideres do movimento operário britânico aos trabalhadores, os quais chamavam de "vasta massa apática", no final do século XIX. Segundo estes líderes, os trabalhadores não se interessavam pelo sindicato e pelos rumos do movimento operário, mas demonstravam um vivo interesse pelo futebol. Os militantes e líderes do movimento operário estavam tão afastados do mundo da maioria que não percebiam a importância que o futebol assumira na cultura operária:

> (...) o futebol tornou-se o tópico principal da conversa social no bar, uma espécie de língua franca das relações sociais entre os homens, ele tornou-se parte do universo de todos os operários. (HOBSBAWM, 1987:287).
> (...) O operário se identificava com o seu time contra o resto do mundo — na verdade, em cidades suficientemente grandes, ele se identificava com uma das metades —, City ou United, Forest ou Country, que entre si definiam o cidadão de Manchester, Nottingham ou de qualquer parte. O modelo da cultura do futebol, entretanto, era o mesmo em todos os lugares — com um pouco mais ou um pouco menos de emoção —, e era um modelo nacional, ou, para ser mais preciso, um modelo da nação proletária, visto que o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial. (HOBSBAWM, 1987:284).

Enquanto os anarquistas mantiveram sua posição contra o futebol, alguns sindicatos e grupos de tendência comunista resolveram mudar sua forma de atuação. Ao invés de simplesmente criticar o esporte "imposto" aos trabalhadores, tentaram organizar o lazer operário de modo a

contrapô-lo à "cultura burguesa". Nesse sentido, os sindicatos funcionariam como centros de atividades educacionais e recreativas, capazes de conduzir a uma "consciência proletária". Propunham uma espécie de auto-gestão do futebol pelos trabalhadores. Grupos comunistas empreenderam uma campanha pela "proletarização do esporte" (DECCA, 1987:121), principalmente entre os clubes de futebol, numa tentativa de aproximar os jovens das atividades sindicais. Pretendiam dar ao futebol um tratamento diferente daquele que a burguesia lhe dispensava. Ao invés de utilizá-lo para controlar e dividir os jovens, os comunistas queriam fazer do esporte um elemento aglutinador da classe operária. Assim, o futebol se constituiria em mais um campo de luta pela libertação de todas as formas de miséria e opressão. Os comunistas, que durante muito tempo foram radicalmente contrários à adoção do futebol pelos trabalhadores, cultivaram expectativas um pouco exageradas quanto ao esporte, chegando a propor a criação de uma federação que reunisse clubes de futebol organizados pelos sindicatos. Os argumentos usados nos artigos favoráveis à "proletarização do esporte" eram quase sempre os mesmos, como este publicado em *O Trabalhador Gráfico* de 25/5/1928:

> Viva o Esporte Proletário!
>
> A necessidade do esporte para a juventude é um fato incontestável. A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para os seus clubes.
>
> Que fazem os jovens nos clubes burgueses?
>
> Defendem as cores desses clubes. Se o clube é de uma fábrica é o nome e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude das outras empresas. (...)
>
> Todo operário “footballer” deve ingressar nos clubes proletários.
>
> Já existem alguns, outros entretanto devem ser criados.
>
> No mundo obreiro ninguém mais ignora que o esporte bretão tem sido útil ao capitalismo para desviar a atenção das massas trabalhadoras dos seus sindicatos profissionais. (...)
>
> Nós estamos a ver com simpatia a proletarização que do futebol se vem fazendo entre nós, com a fundação de departamentos esportivos junto às organizações operárias e criação de clubes nas

> fábricas, nas oficinas de jornais, enfim, em toda a parte onde existe consciência proletária.
>
> Entretanto, urge fazer um reparo: esses clubes, já em crescido número, deviam todos entrar num entendimento e ingressarem nas sedes dos sindicatos, onde ficariam em departamentos anexos, e, em seguida, organizariam uma entidade suprema, uma Federação, por assim dizer.
>
> Ter-se-ia, destarte, proletarizado o esporte.
>
> Outros operários, exímios "footballers", deixariam os clubes burgueses, vindo para os dos seus irmãos de luta (...)." Citado por DECCA (1987:121s).

FRIDENSON (1989:56) relata iniciativa semelhante posta em prática pela CGT francesa, através da fundação da Federação Esportiva e Ginástica do Trabalho em 1934. O objetivo deste órgão era difundir vários tipos de práticas esportivas sob direção operária. A Federação foi inspirada na Internacional Esportiva Vermelha, criada em 1921, e que criticara duramente as "associações esportivas burguesas" e a "competição reservada aos ases e não às massas". O jornal *Sport Ouvrier*, defensor do "esporte vermelho", divulgou em outubro de 1923, as aspirações da Internacional: *"É preciso suprimir os campeonatos de futebol que suscitam tanta animosidade entre as equipes."*

Mas apesar do empenho dos cegetistas franceses em esvaziar os "clubes patronais burgueses" para encher os da Federação, esse objetivo não se efetivou plenamente. Após a Segunda Guerra Mundial, a reorganização das atividades desportivas em muitas fábricas se deu com a total colaboração de organizações operárias.

Quando criticados pelos anarquistas, a propósito da segregação dos jovens operários que o futebol promoveria, os comunistas brasileiros argumentavam que, caso estes jovens não tivessem acesso à prática do futebol dentro dos sindicatos, eles o teriam fora deles. Os comunistas haviam

reconhecido que o futebol conquistara adeptos em todas as camadas sociais. Assim sendo, o melhor a fazer seria estimular o controle total dos operários sobre seus clubes; acabar com práticas que exploravam ainda mais o trabalhador, como o desconto mensal de "pequenas quantias" das folhas de pagamento, destinadas à manutenção do clube da fábrica. No verdadeiro esporte operário, atitudes como essa não poderiam ter lugar: *"Trabalhadores que somos, organizaremos os nossos clubes, as nossas ligas, feitos e dirigidos por nós mesmos, sem interesse de dinheiro, mas só animados pelo espírito de solidariedade proletária."* (*Nossa Voz*, 1/7/1934). Citado por DECCA (1987:123).

Grupos anarquistas preferiram promover a instrução do proletariado. As atividades recreativas teriam sempre um fim educativo. Criticavam os comunistas por terem, na tentativa de promover o esporte operário, transformado sindicatos com longa tradição de luta em meros centros esportivos e dançantes (DECCA, 1987:123s).

A proposta comunista de utilização do futebol, um "esporte burguês", em benefício da classe trabalhadora, foi retomada anos mais tarde, em 1945/1946, durante o período de legalidade do Partido Comunista. DIAS (1983), um militante com experiência de atuação na clandestinidade, conta que as bases do partido estavam extremamente descontentes com o sistema de organização interna adotado naquele momento. Os Comitês Populares não conseguiam reunir ninguém. As lideranças falavam uma língua estranha aos operários. Chegaram a dizer não a uma greve que contava com o apoio integral da classe. Os militantes que iam às portas das fábricas dissuadirem os operários eram, invariavelmente, escorraçados, como no Cotonifício Crespi, de onde tiveram de

correr para não apanhar dos operários. Cansados dessa situação, alguns militantes do bairro da Mooca, dentre eles DIAS, resolveram criar um clube de futebol, o qual, além das atividades esportivas, exerceria também as atividades de um organismo político. No seu entender, o futebol representava um universo cultural alheio ao dos partidos, mas presente no cotidiano da classe operária e que reunia um grande potencial de mobilização e organização popular. Nesse sentido, os clubes de futebol seriam um espaço alternativo de educação, politização e organização dos trabalhadores. Estes estavam muito distanciados dos partidos políticos, mas o sistema de organização e funcionamento de um clube de futebol lhes era bastante familiar[10]. A fundação do Clube Esportivo Dínamo Paulista, assim batizado numa menção ao famoso Dínamo de Kiev, foi uma experiência bem sucedida, que DIAS (1983:59s) descreve em detalhes:

> Afinal, (...) partimos com os antigos companheiros da base e mais os novos jovens revolucionários para pôr em prática uma idéia que amadurecia em nosso meio — a formação de uma sociedade esportiva onde pudéssemos aglutinar a juventude em geral, sem restrições ideológicas. Fundamos o Clube Esportivo Dínamo Paulista. Nosso objetivo era homenagear o Dínamo, clube russo que por esta época sapecara com uma estrondosa goleada a seleção inglesa. Agradávamos à colônia eslava, que era predominante no bairro. Trazíamos a juventude em geral, que gostava de futebol e vivia para ele. Chamaríamos a atenção do povo. No bairro, todos viviam o futebol varzeano. Havia muita disputa. Muita rixa. Rixa esportiva. Havia muito respeito e amizade entre os vários clubes do bairro.
>
> Esta organização, na prática político-esportiva, dando nova vida ao bairro, explodira como força arregimentadora, dando uma nova motivação a muitos companheiros e amigos.
>
> (...)
>
> Em um mês tínhamos sede na Rua Oratório, quase esquina com a Rua Bixira. (...) Do ponto de vista futebolístico, o clube fazia furor nos campos. Multidões assistiam aos jogos do Dínamo Paulista. Na sede, organizávamos palestras. O clube participava dos comícios. As companheiras ensinavam costura. Isto tudo era novo. As moças já

[10] PEREIRA DE QUEIROZ (1984:906) vê o surgimento de muitos clubes de futebol e escolas de samba entre as décadas de 1930 e 1940 como uma necessidade da "massa popular urbana" se organizar espontaneamente, longe da tutela do Estado, que, a partir da vinculação direta dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, em 1943, passara a gerir a luta dos operários por seus direitos.

não iam aos clubes só para os bailes. Iam também para participar das reuniões e da diretoria. Criaram-se outros departamentos para que elas pudessem contribuir. O clube passou a orientar e inscrever eleitores. Ajudava o Tribunal Eleitoral nesse mister. Tantos anos na ditadura, os jovens não sabiam votar. Ensinávamos essa geração a participar como eleitor. Na sede explicava-se ao povo que comparecia o sentido da campanha eleitoral, a Assembléia Constituinte, o objetivo, enfim, disso tudo.

(...)

As sedes dos partidos só iriam existir nos dias que antecederam a eleição. Era preciso que a base usasse, participasse, e mesmo se integrasse aos clubes, no nosso caso, agora, ao Dínamo Paulista, uma forma orgânica que o nosso povo conhecia... Eu mesmo fui ganho para essa forma de agir. Não era uma imposição. Era até agradável integrar-se a alguma coisa de que o povo gostava. Devido ao número elevado de participantes, surgiam sempre novas idéias. Daí as facilidades com que superávamos as dificuldades. Com a movimentação constante do clube, muitos quadros para o Partido foram recrutados. Vários deles, quando me encontrava em outra região do país, tive a satisfação de ver através de nossa imprensa como líderes populares de projeção no Estado.

I. 3. 4 Da fábrica ao profissionalismo

O futebol ampliou as possibilidades profissionais de muitos trabalhadores, que imprimiram ao jogo o estatuto e a dignidade de trabalho. Nas fábricas, o apoio dos patrões aos clubes de futebol logo favoreceu a consolidação de um profissionalismo com características próprias. No início, o incentivo aos clubes era modesto, restringindo-se ao auxílio financeiro para a compra de equipamento esportivo, pagamento de aluguel do campo de futebol e despesas com transporte de jogadores. Posteriormente, a concorrência entre os clubes envolvidos na disputa de campeonatos levou a direção de muitas fábricas a montar equipes mais competitivas, melhor preparadas e com jogadores de boas qualidades técnicas. Passou-se a valorizar o "capital esportivo" dos operários no

mercado de trabalho (FRIDENSON, 1989:51). Muitas vezes, preferiu-se o bom futebolista ao bom operário.

Oferecia-se uma remuneração especial aos operários-jogadores sob a forma de pequenos presentes e serviços diversos, de gratificações e, inclusive, de um segundo salário. Muitos trabalhadores viam-se estimulados pela possibilidade de complementar os ganhos provenientes do trabalho na fábrica com os "bichos" pagos aos jogadores. Com esse propósito, engajavam-se nas acirradas disputas internas por uma posição no time, o que foi motivo de vários conflitos entre os próprios trabalhadores.

O profissionalismo desenvolvido nos clubes de fábrica também projetou jogadores para o futebol das grandes equipes, tal como fizeram os clubes varzeanos. Projetou, também, os próprios clubes. Alguns deles firmaram-se entre as associações profissionais, como o C.A.Juventus de São Paulo e o Bangu A.C. do Rio de Janeiro. O Juventus chegou, inclusive, a romper todos os vínculos com a tecelagem Crespi. Outros clubes, apesar de terem conquistado uma posição na divisão de profissionais, viveram sempre à mercê da lei do acesso e descenso. Outros, ainda, tiveram participação efêmera ou temporária em torneios organizados por ligas oficiais, na maioria das vezes, em virtude de sua própria instabilidade interna.

*

A maior parte dos trabalhadores associados aos clubes de fábrica jogava apenas por diversão, como um simples passatempo. Eram os chamados "peladeiros"[11]. Esse grupo também incluía aqueles que não haviam obtido sucesso como operários-jogadores. Eram, por assim dizer, os excluídos do futebol de primeira grandeza dos clubes de fábrica.

Já os operários-jogadores encaravam o futebol com mais seriedade. Mantinham o emprego na fábrica como ocupação principal e dedicavam ao esporte algumas horas após o expediente, para os treinamentos, e os fins de semana para os jogos. Entre eles, muitos não se contentavam com essa situação. Queriam ir mais longe. Eram o que GUEDES (1977:146) chama de "carreiristas", operários-jogadores que julgavam a posição no time da fábrica como a etapa inicial de uma verdadeira carreira como jogadores profissionais. Não jogavam por diletantismo. Tinham interesses bem definidos com relação ao futebol.

Ainda enquanto operários-jogadores, faziam testes para ingressarem nos grandes clubes. Alguns obtinham êxito. A maioria, contudo, depois de muitas tentativas frustradas, renunciava ao sonho de ser jogador profissional da Primeira Divisão, mas não abandonava o futebol. Cientes de que o emprego como operário continuaria sendo sua atividade principal, estes operários-jogadores tentavam, então, ingressar em times das divisões inferiores (segunda e terceira de profissionais e divisão de amadores), conciliando o emprego na fábrica com o esporte. Afinal, o futebol ainda lhes

[11] "Peladeiro", aqui, designa o jogador de "pelada", *"partida de baixo nível técnico realizada em campo impróprio e que nem segue as regras oficiais."* Aplica-se o mesmo termo para definir o *"jogador sem muita técnica, que não se enquadra nos esquemas táticos da equipe."* Cf. J.M. Capinussú. *A linguagem popular do futebol*. São Paulo: IBRASA, 1988, pág.104.

era de muita valia, pois podia interferir positivamente nas condições de trabalho. Sabiam que era possível conseguir um bom emprego, como operário ou mesmo em escritórios, através do clube de futebol de uma fábrica. A partir desse momento, o futebol se transformava para eles em atividade profissional paralela, cujos vencimentos, sob a forma de gratificações ou de um segundo salário, complementavam sua renda mensal. Dedicavam a semana à fábrica e o fim de semana ao futebol. Estas características definiam o exercício de um profissionalismo operário, o profissionalismo possível à maioria dos operários-jogadores.

Havia, também, operários-jogadores que ganhavam a vida apenas como futebolistas. Muitas indústrias costumavam registrar os jogadores recrutados exclusivamente para o time como empregados regulares, a fim de encobrir os salários pagos a eles. WAHL (1986:16) denomina esse tipo de fraude de "emprego de cobertura", prática comum também nos clubes de fábrica da França.

Entre os "carreiristas", houve aqueles que conseguiram chegar à Primeira Divisão. Já na época em que o profissionalismo no futebol brasileiro começava a se consolidar, muitos operários-jogadores, que vinham se destacando nos clubes de fábrica, passaram a integrar as grandes equipes de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mas, via de regra, o salário como jogador nesses clubes não bastava para o seu sustento. Desse modo, mesmo fazendo do futebol sua atividade profissional por excelência, o jogador costumava manter um emprego complementar paralelo. Em parte, a obtenção desse segundo emprego poderia ser facilitada por sua experiência como desportista.

ROSENFELD (1973:75s) descreve a trajetória ascendente do ex-atacante Hércules de Miranda, um operário-jogador "bem sucedido" no futebol:

> Hércules, (...) proveniente de família das mais modestas, oficial de funileiro com formação escolar do curso primário, entrou em 1930, aos 18 anos de idade, para o Clube Juventus, criação do industrial de tecidos Conde Crespi, em cuja fábrica conseguiu, ao mesmo tempo, colocação como funileiro. Apesar do sistema ainda reinante do amadorismo recebia, já naquela época, como jogador, 150 mil-réis por mês e, de três em três meses, fazenda para dois ternos. Tinha privilégios especiais para o treinamento e recebia como funileiro 500 mil-réis por mês (na época, uma boa situação). Em 1933 veio a profissionalização. *"Era inevitável, diante do sistema amadorístico corrompido. O jogador, que distraía o público pagante, precisava, por seu lado, ser pago"*. O São Paulo ofereceu ao jogador já conhecido um contrato de 4 contos de réis na assinatura, 400 mil-réis mensais, além de prêmios consideráveis. Hércules concordou, abandonou seu ofício, começou a cursar uma escola de comércio e aceitou um emprego no escritório de um advogado. Convidado pelo Fluminense, foi para o Rio, fechou um contrato de 15 contos de réis, alojamento, assistência e os prêmios usuais. Ao lado disso, trabalhava no escritório de um diretor do Fluminense (salário: 600 mil-réis, naquele tempo, uma situação esplêndida). (...) Em 1937 comprou para sua mãe uma casa. (...) Em 1938, foi com a seleção para os campeonatos mundiais. (...) Desde 1943, entretanto, trabalha em sua atual firma (um grande empreendimento paulista de aplicação de capitais), da qual presentemente é inspetor, ganhando altos salários.

Com o aprimoramento do profissionalismo, muitos operários-jogadores puderam se transformar, exclusivamente, em atletas profissionais, passando a viver apenas dos proventos desta atividade. A partir desse momento, a prática do futebol nas fábricas favoreceu a promoção social de muitos operários-jogadores que, sem sua habilidade esportiva especial, teriam sido relegados a empregos inferiores.

Os exemplos de ex-operários-jogadores que alcançaram a fama como profissionais fortaleciam o sonho da ascensão social através do futebol. Esse esporte se constituíra em atividade

profissional bastante atraente aos futebolistas das fábricas, apesar de conhecerem todas as dificuldades envolvidas.

Entre os operários-jogadores que se tornaram profissionais, o que mais se destacou foi Garrincha, ex-ponta-direita do Botafogo do Rio de Janeiro e da seleção nacional. Garrincha começou sua carreira informal como operário-jogador em 1949, no time do Sport Club Pau Grande. Esse grêmio fora organizado pelos operários da tecelagem Cia. América Fabril de Pau Grande, Rio de Janeiro, onde Garrincha trabalhava desde menino. Graças ao seu excelente desempenho como jogador de futebol, Garrincha conseguiu manter o emprego na tecelagem e passar impune pelos constantes conflitos que permeavam as relações entre operários, mestres e contramestres, conflitos que muitas vezes terminavam com a demissão dos primeiros. A indisciplina e o absenteísmo de Garrincha na fábrica eram tolerados devido à sua *performance* como operário-jogador, na qual todos acreditavam entrever o início de uma carreira promissora (LOPES, 1989:29).

A previsão acabou se confirmando, mesmo depois de várias tentativas sem sucesso. Garrincha apresentou-se para testes no Vasco, no Fluminense e no São Cristóvão. Provavelmente, seu aspecto interferiu na negativa dada por esses clubes: roupas surradas, sem chuteiras nem carta de apresentação de um "padrinho", além de uma deformação nas pernas. A oportunidade definitiva de Garrincha no Botafogo, onde passou a jogar a partir de 1953, se concretizou através de um jogador daquele clube, Arati, que o vira jogar no S. C. Pau Grande e ficara admirado com sua genialidade (ZANINI, 1984:19). Garrincha fez carreira como profissional no Botafogo e celebrizou-

se por sua atuação na seleção brasileira em 1958 e 1962, conquistando dois campeonatos mundiais de futebol.

Não restam dúvidas de que o futebol permitiu que alguns trabalhadores subalternos se transformassem em indivíduos independentes, adquirindo um pequeno comércio ou negócio com os proventos da atividade esportiva. Mas somente o dinheiro ganho com o futebol não bastava para garantir seu futuro depois do término da carreira. Para esse fim, era fundamental saber administrar os recursos acumulados durante os anos de trabalho, bem como explorar as relações estabelecidas entre os "cartolas"[12]. Por intermédio destes, o ex-jogador poderia obter empregos com mais destreza nos escritórios das indústrias ou empresas dos dirigentes de clubes ou de seus amigos. Nesse sentido, os clubes de fábrica representavam um importante meio de acesso a empregos para os ex-profissionais do futebol. Valiam-se do seu "capital esportivo" para alcançar uma colocação nos escritórios ou na linha de produção e integrar a equipe de futebol da fábrica nas horas de folga, como jogadores ou treinadores.

Em resumo, além de desenvolverem um profissionalismo próprio, singular, os clubes de fábrica mantinham uma estreita relação com o futebol profissional: revelavam atletas para os grandes clubes e os acolhiam de volta, quando abandonavam a profissão.

---

[12] *"Cartola: designativo dado aos dirigentes de clubes e entidades, sob o aspecto de ridicularizá-los."* Cf. J.M. Capinussú. Op. cit., pág.52.

Capítulo II

CLUBES DE FUTEBOL NA LIGHT & POWER

II. 1 Breve histórico

Em fins do século XIX, a cultura do café no estado de São Paulo transformou a Capital em um importante pólo comercial. Pouco a pouco, a cidade foi perdendo os ares modorrentos da antiga vila colonial e ganhou a agitação dos centros comerciais. São Paulo era o ponto intermediário entre o interior do estado e o Porto de Santos, passagem obrigatória de toda a produção de café a ser exportada.

A população tornava-se cada vez mais numerosa, sobretudo com a fixação de imigrantes de diversas nacionalidades, que se dedicavam ao comércio, aos serviços e ao nascente setor industrial. O núcleo urbano, havia muito, estendera seus limites para além do chamado "triângulo central", região formada pelas Ruas Direita, São Bento e XV de Novembro. Novos bairros surgiram em todas as direções.

O progresso parecia ter chegado a São Paulo definitivamente. Em 1891, a cidade já tinha dimensões suficientes para desfrutar do serviço de iluminação elétrica, operado graças à instalação

de uma usina termoelétrica pela Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo (MORSE, 1970:302). Para DEAN (1971:14), as usinas construídas daí em diante tinham sua expectativa de lucro apoiada, indiretamente, no comércio do café, uma vez que o crescimento urbano de São Paulo estava estreitamente relacionado à atividade agro-exportadora.

Nesse contexto, a The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd., fundada em Toronto, iniciou suas operações na cidade em 1900. De imediato, a empresa canadense incorporou a Cia. Água e Luz e empreendeu a construção da usina hidrelétrica de Parnaíba, no Rio Tietê, a cerca de trinta quilômetros da Capital. A obra era necessária para a instalação de linhas de bondes elétricos, em substituição aos antigos carros movidos a tração animal. A empresa canadense obtivera a concessão da Câmara Municipal de São Paulo para gerir o transporte coletivo urbano. E assim, ainda em 1900, três linhas de bondes elétricos foram inauguradas, ligando os bairros de Barra Funda, Bom Retiro e Vila Buarque ao centro da cidade.[13]

Gradualmente, a "Light", como ficou conhecida, incorporou outras empresas locais de energia elétrica e telefonia. Com a construção de barragens, reservatórios e usinas termo e hidrelétricas, a Light continuou ampliando sua capacidade de fornecimento de energia elétrica para a movimentação e o desenvolvimento da indústria paulista, bem como para a expansão dos serviços de utilidade pública que controlava. A empresa cresceu tanto que, na década de 1920, a imprensa operária referia-se a ela, habitualmente, como o "polvo canadense" (DECCA, 1987:113) e criticava

[13] Cf. The São Paulo Tramway, Light & Power Co. *Cinquenta anos de progresso com São Paulo (1900-1950).* Edição comemorativa. São Paulo, Lanzara, 1950.

a qualidade dos serviços prestados: os operários, via de regra, serviam-se de "carros imundos" para irem ao trabalho.

A Light integrava o grupo das empresas de capital estrangeiro, a maioria de origem britânica, que, a partir do final do século XIX, passaram a dominar setores básicos da economia brasileira: transporte ferroviário e urbano, telefonia, energia elétrica, produção e distribuição de gás. E tal como as companhias inglesas, a Light devotou-se ao incentivo do futebol desde seu estabelecimento em São Paulo, tendo, muitas vezes, ofertado taças e medalhas às equipes que se destacavam nos campeonatos da cidade. Em 1903, a diretoria da Light presenteou os bi-campeões do torneio da Liga Paulista de Futebol, jogadores do São Paulo Athletic Club, com medalhas adquiridas em Londres.[14]

A companhia canadense também apoiou a formação de equipes de futebol entre os próprios funcionários. Orgulhava-se, em especial, da organização do primeiro jogo de futebol noturno realizado no Brasil e no mundo. A partida, ocorrida em 24 de junho de 1923, em um campo pertencente à empresa na Rua do Glicério, reuniu as equipes da Sociedade Esportiva Linhas e Cabos, composta por empregados da Light, e da Associação Atlética República, um clube da Capital.

*

[14] Cf. *Boletim Histórico Eletropaulo*. Nº 7, setembro de 1986, pp.14-15.

Em 1934, a companhia canadense empregava 7.008 pessoas, distribuídas pelos 17 departamentos da The São Paulo Tramway, Light & Power e pelas 11 "companhias aliadas"[15], empresas que haviam sido incorporadas ao longo do tempo. A administração deste complexo empresarial baseava-se sobre uma organização racional-burocrática totalmente diferente do padrão da "empresa familiar" — muito comum nas primeiras décadas do século XX em São Paulo —, onde as decisões dependiam do arbítrio de uma única pessoa.

Características como empresa de grande porte e de capital estrangeiro, organização complexa e administração burocrática, prestação de serviços diferenciados — não era uma indústria — e elevado número de funcionários parecem ter dotado a prática do futebol entre os funcionários da Light de certas peculiaridades.

Em termos de organização e funcionamento, os clubes da Light não diferiam de outros clubes de fábrica da época. Havia, no entanto, uma forte tendência à descentralização das atividades esportivas entre os empregados, uma vez que a Superintendência Geral da Companhia não ditava um modelo único de associação desportiva. Além disso, quando mudavam os dirigentes da empresa, mudava também o interesse pelos clubes e até mesmo pelas modalidades esportivas. Assim, a idéia de um clube "central", capaz de reunir todos os funcionários num único lugar, não conseguia prosperar. Formavam-se pequenos núcleos recreativos no interior das seções, entre colegas de trabalho que mantinham um contato diário. Quando muito, esses núcleos englobavam os

[15] Todas as "companhias aliadas" dedicavam-se ao ramo de energia elétrica. Entre elas, citamos a Cia. Ituana Força e Luz, Empresa Luz e Força de Jundiaí, Empresa Hidrelétrica da Serra da Bocaina S/A, Cia. Força e Luz de Jacareí e Guararema, Empresa de Eletricidade São Paulo e Rio S/A e outras. Cf. Employement Bureau - *Annual Report 1945 - Allied Companies*. Departamento de Patrimônio Histórico - Eletropaulo.

funcionários de um mesmo departamento. No caso das companhias aliadas, dispersas pelo interior do estado de São Paulo, cada uma dispunha de um pequeno clube organizado pelos seus empregados.

Não faltaram tentativas no sentido de se criar associações esportivas que aglutinassem os funcionários. A Associação Atlética Light & Power (AAL&P) foi a que obteve mais sucesso durante seus quase 14 anos de atividade ininterrupta. A Sociedade Esportiva e Cultural dos Empregados da Light (SECEL), sucessora da AAL&P, não alcançou o mesmo êxito, tendo mantido atividades mais intensas por um período de apenas três anos.

II. 2 Sociedade Esportiva Linhas e Cabos

Foram muitos os pequenos clubes de futebol formados por empregados representando seções ou departamentos da Light. Alguns tiveram vida mais longa que outros, mas todos, mais cedo ou mais tarde, acabaram encerrando suas atividades, seja por dificuldades financeiras, seja pelo desinteresse dos associados.

A Sociedade Esportiva Linhas e Cabos (SELC) foi, dos pequenos clubes, o que mais se destacou. Fundada em 17 de setembro de 1920, a SELC reunia empregados da seção de Linhas e Cabos, depois Divisão de Distribuição, responsável pela instalação e conservação da rede elétrica.

Sua organização não diferia daquela de outros clubes de fábrica do mesmo período. Havia uma Diretoria e um Conselho Deliberativo, que se encarregavam de elaborar relatórios anuais de atividades detalhados, encaminhando-os à Superintendência Geral da Light. Esta, por sua vez, comprometia-se a auxiliar a diretoria da SELC na manutenção da sede social e esportiva, além de prestar-lhe "apoio moral". Em sinal de reconhecimento, alguns altos funcionários da companhia figuravam como diretores honorários da SELC — cargos estes meramente simbólicos —, aclamados em Assembléia Geral. Os quadros diretivos mantinham-se praticamente inalterados ao longo dos anos. A renovação era mínima. Em 1934, dos 141 sócios contribuintes da SELC, 30 jogavam futebol nos 1º e 2º quadros, dentre os quais havia muitos diretores. Estes 141 associados representavam 20% dos empregados da Divisão de Distribuição.

A principal atividade do clube era a prática do futebol. A Light cedera um terreno na Rua do Glicério, bairro do Cambuci, para que nele fosse instalado o campo de futebol da SELC. Foi nesse campo que, em 1923, realizou-se o primeiro jogo de futebol noturno do mundo, evento reconhecido internacionalmente[16], e que reverteu em prestígio para a companhia canadense. A iniciativa partiu de Severino Rômulo Gragnani, Presidente da SELC, que também resolveu pintar a bola de branco para as duas partidas seguintes. Na época, as bolas de futebol eram de couro natural e, no primeiro jogo noturno, houve problemas quanto à sua visualização quando ela saía da área iluminada, confundindo-se com a grama e o mato.

[16] A revista norte-americana *Electrical World* documentou o fato em 1924. Cf. *Boletim Histórico Eletropaulo*. Nº 5, fevereiro de 1986, pág.3.

Em 1929, a SELC passou a utilizar um terreno na Avenida do Estado, também de propriedade da companhia. Neste local, além do campo de futebol e dos vestiários, foram construídos um galpão para abrigar a sede social, com salão para festas e reuniões, um parque infantil e um campo de *bocce*, jogo de origem italiana muito difundido na época em São Paulo. Para as obras, a companhia forneceu o dinheiro e o material de construção, enquanto os associados entraram com seu próprio trabalho, totalmente gratuito, realizado nas horas de folga e nos fins de semana.

Embora reconhecessem e fossem gratos à administração da empresa pelo auxílio prestado ao clube, os diretores da SELC faziam questão de frisar, em seus pronunciamentos, que todo o patrimônio do clube fora conquistado através da luta e do trabalho dos próprios associados. A empresa podia ter colaborado, mas nada "caíra do céu". Severino Gragnani utilizou esses argumentos para formalizar a recusa da Sociedade em fundir-se à AAL&P, em carta de 23 de setembro de 1931 dirigida ao presidente deste clube. Observa-se, também, um forte sentimento de identidade e orgulho pelo clube:

> Esses elementos (sócios) na sua generalidade sendo honestos, trabalhadores e honrados, granjearam para a Sociedade um passado honroso e conseguiram mesmo, graças aos seus esforços, perseverança e boa vontade formar um patrimônio próprio, apreciável.
>
> Assim é, que a Sociedade tem já a sua praça de esportes, graças à benévola concessão do local pelo Dr. Souza, salientando-se aí o campo de futebol que constitui o principal índice demonstrativo de seu progresso. Esse campo foi construído pelos próprios associados durante as poucas horas disponíveis após o trabalho quotidiano e durante os dias festivos e domingos.
>
> (...)
>
> Todos, indistintamente, trabalham para a grandeza e prosperidade da Sociedade.

Sentimentos de identidade e orgulho pelo clube são comuns entre os associados de qualquer agremiação esportiva, inclusive dos clubes de fábrica. Mas, no caso da SELC, essa identidade, por vezes, revestia-se de um viés classista, diferindo também de todos os pequenos clubes da Light.

Havia sócios-fundadores e também jogadores de futebol da SELC que integravam a diretoria da União dos Trabalhadores da Light[17], entidade de orientação comunista, cujo porta-voz era o jornal *O Trabalhador da Light*.

Os "festivais esportivo-dançantes" organizados anualmente pela SELC durante a década de 1930, em comemoração do aniversário do clube e da passagem do dia 1º de Maio, pareciam inspirados nos festivais organizados e patrocinados por jornais comunistas e anarquistas do mesmo período (HARDMAN, 1983:40). A programação incluía atividades recreativas para crianças, jovens e moças, como corridas de saco e cabo-de-guerra. Para os homens adultos, havia as animadas partidas de *bocce*. O centro do festival consistia em um jogo de futebol entre a SELC e um desafiante, em geral, um clube de fábrica — a Sociedade era filiada à Liga Esportiva Comércio e Indústria (LECI), órgão vinculado à APEA. Um baile familiar encerrava a festa, mas, por vezes, um comício da União dos Trabalhadores da Light precedia a sessão de danças.

[17] A União dos Trabalhadores da Light, órgão fundado em 29/11/1930 e filiado à Federação Operária de São Paulo (FOSP), reunia, entre os empregados da Light, ativos e aposentados. A "União" mantinha um consultório médico, do qual eram beneficiários, além dos associados, seus filhos, cônjuges e pais. A entidade realizava suas assembléias no salão das Classes Laboriosas, que contavam, principalmente, com o comparecimento de trabalhadores dos Departamentos de Tráfego (motorneiros e condutores), Oficinas, Via Permanente e Linhas e Cabos. Cf. *O Trabalhador da Light*. Janeiro de 1934, ano III, nº 2 e Novembro/Dezembro de 1939, ano IX.

Os festivais comemorativos do 1º de Maio eram comuns entre os grupos anarquistas e comunistas e também entre os sindicatos de diversas categorias profissionais nas décadas de 1920 e 1930. Festejava-se o Dia do Trabalho com uma festa para os trabalhadores, organizada pelos próprios trabalhadores. Esse era o tom das festas de 1º de Maio da SELC. Nenhum outro clube da Light ocupou-se da data como o Linhas e Cabos. Mesmo a AAL&P, contemporânea da SELC, nunca organizou festejos com esse objetivo.

Os festivais esportivo-dançantes da SELC, ao estilo dos sindicatos e da imprensa operária, eram totalmente diferentes dos grandiosos desfiles e comícios de 1º de Maio organizados a partir do final dos anos 1930 e começo da década de 1940, como propaganda ideológica do governo de Getúlio Vargas. Posteriormente, estes desfiles foram substituídos pelos Jogos Esportivos Operários, promovidos pelo Serviço Social da Indústria (SESI), onde os trabalhadores passavam, na maioria das vezes, de protagonistas a meros espectadores. Muito mais preocupadas com a vitória do que com o divertimento de seus empregados, inúmeras empresas se faziam representar por atletas profissionais e semi-profissionais. Desse modo, desvirtuava-se completamente o sentido da Festa do Trabalho, tal como a concebiam os diretores da SELC.

Em 1931, por ocasião do convite da AAL&P para que a SELC se fundisse a esta associação, a exemplo do que haviam feito o Bonde Team, o Medidores Team e outros clubes pequenos, o presidente do Linhas e Cabos justificou sua recusa alegando tratarem-se de agremiações representativas de "classes" diferentes, incompatíveis, e por isso, no seu modo de entender, a fusão seria inviável. A AAL&P, embora disposta a acolher todos os empregados da companhia, não

deixava de ser um clube dos funcionários dos escritórios centrais, com melhor nível de instrução e salários mais altos. A SELC, por sua vez, tinha como associados os trabalhadores braçais da Divisão de Distribuição. Além disso, a adesão à AAL&P implicaria perda do patrimônio conquistado a duras penas e do privilégio de dispor de um campo de futebol exclusivo:

> Muito nos honrou o vosso amável convite para ingressarmos e assim formarmos sob a forma (sic) de uma grande agremiação, uma frente única de todas as Sociedades Esportivas da Companhia.
>
> Cabe-nos agora o dever de expor-vos os motivos e razões que nos impedem de corresponder à aprovação do vosso alto desígnio.
>
> (...)
>
> (...) vedes que o fim colimado pelos nossos associados não é somente o de ter na Sociedade um simples centro recreativo e esportivo, mas sim também um ponto de concentração único peculiar, para a reunião de suas famílias e para o fim de se verem irmanados nas horas de lazer com os mesmos fortes laços que os unem na labuta de cada dia. E aí também, os poderá a Cia. encontrar a todo momento e para qualquer emergência, sempre que para isso haja mister.
>
> Assim é, que não cremos nós que pudessem os nossos elementos aclimatarem-se convenientemente sob o manto da grandiosa agremiação, mormente no que concerne aos modos e costumes das classes em apreço. (Carta de Severino Gragnani ao presidente da AAL&P, de 23 de setembro de 1931).

O presidente da SELC nunca demonstrou simpatia pela AAL&P. Esta também parecia insatisfeita com a independência e a autonomia que Gragnani imprimia à gestão da SELC. Durante alguns anos, o Linhas e Cabos organizou sua própria festa de Natal, nos mesmos moldes das festas da AAL&P, com distribuição de brinquedos e doces, mas só para os filhos de seus associados.

Aparentemente contrariando este sentido de autonomia em relação à AAL&P, encontramos a diretoria da SELC, por vezes, submetendo-se ao alvitre do Superintendente Geral da Light, sobretudo quando a questão dizia respeito à preservação de sua sede social e esportiva. Tratava-se, na realidade, de uma estratégia de sobrevivência. A diretoria da SELC sabia que a continuidade do

clube dependia da boa vontade que a administração da empresa quisesse dedicar a ele e, para tanto, era preciso manter sua graça.

Em 1937, a companhia realizava obras de canalização que cruzavam o campo de futebol da SELC. Os diretores do clube obtiveram informações extra-oficiais de que a Light pretendia demolir o salão da sede social, ao lado do campo, a fim de concluir as obras em andamento. Sob a ameaça de perda de praticamente toda a praça de esportes, o presidente da SELC dirige-se ao Superintendente Geral, fazendo-lhe ver as vantagens da conservação da sede e, consequentemente, do grêmio para a própria companhia. Reunidos em torno do esporte, os empregados estariam sempre disponíveis para prestarem serviços urgentes, mesmo durante os períodos de folga:

> Ali [o campo de futebol] era o ponto de reunião dos empregados da Seção de Linhas e Cabos os quais aos domingos iam divertir-se assistindo a uma partida de futebol e a outras competições esportivas que se realizassem naquela sede social.
>
> Esta Sociedade no intuito também de prestar bons serviços à Cia. cogitou sempre de reunir num só ambiente os empregados da Seção Linhas e Cabos, pois, tem acontecido muitas das vezes que quando estes, reunidos em alegre recreação se encontravam naquela sede, eram chamados a atender a serviços de emergência da Cia., e partiam bem dispostos e sorridentes para os serviços de reparos nas linhas ou qualquer outro que porventura reclamasse a sua atividade.
>
> (...) provavelmente esta Sociedade ficará privada do privilégio de continuar utilizando-se de suas instalações e também do campo de esportes supra citado. Neste sentido, a Sociedade Esportiva Linhas e Cabos, mui respeitosamente pede permissão a V.Excia., para indagar se é intenção pessoal de V.Excia., ou da Superintendência de conceder à mesma Sociedade um outro ponto de reunião ou instalação de sua sede, em qualquer das propriedades da Cia. que se adapte a esse fim. (Carta de 12 de julho de 1937).

Esse tipo de disposição dos clubes, no sentido de arregimentar os trabalhadores para possíveis serviços extraordinários, foi muito criticado pela imprensa operária. O jornal *Nossa Voz*,

de 15/8/1934, denunciava que, durante a greve da Light de 1919, a "população dos clubes" fora chamada para substituir os grevistas (DECCA, 1987:123).

*

Em janeiro de 1942, a SELC enfrentava sérias dificuldades financeiras. Devido a mudanças administrativas na companhia, o número de empregados da Divisão de Distribuição fora muito reduzido: de 678 em 1934, para apenas 45 em 1944[18]. Em consequência, caíra também o número de associados da SELC, o que implicava, de imediato, numa queda do montante arrecadado através das mensalidades. Com poucos recursos, tornava-se praticamente impossível manter o clube em funcionamento. Diante desse quadro, a diretoria da SELC recorreu à Superintendência da Light, pedindo a concessão de um donativo mensal. O pedido foi atendido e a companhia passou a colaborar com 150 mil-réis mensais, quantia irrisória face às despesas da SELC. Dessa forma, a Sociedade se manteve com dificuldades por mais um ano e, em abril de 1943, Severino Gragnani, seu presidente, comunicou à companhia a interrupção provisória das atividades esportivas, que nunca mais foram retomadas.

II. 3 Associação Atlética Light & Power

II. 3. 1 Histórico e organização

Como vimos, havia muitos grêmios setoriais na Light. As dimensões da empresa e sua organização funcional-burocrática favoreciam a dispersão das práticas desportivas e das atividades sociais entre os funcionários. A empresa, por seu lado, nunca manifestara interesse em organizar um único clube, grande o bastante para abrigar os cerca de 7.000 funcionários existentes no começo dos anos 1930.

Apesar dessa situação, alguns funcionários do escritório central, situado à Rua Xavier de Toledo, no centro da cidade, partilhavam o desejo de organizar um clube ao qual todos os funcionários se associassem. Seria uma espécie de representante oficial da empresa. Desde então, pretendiam que sua projeção no meio esportivo da cidade estivesse à altura do nome e do prestígio de que gozava a companhia canadense de energia elétrica.

Em 1929, um grupo de funcionários elaborou o projeto de criação do "Light Club". De imediato, 210 funcionários mostraram-se interessados em aderir ao novo clube, que congregaria empregados de 15 seções do escritório central. Entre seus objetivos, destacavam-se a prática de todo tipo de exercício físico, em especial, o futebol; a promoção de festas esportivas com outros clubes e reuniões recreativas entre os sócios e seus familiares. Segundo os idealizadores do Light Club, através do esporte, os funcionários poderiam "distrair-se e revigorar-se nas horas de folga".

---

[18] Cf. Employment Bureau - *Annual Report 1945 - Tramway Division*, pág.6. Departamento de Patrimônio Histórico - Eletropaulo.

O projeto do Light Club entusiasmou os funcionários e os estimulou a criar um clube de proporções ainda maiores, que motivasse, inclusive, a adesão dos grêmios setoriais. Seu objetivo primordial, além de proporcionar a prática de esportes aos associados, era ampliar a amizade e o convívio social entre eles, prejudicados em virtude das dimensões da empresa. O grupo responsável pela elaboração do projeto apresentou-o à administração da companhia, que se mostrou interessada e disposta a patrocinar a iniciativa. Mas antes de tomar qualquer decisão definitiva, consultou todos os diretores de departamentos e chefes de seções sobre o assunto, pedindo a estes que, por sua vez, consultassem os empregados.

A proposta foi aceita e, em 16 de março de 1930, foi fundada a Associação Atlética Light & Power (AAL&P),

> (...) com o intuito de arregimentar sob uma só bandeira os grupos de esportistas esparsos pelos diversos Departamentos desta Companhia, incrementando, também, o intercâmbio de relações e camaradagem entre os seus funcionários. (Carta de Walter Kutzleben, Secretário Geral da AAL&P, para Edgard de Souza, Vice- Presidente da Light, de 20 de março de 1930).

Logo no primeiro mês de atividade, o número de sócios da AAL&P passou de 50 — os fundadores — para 700, graças à incorporação de alguns clubes setoriais. De imediato, aderiram à nova associação os seguintes clubes: Light & Power Basket Ball Club, Repartição de Eletricidade F.C., Clube Atlético Central Light, Light Club (em projeto) e Clube Atlético Alexander Mackenzie (em projeto). Outros clubes setoriais não se fundiram à AAL&P, mas tomavam parte nos eventos promovidos pelo clube "central", preservando sua diretoria autônoma e sua identidade própria. O

único clube que recusou qualquer tipo de vínculo com a AAL&P, preferindo se manter totalmente independente em relação a ela, foi a Sociedade Esportiva Linhas e Cabos.

Cerca de 40% dos sócios da AAL&P jogavam futebol ou basquete. Enquanto a diretoria procurava um imóvel adequado para instalar a sede social e esportiva, alugou temporariamente o campo de futebol e a quadra de basquete do Clube Atlético Juventus, no bairro da Mooca.

Ainda em 1930, foram constituídas comissões de futebol, vôlei, basquete, atletismo, tênis, remo, natação, pingue-pongue e *bocce*. A diretoria da AAL&P pretendia concentrar todas as atividades esportivas e sociais em um único local. Sua dificuldade, no entanto, consistia em encontrar um imóvel que oferecesse condições para a prática dos diferentes esportes cultivados pelos sócios.

Em janeiro de 1931, a AAL&P arrendou a antiga sede do General Motors Sport Club, na Rua Bom Pastor, bairro do Sacoman, onde permaneceu até 1939. O local era privilegiado. Dispunha de lago com barcos, quadras de tênis, basquete e vôlei, duas canchas para *bocce*, vestiários, parque de diversões para crianças e bosque, galpão para a sede social com salas de jogos, salão de festas, bar e cozinha. A diretoria providenciou a construção de um campo de futebol e de uma pista de atletismo, bem como a instalação de refletores para jogos noturnos. O clube contou com a ajuda financeira da companhia para a realização das obras, que também passou a fornecer energia elétrica gratuitamente.

A sede do Sacoman, com todos os seus atrativos, contribuiu para o aumento do quadro social e a adesão de outros clubes setoriais. Assim, em janeiro de 1932, a AAL&P contava 1.800 sócios, entre os quais os antigos associados do Bonde Football Club e do Club Atlético Material Rodante e Oficinas.

*

Em 1934, os 2.302 sócios da AAL&P representavam 35,5% dos 7.520 funcionários da companhia, número elevado considerando-se o sistema de livre filiação. Em outras empresas da época, como veremos, a filiação dos empregados ao clube era obrigatória e as mensalidades eram descontadas diretamente das folhas de pagamento. Esse sistema, apesar de retirar a liberdade do associado, favorecia o clube, uma vez que assegurava a contribuição mensal de todos os sócios. Desde cedo, os diretores da AAL&P reconheceram essa vantagem e pediram à companhia que efetuasse os descontos:

> De agosto de 1930 a esta parte [1931], a Companhia Light & Power autorizou o desconto, em folhas, das mensalidades dos Srs. Associados, resultando desta circunstância além de apreciáveis vantagens para nossa Associação, que as receitas correspondentes às mensalidades de determinado mês fossem sempre escrituradas no mês subsequente. (Relatório Anual da AAL&P - 1930/1931).

Considerando-se, porém, que o valor arrecadado com as mensalidades era pouco maior que o aluguel da sede do Sacoman, vemos que, para todas as suas atividades, a AAL&P dependia

totalmente do auxílio financeiro que a companhia se dispusesse a prestar. Era dessa forma que o clube se sustentava.

Anos mais tarde, em 1944, a diretoria da AAL&P resolveu mudar o sistema de cobrança de mensalidades. Deixou de descontá-las em folhas de pagamento e passou a cobrá-las diretamente dos sócios. Nesse período, a praça de esportes achava-se instalada em um imóvel de propriedade da companhia, localizado entre as Avenidas do Estado e Presidente Wilson. As atividades esportivas e sociais oferecidas haviam diminuído em comparação à época do Sacoman. Muitos sócios perderam o interesse pelo clube e deixaram de frequentá-lo. A cobrança das mensalidades refletia a dimensão do desinteresse dos associados e a situação de total dependência da AAL&P em relação à empresa. Em julho de 1944, primeiro mês de implantação do novo sistema, dos 2.039 sócios apenas 314 pagaram sua mensalidade, ou seja, cerca de 15%. O clube vinha reduzindo cada vez mais suas atividades. Nessas circunstâncias, quem iria pagar por algo que não poderia desfrutar? Sem associados e sem verbas, o clube não poderia sustentar-se por muito tempo. E assim, encerrou suas atividades oficialmente em 31 de outubro de 1944.

Era a companhia que, de fato, sempre assegurava a manutenção de todas as atividades da AAL&P: fornecia brinquedos e verbas para a festa de Natal, uniformes e material esportivo, energia elétrica gratuita, arcava com reformas na praça de esportes, pagava impostos, etc. Tal situação de dependência levava os diretores do clube a fazer reivindicações constantes à empresa sempre que pretendiam realizar algum evento social ou esportivo ou, simplesmente, comprar bolas e camisas novas. No entanto, alguns deles acreditavam ser dever da empresa oferecer os recursos necessários

à manutenção do clube dos funcionários. Julgavam injusta a condição de submissão na qual se encontravam e que os obrigava a "pedir favores". Com isso, surgiam conflitos entre os próprios diretores:

> Não concordando em absoluto com o pensar de V.Sa. [presidente da AAL&P] no sentido de que um Diretor de uma sub-sede, tem por obrigação mendigar recursos para a montagem da mesma, venho, irrevogavelmente, pedir minha exoneração desse cargo. (Carta de Luiz Lamenzzitell, Diretor da Sub-Sede da Rua Lavapés, para Ubirajara Martins, de 15 de setembro de 1932).

A diretoria da AAL&P, na tarefa de obter recursos ou donativos da companhia, recorria com freqüência a Edgard de Souza, Vice-Presidente da Light e "padrinho" do clube. A primeira Assembléia Geral, realizada em 1930, aclamara-o Presidente Honorário da AAL&P. A escolha se devia não apenas à posição que Edgard de Souza ocupava na companhia, mas, principalmente, por ser o presidente do então recém-fundado São Paulo F.C., o São Paulo da Floresta, formado por um grupo de dissidentes do C.A.Paulistano. Edgard de Souza era uma figura de destaque no meio futebolístico da Capital e grande incentivador do esporte em geral. No comunicado a Edgard de Souza sobre a decisão da Assembléia Geral, a diretoria da AAL&P dizia esperar que ele aceitasse o cargo que lhe fora conferido, *"(...) a fim de que, no prestígio de vosso nome e no auxílio de vossa reconhecida inteligência, possa a AAL&P encontrar o elemento indispensável para seu progresso."* (Carta de 20 de março de 1930).

Clubes setoriais anteriores à AAL&P já haviam reconhecido a importância do apoio de Edgard de Souza, como o Light & Power Basket Ball Club. Pouco antes da fundação da AAL&P, a diretoria deste grêmio encaminhou pedido ao Vice-Presidente da Light, na qualidade de Presidente

do São Paulo F.C., a fim de que autorizasse a cessão por aluguel da quadra de basquete do clube. E acrescentava: *"Necessitamos de um braço evidentemente forte como o de V.Excia. pois, modestos e de posses bem limitadas, pouco poderemos fazer em prol de nossa agremiação."* (Carta de 26 de março de 1930).

A companhia oferecia donativos diversos à AAL&P, mas também fazia muitos empréstimos. A administração acreditava que, ao contrair uma dívida, os sócios cuidariam melhor do patrimônio do clube e de sua conservação, e valorizariam mais os benefícios vindos da companhia. Em oposição, poderiam não dar muito valor aos donativos pelos quais não haviam lutado e que também não precisavam pagar. Esses empréstimos, no entanto, colocavam o clube em permanente dificuldade financeira. A empresa não cobrava, mas os diretores tinham sempre presente a dívida a saldar e que não parava de crescer. Por ocasião do fechamento da AAL&P, essa dívida foi esquecida, compensada, em parte, pela venda de móveis e objetos pertencentes ao clube.

II. 3. 2 AAL&P: clube de fábrica ou clube de elite?

> A Light tinha um dos melhores clubes sociais aqui de São Paulo, localizado no Sacoman. Durou pouco, mas foi um dos clubes melhor organizados em São Paulo. Podia-se compará-lo aos grandes clubes da época: Tietê... e outros. (S.S., responsável pela antiga Seção de Recreação da Light).

A imagem de um clube grandioso parecia ser generalizada entre os funcionários da companhia, sócios e, sobretudo, diretores da AAL&P. Apesar de ser o clube dos funcionários da

Light, a Associação não se identificava com outros clubes de fábrica e sim com as agremiações mais conceituadas da cidade. Graças aos esforços de sua diretoria e à grande influência de Edgard de Souza, a AAL&P participava de torneios ao lado dos clubes da elite paulistana em condição de igualdade. Gozava de boa reputação no meio esportivo da Capital, principalmente, devido à prática de várias modalidades esportivas. Desde seus primeiros anos de atividade, a atuação da AAL&P no campo desportivo mereceu o reconhecimento das entidades responsáveis e alguns de seus diretores e conselheiros integraram a diretoria de diversas federações. Tal fato, além de demonstrar o prestígio conquistado pelo clube no desenvolvimento de suas atividades, também era motivo de orgulho para seus associados, como o expressava Ubirajara Martins, Presidente da AAL&P, no Relatório Anual de 1934/1935:

> A parte esportiva mereceu também especiais cuidados e estamos certos que a desenvolvemos grandemente. Houve entusiasmo, dedicação ao Clube por parte dos esportistas e notável disciplina esportiva, hoje muito rara e que nos coloca em invejável situação no conceito dos Clubes desta Capital.
>
> Tal o prestígio nosso, que fomos contemplados com cargos nas principais Ligas e Federações de São Paulo. Nosso Clube, pela voz de seus representantes, passou a ser ouvido pelos esportistas de São Paulo. Tivemos diretores nas seguintes Entidades: Federação Paulista de Atletismo (vice-presidente), FP de Tênis (2º secretário), FP de Bola ao Cesto (secretário geral), FP de Ciclismo (secretaria), Liga Paulista de Xadrez (conselho fiscal), Liga Esportiva Comércio e Indústria — LECI (vice-presidência e secretaria) e Associação Comercial de Esportes Atléticos — ACEA (comissão de sindicância).
>
> (...)
>
> Bem poucos clubes em São Paulo mantêm a multiplicidade de esportes que praticamos e não são todos os que alcançam o coeficiente de atividades que desenvolve a nossa Associação em cada uma das suas seções.

A atuação disciplinada e correta dos atletas da AAL&P durante as competições em que tomavam parte, eficientemente orientados pelos responsáveis pelas seções esportivas, era, para o

presidente do clube, o fundamento da posição conquistada entre os clubes da Capital: *"A eles [diretores de seções esportivas] deve-se o papel saliente que nossas cores tiveram no cenário esportivo de São Paulo, onde, sem vanglória, a Associação desfruta de elevado prestígio."* (Relatório Anual da AAL&P - 1935/1936).

Em parte, esse prestígio provinha da divulgação das atividades da AAL&P no meio esportivo através de jornais e, também, entre as empresas e funcionários do grupo Light de São Paulo e do Rio de Janeiro. O sucesso do clube poderia servir de estímulo aos empregados para que viessem compor seus quadros como simples associados ou como atletas, neste caso integrando as equipes esportivas da Associação e ajudando-a a melhorar seu desempenho em torneios, bem como suas possibilidades de vitória. A publicidade interna era feita através da distribuição do "Boletim Semanal", contendo a programação do clube:

> Dedicamos também interesse à publicidade não só interna como externa. Criamos o Boletim e procuramos divulgar em jornais e revistas nossa ação, para melhor ser conhecido o Clube e mais aumentar seu já considerável prestígio nesta Capital. (Relatório Anual da AAL&P - 1933/1934).
>
> O Boletim, que informa semanalmente todos os associados dos atos da Diretoria, atividades esportivas e sociais, foi o veículo seguro que promoveu a propaganda da Associação e elevou-a no conceito dos clubes congêneres.
>
> O método de distribuição fez que no mesmo dia a maioria dos associados e demais empregados da Companhia pudessem acompanhar com todos os detalhes as diferentes atividades da Associação. (Relatório Anual da AAL&P - 1934/1935).

Os funcionários dos escritórios, idealizadores, fundadores e também dirigentes da AAL&P, tentavam imprimir à Associação um traço elitista e esforçavam-se para colocá-la entre as mais

importantes agremiações esportivas da Capital. A imagem prestigiosa e distintiva descrita nos pronunciamentos da diretoria não condizia com seu caráter de clube de fábrica.

O tênis, esporte cultivado pela elite paulistana à época, tinha grande destaque na AAL&P. Em 1936, o presidente Ubirajara Martins era também 1º Secretário da Federação Paulista de Tênis e não dissimulava sua predileção e seu entusiasmo por esse esporte:

> O Tênis é que melhores padrões de glória trouxe à Associação, demonstrando um progresso notável. Basta dizer que realizamos 15 partidas com clubes estranhos e perdemos apenas duas. Filiamos a Associação à FPT. Animados foram ainda os campeonatos internos. (Relatório Anual da AAL&P - 1933/1934).

Filiada à Federação Paulista de Tênis, a AAL&P disputava campeonatos com as melhores equipes de São Paulo, como o São Paulo Athletic Club, Sport Club Germânia, Tênis Clube Paulista, Sociedade Harmonia de Tênis, Sport Clube Sírio, C.A.Paulistano, Clube Espéria, Clube de Regatas Tietê, Tênis Clube Campinas e São Paulo F.C.

Integravam a equipe de tênis da AAL&P os altos funcionários dos escritórios e os técnicos canadenses. A importância desse esporte era tamanha, que nunca faltavam verbas para a compra de material esportivo importado e a manutenção da quadra. Por ocasião da mudança da praça de esportes do Sacoman para o terreno da Avenida Presidente Wilson, em 1939, o custo previsto para a construção de duas quadras de tênis e de um paredão era superior ao custo das obras do campo de futebol, da quadra de basquete e da pista de atletismo juntos.

O futebol, esporte popular, era desenvolvido pelos empregados mais humildes, lotados em funções subalternas ou atividades braçais. Apesar do tratamento especial dispensado ao tênis, o futebol era o esporte mais praticado e o que mais atraía a atenção dos associados. Ele constituía a verdadeira face "clube de fábrica" da Associação.

Havia uma clara distinção entre os sócios da AAL&P com relação às atividades esportivas. O pessoal dos escritórios preferia as atividades sociais e culturais, como os bailes e os "festivais lítero-musicais-dançantes". Entre os esportes, dedicavam-se ao basquete, tênis, xadrez, ciclismo, natação e remo. Os demais empregados preferiam esportes mais populares como o futebol e o *bocce*[19].

Na AAL&P, essa diferenciação entre os sócios estendia-se a outros campos de atividade e aspectos da vida social do clube. A suposta integração e criação de laços de solidariedade entre todos os trabalhadores da companhia, objetivos do clube, esbarrava em preconceitos e divisões internas. Havia atividades e programas distintos para funcionários dos escritórios e para empregados e trabalhadores braçais.

A princípio, essa cisão implicava direitos diferenciados aos funcionários dos escritórios e aos demais trabalhadores, estabelecidos pelos Estatutos de 12 de julho de 1931. O Capítulo III,

[19] Em estudo sobre o clube dos trabalhadores da fábrica Renault, na França, FRIDENSON (1989:51) afirma que operários, empregados e executivos têm interesses esportivos diferentes segundo um processo clássico de distinção, não importa a região, o país ou a época. Mestres, técnicos e empregados preferem esportes individuais e menos conhecidos, ao passo que os operários dedicam-se aos esportes de massa.

relativo aos associados, dividia-os em duas seções: “A” para os funcionários dos escritórios e “B” para os outros empregados.

Os sócios da seção “A” subdividiam-se em cinco categorias: fundadores, beneméritos, honorários, remidos e contribuintes, enquanto os sócios da seção “B” pertenciam apenas à categoria de contribuintes. Também a administração do clube estava reservada aos funcionários dos escritórios. De acordo com o Capítulo VII, artigo 34º, metade dos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo seriam indicados pelos chefes dos Departamentos; a outra metade seria eleita pela Assembléia Geral. Os conselheiros tinham mandato de dois anos e podiam ser reindicados. Este sistema limitava a participação dos associados e a renovação dos quadros diretivos. A diretoria era composta, exclusivamente, por funcionários que ocupavam cargos relevantes nos escritórios, e podiam ser reeleitos para um mandato de dois anos.

A distinção entre os sócios incluía as festas, atividades sociais e esportivas. O Capítulo III, artigo 13º, dispunha dos direitos dos associados segundo sua seção — “A” ou “B” —, que poderiam:

> a) frequentar a sede social na parte destinada a esta seção;
> (...)
> c) participar das festas especialmente promovidas para esta seção, sujeitando-se aos regulamentos.

As festas promovidas pela AAL&P, como bailes familiares ou bailes carnavalescos, nunca reuniam os funcionários dos escritórios e os outros empregados. Para os primeiros, preparavam-se festas em salões renomados na cidade, como o Trianon e os do Clube Germânia e do São Paulo

Athletic Club. Já para os trabalhadores braçais (que realizavam tarefas de instalação e reparos da rede elétrica, trilhos e cabos dos bondes), motorneiros, condutores, leituristas, fiscais e outros improvisavam-se as "casas de carros", ou seja, as garagens de bondes. Desse modo, preservavam-se internamente a dispersão e o isolamento que caracterizavam os núcleos setoriais e departamentais. A AAL&P não atingia seu suposto objetivo de promover a confraternização entre todos os trabalhadores da Light.

Os estatutos altamente discriminatórios foram revistos em 29 de julho de 1931, logo após sua divulgação. No entanto, a distinção continuou existindo no dia-a-dia do clube, incluindo a atividade futebolística.

II. 3. 3 A AAL&P e o futebol: amadorismo *versus* profissionalismo

A equipe oficial de futebol da AAL&P disputava o campeonato da Primeira Divisão da renomada Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA)[20], entidade que reunia os grandes clubes do futebol paulista. Para os torneios promovidos pela LECI, que congregava clubes de fábrica e de empresas comerciais, a AAL&P se fazia representar pelos quadros de alguns clubes setoriais como o Bonde Team, o Medidores e o Oficinas. Incluir seu time entre os melhores da cidade certamente conferiria muito mais prestígio à Associação, segundo as concepções elitistas de seus diretores, do que se tomasse parte apenas nos torneios entre clubes de fábrica.

A diretoria da AAL&P providenciou seu registro na APEA em 1931, mas o clube só começou a participar dos campeonatos no ano seguinte. Em 1933, a APEA adotou oficialmente o profissionalismo na sua Divisão Principal. Embora as divisões inferiores continuassem amadoras, a AAL&P ficou desconcertada diante do fato; afinal, ela assumia de público a defesa do futebol amador em seu meio. No Relatório de Atividades de 1932/1933, Ubirajara Martins opinava sobre a atitude da APEA:

> Com referência ao Campeonato Oficial de 1933, devido à introdução do profissionalismo na Divisão Principal da APEA, nota-se que esta Entidade tem se desinteressado pelo futebol amador, o qual é praticado em nossa Associação, e não obstante já nos encontramos em meados do ano, e até agora nada foi assentado pela APEA, sobre o Campeonato da Primeira Divisão deste ano.

No Relatório Anual de 1933/1934, Ubirajara Martins falava com orgulho dos "princípios do amadorismo" seguidos pelas equipes esportivas da AAL&P:

> Em esportes, procuramos integrar nossos quadros dentro dos mais sãos princípios do amadorismo e da disciplina, proporcionando ao maior número possível de associados, os benefícios da educação física, sem a preocupação errônea, que infelizmente predomina em nossos meios esportivos — formação de núcleos reduzidos de campeões.
>
> Seguimos sempre este postulado: é preferível fazer 100 homens fortes a fazer dez campeões. Com isso, lucra muito mais a coletividade.

O discurso favorável ao amadorismo, contudo, não impedia que a diretoria enfrentasse problemas com relação ao quadro de futebol da AAL&P em disputa do campeonato da APEA. É possível que a atração exercida pelo profissionalismo, em vigor na Divisão Principal daquela entidade, motivasse os jogadores a demonstrar sua insatisfação pelo amadorismo desenvolvido na AAL&P através de indisciplina. Esta conduta, associada a uma série de derrotas e aos gastos com a

---

[20] Os clubes filiados à APEA dividiam-se nas seguintes categorias: Divisão Principal, Primeira Divisão e Segunda Divisão.

manutenção do time, levaram a diretoria do clube a optar pelo fechamento do quadro de futebol, mesmo com o campeonato em curso:

> À vista do completo descaso manifestado pelos jogadores da Associação, bem como dos Associados que cansaram de assistir às contínuas derrotas motivadas pela flagrante indisciplina dos jogadores, bem como, pelas avultadas despesas que a manutenção desse quadro trazia, a Diretoria propôs em reunião conjunta com o Conselho, a desfiliação do quadro da Primeira Divisão da APEA que foi levada a efeito, desistindo da continuação do campeonato. (Ubirajara Martins. Relatório Anual da AAL&P - 1933/1934).

Com o abandono da APEA, o futebol da AAL&P passou a ter representação apenas na LECI pelos quadros do Oficinas e do Bonde Team, pautando-se pela prática do amadorismo.

No início dos anos 1940, as concepções da diretoria da AAL&P sobre o esporte se alteraram radicalmente, coincidindo com a saída da Ubirajara Martins da presidência do clube. Sob a gestão de Humberto Penteado, um alto funcionário da companhia, o futebol ganhou novo impulso e nova importância na vida do clube, fomentado pela adoção de um "profissionalismo de fábrica." Outros esportes, como o atletismo e o ciclismo, também se beneficiaram com os novos ares que invadiram a AAL&P.

Em 1940, a Associação montou um time com jogadores de bom nível técnico, entre os quais ex-profissionais e profissionais dos grandes clubes da cidade, e passou a excursionar pelo interior do estado, enfrentando equipes fortes. Os bons resultados alcançados lhe valeram o reconhecimento no meio futebolístico e o título de "esquadrão de aço."

Em 1941, a AAL&P disputou o Campeonato Amador da Liga dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. Para tanto, registrou 42 atletas distribuídos entre o 1º quadro e a equipe de aspirantes. Todos os jogadores eram funcionários da empresa. Alguns deles tinham muitos anos de trabalho na Light. Outros, no entanto, eram novatos na empresa, admitidos havia meses, semanas e até mesmo no dia anterior ao do registro na Liga de Futebol dos Funcionários Públicos. Estes últimos, possivelmente recrutados em virtude de suas qualidades como futebolistas, eram, em geral, lotados na seção de contadoria de luz e força como leituristas, em trabalho externo. Esta ocupação não exigia formação específica e a flexibilidade de horários favorecia os treinamentos. Se a Light e a AAL&P se beneficiavam das habilidades esportivas dos funcionários-jogadores, estes, por sua vez, valiam-se delas para assegurar um emprego estável.

O quadro principal da AAL&P sagrou-se campeão do torneio da Liga dos Funcionários Públicos em 1941. Graças a esse título, a AAL&P foi convidada a disputar o Campeonato Amador da Divisão Principal da Federação Paulista de Futebol (FPF) no ano seguinte. Nesta época, o profissionalismo sofreu um incremento ainda maior com a integração de jogadores profissionais à equipe, prática favorecida pelo relacionamento e influência de Edgard de Souza no meio esportivo paulistano.

Mesmo durante esta fase de profissionalismo, tanto a companhia quanto a AAL&P nunca admitiram a supressão do ideal amador. O dinheiro para o pagamento de prêmios aos jogadores provinha da companhia sob a forma de donativos, que teriam o fim de auxiliar o clube a saldar *"salários de trabalhadores por serviços prestados na praça de esportes"*. Durante dois anos (1942-

1943), a companhia efetuou donativos mensais sob a mesma alegação, num período em que nenhuma obra de vulto havia sido realizada na praça de esportes. Além do "bicho", estava aberta a possibilidade dos jogadores estabelecerem acordos com a direção da empresa para o aumento de seus salários.

Houve funcionários-jogadores que começaram no time da AAL&P e tiveram sua oportunidade, posteriormente, no futebol profissional. Houve também jogadores que, concluída sua carreira como profissionais, passaram a integrar a equipe de futebol da Associação como o famoso Araken Patusca, que defendera o São Paulo F.C. Houve outros ainda que, mesmo durante sua fase como profissionais, trabalhavam na Light e jogavam pela AAL&P. Na época em que o profissionalismo não absorvia todo o tempo do jogador, ele tinha disponibilidade para desenvolver uma ocupação regular, manter-se empregado. Esta era a situação de muitos jogadores da AAL&P, que gozavam de um emprego estável e podiam dedicar algumas horas para defenderem o clube da empresa.

Um dos jogadores da AAL&P que se destacou foi Albino Martorelli, profissional pela Associação Portuguesa de Desportos de 1933 a 1944 e, depois, pela Associação Atlética Ponte Preta, de Campinas. Em 1937, aos 24 anos, Albino começou a trabalhar na Light como contramestre da carpintaria, sem abandonar o futebol profissional. Desde seu ingresso na empresa, ele passou a integrar o quadro de futebol da AAL&P, como capitão. Albino desempenhou essas atividades concomitantemente por longo tempo. Em sua opinião, elas não eram excludentes:

"Naquele tempo, a maioria dos jogadores profissionais tinha uma atividade profissional paralela. O futebol permitia a conciliação." (A.M.)[21]

Mesmo depois de encerrada sua carreira como jogador profissional e também da AAL&P, Albino não abandonou o esporte: foi treinador de clubes setoriais da empresa e de muitos clubes das divisões inferiores do futebol paulista. Ao lado disso, continuou desenvolvendo seu trabalho na carpintaria da Light, aposentando-se em 1968.

Enquanto a diretoria da AAL&P se voltou para a formação de uma equipe de futebol vencedora e prestigiosa, descuidou dos programas capazes de oferecer diversão e lazer aos associados. Arrojou-se no incentivo e no desenvolvimento do profissionalismo, mas se esqueceu das atividades cotidianas. Os sócios viram-se alijados da Associação, uma vez que o esporte se transformara em privilégio de um grupo restrito. O desinteresse daí decorrente foi somado a graves problemas financeiros e à perda da praça de esportes: em 1944, a companhia precisou alojar empregados na área ocupada pela AAL&P e rescindiu o contrato de comodato. Esses fatores acabaram determinando o encerramento definitivo do clube.

[21] Cf. Albino: esportista nato. *Notícias, ADC Eletropaulo*. Maio de 1989, pág.237.

II. 4 Sociedade Esportiva e Cultural dos Empregados da Light

Com o fim da AAL&P, os funcionários da Light procuraram suprir a falta de um espaço destinado à prática desportiva e ao lazer: muitas seções ou departamentos da empresa procuraram organizar seus pequenos grêmios. Voltou-se, então, à mesma situação de dispersão anterior à fundação da AAL&P. Nesse sentido, a organização da Sociedade Esportiva e Cultural dos Empregados da Light (SECEL), em 1949, significou uma tentativa de reverter esse quadro, criando condições de reunir todos os empregados em um único local, oferecendo-lhes atividades esportivas e sociais e ampliando, assim, as relações de amizade entre eles.

Tão logo a empresa comunicou a desativação do alojamento para trabalhadores da Seção da Via Permanente[22], instalado na antiga praça de esportes da AAL&P, um grupo de funcionários apresentou a proposta de criação do novo clube à administração da companhia, já com vistas a pleitear a cessão daquela área.

A SECEL tinha caráter federativo. Congregava os diversos clubes setoriais da companhia surgidos após a extinção da AAL&P, de modo a mantê-los com suas diretorias independentes, porém com representação na SECEL. Assim sendo, os 1848 sócios existentes por ocasião da

[22] Com a criação da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), em 1948, a Light deixou de prestar o serviço de transporte urbano, transferindo sua responsabilidade à nova empresa, bem como os equipamentos e os empregados dedicados a essa atividade.

fundação da nova Sociedade, em setembro de 1949, pertenciam aos 15 clubes federados[23] e não a ela diretamente.

Depois de dois anos de atividade, a diretoria da SECEL constatou o desinteresse dos clubes federados e de seus sócios por suas programações esportivas e sociais. Nestes pequenos clubes, colegas de trabalho de uma mesma seção ou departamento jogavam futebol entre si, num ambiente possivelmente mais acolhedor e familiar do que a SECEL, que reunia pessoas de todos os setores da empresa. A SECEL parecia não obter êxito em sua tarefa de superar a dispersão dos grêmios setoriais.

Segundo um antigo funcionário dos escritórios, esse desinteresse dos sócios se devia à heterogeneidade cultural do próprio corpo de associados, o que dificultava qualquer tentativa de integração. Para ele, os empregados de baixo nível de instrução não conseguiam entender a importância do esporte, visto como cultura física, e só se devotavam ao futebol:

> Havia muita "mistura" na Light e isso prejudicava a integração. No clube (SECEL), conviviam técnicos, faxineiras, operários. Além disso, também era muito difícil arregimentar gente para os clubes. A SECEL fechou exatamente por falta de gente. A ADC (Associação Desportiva e Cultural Eletropaulo), hoje, enfrenta o mesmo problema. (P.G.)

[23] Os clubes que aderiram à proposta da SECEL foram: Agapê Unidos A.C., Bandeirantes Clube, Francisco de Souza F.C., Grêmio Recreativo Comercial, G.R.Estudantino, G.R. Indaiá, Guarani Clube, Hidro Clube, Incas Clube, Marajoara Clube, Olimpicus Clube, Tupi F.C., Clube Atlético Glória, Arbos Esporte Clube, Vulcano Esportivo e Social.

O desinteresse dos clubes e dos sócios também se fazia notar no fracasso da organização funcional da SECEL. Em fevereiro de 1952, os clubes federados ainda não haviam realizado assembléias gerais, nas quais seriam eleitos seus representantes no Conselho Deliberativo da SECEL; muitos clubes até haviam interrompido sua correspondência com a Sociedade. Diante desse quadro, a diretoria da SECEL passou a considerar como filiados somente aqueles grêmios que continuassem recolhendo a quota mensal e que, naquela data, somavam apenas cinco: Olimpicus Clube, Guarani Clube, Clube Glória, Agapê Unidos A.C. e Incas Clube. A falta de pagamento das quotas levava a SECEL a uma situação difícil: elas consistiam sua única fonte de renda. Por seu lado, os clubes filiados dispunham de poucos recursos para sua própria manutenção. Contavam apenas com as mensalidades pagas pelos associados, de valores quase simbólicos. A quota mensal que deveriam pagar à SECEL era proporcional à sua arrecadação. Desde dezembro de 1949, diretores da SECEL já se conscientizavam de que a precariedade de seus recursos e as próprias características do sistema de arrecadação a levariam a sérias dificuldades financeiras:

> Tendo em vista a experiência da Diretoria Provisória adquirida no trato com as atividades necessárias à SECEL e apresentada acima, torna-se evidente que a renda produzida pela quota dos clubes filiados à SECEL é insignificante em confronto com as despesas normais que a Sociedade terá que fazer. (Relatório de Atividades da SECEL - dezembro de 1949).

A diretoria era forçada a recorrer frequentemente à companhia. Sua receita era insuficiente até mesmo para cobrir as despesas básicas como compra de material esportivo, limpeza de uniformes e conservação da praça de esportes:

> Nossa renda mensal ainda não nos permite liquidar tais encargos (com suprimento de material esportivo), tendo em vista que ela nos é necessária para pagamento de ordenado de empregado, lavagem de uniformes, pequenas reformas nas instalações, etc. (Carta de Hilário Dertônio, presidente da SECEL, a W.L.Simpson, Superintendente Geral da Light, de 25 de abril de 1950).

A situação se agravou ainda mais com o abandono de vários clubes e o fechamento de outros. Em outubro de 1952, o contrato de comodato entre a Light e a SECEL foi rescindido. A empresa vendera a propriedade onde funcionava a praça de esportes à The São Paulo Gas Co. Ltd. Desprovida de sede social e praça de esportes, com um quadro social diminuto e em sérias dificuldades financeiras, a SECEL, praticamente reduzida à sua diretoria, voltou-se à promoção de atividades sociais e culturais. Em 1953, a SECEL ainda conseguiu organizar piqueniques, bailes, apresentações teatrais, espetáculos de dança e música. Organizou também o I "Rally" Automobilístico, aberto aos funcionários da Light e aos amantes do automobilismo em geral. O sucesso e a acolhida do rali estimularam a diretoria a organizar uma competição do gênero a cada ano, até 1955, quando o clube encerrou suas atividades definitivamente.

*

Após o fracasso da SECEL em promover a unificação dos clubes setoriais da empresa, assistiu-se a uma nova "explosão" de pequenos clubes. Devido aos constantes pedidos de auxílio que encaminhavam à administração da Light, esta resolveu criar a Seção de Recreação em 1957, que se ocuparia somente dos assuntos relativos aos clubes setoriais e ao lazer de modo geral. Todos

os grêmios deveriam encaminhar um relatório mensal de atividades à Seção de Recreação. Quando precisavam de dinheiro, era à Seção de Recreação que se dirigiam, que, por sua vez, autorizava a liberação de verbas após a consulta e a aprovação das chefias superiores. O encarregado pela Seção ajudava os clubes a elaborar seus estatutos, organizar as assembléias gerais, empossar as diretorias, etc. Ele fiscalizava o andamento dos clubes, mas também procurava favorecê-los frente à administração da companhia:

> Eu propunha verbas para churrascadas. A seção era vinculada ao Departamento Social. Estes não eram sociais nem esportivos e cortavam as verbas. Dr. Marinho Lutz (Presidente da Light) não aprovava. Os clubes ficavam à mercê da má vontade da nossa diretoria. (S.S.)

II. 5 Light: apoio restrito aos clubes de funcionários

Muitas empresas faziam de seus clubes de futebol um veículo publicitário de seus produtos. O interesse e o estímulo que devotavam à formação de equipes capazes de participar de torneios oficiais deviam-se ao desejo de melhor promover seu próprio nome. A preocupação com o lazer e o divertimento dos trabalhadores nem sempre estava em questão.

A administração da Light & Power apoiava a criação de espaços para a prática de esportes pelos funcionários; dava-lhes total liberdade para formarem seus grêmios, mas ela própria jamais tomara qualquer iniciativa nesse sentido. Como os funcionários não dispunham de recursos suficientes para manter os clubes, dirigiam-se à companhia em busca de auxílio. Esta, em geral,

atendia aos pedidos, mas era austera na liberação de recursos. Desse modo estendia seu controle sobre a prática esportiva, pois o simples fato de não contribuir financeiramente inviabilizaria a concretização de qualquer iniciativa, como nos relata o antigo encarregado da Seção de Recreação da empresa:

> Eles [os diretores da Light] nunca impediam qualquer atividade. Doavam terrenos para os clubes e participavam das atividades. Mas na hora da verba, amigo... Na hora do "vamos ver como é que fica o bolso", aí é que estava o negócio. Aí surgia a improvisação. Às vezes, grandes idéias não eram levadas à frente, porque não havia verba. A verba era sempre o grande problema. Se eu não impeço a atividade, mas não auxilio financeiramente, também não é uma forma de impedir ou restringir? (S.S.)

Nesse contexto, os clubes de funcionários e o futebol na Light sempre se desenvolveram com dificuldades. Todas as tentativas de criação de clubes foram impulsionadas por um misto de identidade e de orgulho dos empregados pela companhia e também de luta por aquilo que consideravam um direito. Muitas empresas da cidade mantinham seus clubes de futebol, o que era motivo de orgulho e distinção para seus empregados. Já os funcionários da poderosa Light & Power não dispunham desse benefício. Ressentiam-se de espaços para o lazer e a prática de esportes, quando, para eles, seria "natural" que a Light lhes oferecesse clubes fortes e grandes, dado seu porte e sua importância na economia da cidade e do estado. Em matéria de esportes, contudo, não tinham do que se vangloriar, com exceção do período de atividades da AAL&P. Na verdade, o caráter elitista que marcou os primeiros anos da AAL&P tinha por objetivo promover o clube e elevar o *status* social de seus associados, só que por outra via que não a dos campeonatos de fábricas. A SECEL tentou recuperar o prestígio perdido, empenhando-se no que chamou de uma verdadeira "cruzada", *"a fim de recolocar os empregados da Light no seu merecido lugar nos esportes e na*

cultura desta grande metrópole." (Carta de Hilário Dertônio, Presidente da SECEL, aos presidentes dos clubes federados, de 30 de setembro de 1949).

Os "lighteanos" sentiam-se inferiorizados frente aos trabalhadores de outras empresas, como lamentavam os associados do Clube Atlético Usina Cubatão (CAUC), da cidade de Cubatão, no seu relatório anual de atividades de 1952:

> Em football (...) é evidente a pujança e desportividade dos nossos atletas, mesmo em que pese o nosso handicap pela falta de uma praça de esportes na qual pudéssemos treinar os nossos atletas com mais intensidade. E, indiscutivelmente, uma praça de esportes dentro do acampamento ou arredores, seria uma diversão domingueira para os operários e suas famílias, privadas que são de qualquer divertimento local senão aqueles levados a efeito na nossa sede social. Demais, servidores que somos de uma Companhia tão grande e de renome tão elevado, como é a São Paulo Light & Power Co. Ltd., sentimo-nos inferiorizados e até mesmo humilhados diante de pequenas companhias cujos empregados gozam de amplos recursos financeiros e materiais, desenvolvendo assim cada vez mais sua vida social-esportiva própria. (...) Todavia, continuamos alimentando a esperança de que os senhores digníssimos chefes da companhia Light & Power, pouco a pouco, irão se compenetrando da necessidade de amparar melhor estes bravos operários esportistas da Usina de Cubatão e, tudo que em favor deste [do clube] for feito, reverterá, temos certeza, em melhores entendimentos entre empregados e empregadores.

A postura da companhia em relação aos clubes pautava-se pelo seguinte princípio: o de que os funcionários deveriam lutar pelos clubes, construindo eles próprios suas instalações. Dessa forma, dariam mais valor ao clube. Em 1953, os sócios do C.A. Usina Cubatão, cansados de reivindicar melhorias em sua praça de esportes (construção de vestiário com chuveiros e de cerca ao redor do campo de futebol), propõem que a companhia forneça apenas o material necessário para as obras. A mão-de-obra poderia ser dispensada, pois eles próprios se ofereciam para trabalhar nos fins

de semana e nas horas de folga. A sugestão foi prontamente aceita pela administração da Light. De acordo com um de seus diretores, não cabia à companhia tomar a iniciativa de construir a sede social e esportiva do C.A. Usina Cubatão: ela deveria partir dos empregados. Se eles próprios construíssem a sede, apreciariam muito mais e tomariam mais cuidado com o patrimônio e os benefícios que eles mesmos haviam criado:

> Em alguns casos, em outras companhias associadas, os próprios empregados construíram as sedes dos clubes em suas horas de folga e feriados, com alguma ajuda da companhia sob a forma de materiais e equipamentos especiais, que eles próprios não poderiam dispor ou providenciar. (Carta de M. MacDonald, Superintendente Geral Adjunto, a A.S.Mursa, Chefe do Departamento de Eletricidade, de 2 de julho de 1953).

Os clubes de funcionários da Light foram marcados pela descontinuidade, tanto do ponto de vista espacial como temporal. Os grêmios surgiam isoladamente em cada seção, em diversas usinas geradoras do interior do estado de São Paulo, como forma espontânea e coletiva de organização do esporte. As tentativas de centralizar as atividades desses pequenos clubes em uma única agremiação também não tiveram continuidade. Conquanto a companhia canadense apoiasse a prática esportiva de seus funcionários, ela mantinha uma postura restritiva na concessão de recursos a esses clubes. A Light era favorável ao desenvolvimento do esporte amador — inclusive incentivava um seleto clube de futebol da cidade, o São Paulo Athletic Club, representante da colônia inglesa aqui radicada. Ao contrário de outras empresas do mesmo período, no entanto, a Light não demonstrava interesse em se promover através dos clubes de futebol de seus funcionários. Assim, permitia que seus grêmios internos perecessem.

Capítulo III

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA MATARAZZO

"(...) o Futebol cobre a Atlética de glórias, divulga seu nome e congrega amigos imorredouros". Associação Atlética Matarazzo. *Dados Históricos no cinquentenário de sua fundação: 1914/1964.* São Paulo, 1964.

III. 1 Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo: histórico

Francisco Matarazzo descendia de família nobre de Salerno, Itália. Seu pai era proprietário em uma comunidade voltada para a economia agrária. A família de Francisco "via-se e era vista" em posição social superior dos demais membros da comunidade. Francisco *"poderia ter gozado a vida de privilegiado na sua terra natal"*, afirma um de seus biógrafos[24].

Mas a morte precoce do pai e a difícil situação econômica da Itália Meridional levaram-no a optar pela emigração em 1881, aos 27 anos de idade. Era preciso recuperar o patrimônio, como também o prestígio da família; fazê-la digna do *status* social que detinha, o que, no entanto, não podia ser obtido no interior da comunidade. Tentar a vida em outro país era uma solução viável.

[24] Cf. C. D'Agostinho. Matarazzo. *In Memorian*. São Paulo: Gráfica Orlandi, s/d. pá.471. Citado por José de S. Martins. *Conde Matarazzo. O Empresário e a Empresa.* São Paulo: Hucitec, 1973, pág.46.

Sobre cada membro da família Matarazzo repousava a expectativa de conservar-se em posições não subordinadas ou de mando, privilégios adquiridos por herança e típicos de uma ordem estamental. Mas a comunidade passava por modificações estruturais e o próprio pai de Francisco, embora fosse proprietário, *"herdeiro dos meios tradicionais de qualificação estamental"*, viu-se obrigado a trabalhar como advogado. De acordo com MARTINS (1973:48):

> Ainda que a dominação continuasse sendo exercida em moldes tradicionais, paternalistas, começava a perder o seu caráter patrimonial para garantir força-de-trabalho e ao próprio capital - a propriedade - o seu sentido mercantil e capitalista, implantando na relação humana a situação de interesses. O dinheiro emergia como instrumento mediador e classificador dos homens, perdendo o seu sentido anterior, velado. Por tanto, a comunidade perdia os seus meios classificatórios imediatos. Não qualificava mais, não obstante preservasse as avaliações estamentais como referências no relacionamento social.

Estes fatos imprimiram um duplo sentido à personalidade de Francisco Matarazzo: por um lado, ele se definia como Conde e valorizava os títulos nobiliárquicos; por outro lado, dizia-se o imigrante que vencera pelo trabalho e se transformara em empresário capitalista.

Em fins do século XIX, Francisco Matarazzo, já em franca ascensão, transferiu de Sorocaba para São Paulo seus negócios com industrialização e comércio de banha de porco. Em 1900, construiu um moinho de farinha de trigo no bairro do Brás. A ampliação da seção de sacaria do moinho deu origem à Tecelagem de Algodão Mariângela em 1904, que também produzia tecidos para vestuário. A oficina mecânica do moinho, equipada com máquinas adquiridas no exterior, transformou-se em fábrica de óleo de caroço de algodão. Ao lado desta unidade, passou-se a

produzir sabão e artigos de tocador. A necessidade de encaixotamento também motivou a instalação de várias serrarias (MORSE, 1970:304).

No processo de desdobrar as atividades dos setores em funcionamento, de suprir as necessidades da embalagem de produtos e, sobretudo, de aproveitar racionalmente os rejeitos industriais, Matarazzo criou um complexo industrial formado por fábricas de óleos, sabão, banha, fiação, tecelagem, malharia, estamparia de tecidos, tinturaria, moinho de trigo, engenho de beneficiamento de arroz e armazéns de estocagem (MARTINS, 1973:35). Assim se constituía o patrimônio da Francisco Matarazzo & Cia. em 1911, quando foi transformada em sociedade anônima.

À primeira vista, a razão principal dessa modificação seria a abertura para a entrada de capitais, mediante a emissão de novas ações, o que, de certa forma, operou-se. No entanto, os subscritores foram o próprio Francisco, seu irmão André e os respectivos filhos, que compraram 53,4% das novas ações. O restante ficou em mãos de alguns parentes. A chamada de novos capitais, portanto, era ilusória, já que os investimentos efetuados provieram da própria família.

Desta forma, a reorganização legal da empresa, mais que a abertura para novos capitais, teve como efeito assegurar a preservação do seu caráter familiar. A empresa, anteriormente composta apenas por Francisco e André, passou a integrar todos os membros das duas famílias, que, na posição de acionistas, poderiam ocupar cargos de direção, desde que aprovados pelo acionista majoritário.

Segundo MARTINS (1973:56), a absorção de membros das famílias em funções de direção e comando, acabaria resguardando certo tipo de autoridade:

> (...) A constituição das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, em 1911, denotava a burocratização dos serviços e a centralização do poder num escritório central, o que implicava num estilo de dominação interna marcada pela diluição do poder nos diversos cargos hierárquicos mediante regulamentação. Porém, o poder não só foi centralizado, mas também concentrado na pessoa de Francisco, que, ao invés de especializar- se no exercício da autoridade, procurou manter o mesmo estilo de controle inerente à pequena empresa e à dominação familiar. Quando muito, distribuiu algumas tarefas administrativas centrais a alguns dos filhos, o que apenas visava a consolidar o padrão de domínio já instaurado. Sem dúvida, a autoridade no topo da burocracia pode não ser burocrática e nem por isso a organização deixará de sê-lo, o que não obsta as implicações de tal procedimento.

Em meados da década de 1920, as Indústrias Matarazzo tinham ramificações por todo o Brasil e também no Exterior. Produziam seda artificial, cartonagem, produtos químicos, bebidas, álcool, perfumes, sabão, velas, vernizes, cerâmica, óleos e gesso. Contavam ainda com frigoríficos, fundições e metalúrgicas, refinarias de sal e açúcar e carpintarias (MORSE, 1970:304).

Em 1924, o grupo Matarazzo desdobrou-se. Francisco Matarazzo Sobrinho (Cicillo), filho de André, e Giulio Pignatari, genro do Conde Francisco, compraram as oficinas metalúrgicas da empresa, constituindo, assim, a Metalúrgica Matarazzo. Em 1936, André também deixou as Indústrias Matarazzo e associou-se ao filho Cicillo. Pignatari, por sua vez, organizou seu próprio grupo.

Com estas mudanças, o Conde Francisco Matarazzo e seus filhos passaram a deter praticamente todo o patrimônio da S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, agora sob o controle de um único membro.

A racionalização burocrática e a especialização das atividades, características da divisão do trabalho, existiam apenas enquanto contingência técnica. Francisco Matarazzo centralizava o poder; fazia-se presente em todas as etapas da produção. Conservava a mesma fórmula de gerenciamento usada nos seus primeiros negócios com banha de porco, onde sua participação nos processos decisórios, desde a compra direta da matéria-prima até a comercialização dos produtos, era fundamental no aumento dos lucros e na eliminação da concorrência. Dessa forma, o Conde Matarazzo e também seu sucessor, o Conde Francisco Jr., efetuavam pessoalmente as compras de matérias-primas; mesmo aquelas de que não cuidavam diretamente eram do seu conhecimento.

O Conde Matarazzo visitava as fábricas diariamente e recebia os chefes de departamentos dos escritórios centrais em seu gabinete, a fim de se inteirar sobre o andamento dos negócios e, muitas vezes, interferir nas resoluções. A manutenção de um contato diário com seus subalternos, além de controlar seu desempenho, permitia-lhe cientificar-se dos mínimos detalhes da administração e da produção. Ele não podia prescindir de toda uma organização burocrática. Contudo, até as decisões que deveriam partir de subalternos eram, de alguma forma, dirigidas ou influenciadas pelas concepções de Francisco. Também em assuntos técnicos, que confessamente não dominava, ele interferia, sugerindo ou fazendo ouvir sua opinião. Com isso, o Conde promovia

aquilo que MARTINS (1973:58-59) identifica como uma hierarquização extremamente rigorosa no interior da empresa e também da família.

O mesmo padrão de autoridade e controle da empresa se estendia à Associação Atlética Matarazzo, podendo ser identificado no desenvolvimento de todas as suas atividades. Nos próprios estatutos do grêmio, o Conde Sênior e o Conde Júnior encontravam respaldo para interferir diretamente na vida da Associação. O Capítulo I, Artigo 3º dos Estatutos de 18/4/1932, estabelecia que *"o Presidente da S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo é, de direito, Presidente Honorário da Associação Atlética Matarazzo."*

III. 2 Associação Atlética Matarazzo: organização e disciplina

Fundada em 14 de novembro de 1914, com sede no município de São Paulo, a Associação Atlética Matarazzo (AAM) reunia os empregados dos escritórios comerciais e industriais da S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Voltada principalmente ao "cultivo do futebol", segundo estabelecia seu primeiro estatuto (1928), a Associação também se destinava à promoção de festivais esportivos e recreativos, bem como bailes com a participação de sócios e seus familiares.

Ao ser admitido a um daqueles escritórios, automaticamente, o empregado se tornava sócio dessa agremiação. Como os escritórios sempre mantiveram uma média de 1.800 funcionários, este também deveria ser o número aproximado dos associados da Atlética Matarazzo.

As mensalidades pagas variavam segundo faixas salariais. Os valores envolvidos eram pequenos, mas regularmente descontados das folhas de pagamento. Assim, todos os funcionários dos escritórios contribuíam, mesmo aqueles que não freqüentavam a Atlética. Os funcionários não poderiam optar entre serem ou não associados. Como informou um ex-diretor, todos eram obrigados a se filiar:

> Na Atlética era o seguinte. Você entrava como empregado na Matarazzo, automaticamente, você era sócio. Então você fazia parte do quadro da Atlética. (...) Descontava-se a mensalidade na folha de pagamento. (...) Quando você assinava o contrato de trabalho, você já era sócio da Atlética. Era obrigatório. Várias pessoas tentaram mais tarde sair, quando ela já não oferecia nada... Mas não era possível. Nunca ninguém conseguiu. Então eles descontavam. Não era uma coisa exorbitante, mas vinha descontado na folha de pagamento. (...) Você era obrigado a entrar. (L.R.)

Outro ex-diretor e conselheiro do clube tentou amenizar essa obrigatoriedade de filiação, argumentando que, por um valor irrisório, nenhum funcionário se recusaria a ser sócio, pois deixaria de usufruir de assistência médica no Hospital Matarazzo, seguro de vida e distribuição de brinquedos às crianças no Natal, ofertas da Atlética a seus associados. No entanto, caso esses benefícios fossem de fato assegurados a todos os sócios, dificilmente seriam registrados protestos por parte dos funcionários quanto ao pagamento da taxa da Atlética, como ocorreu em 1938. Neste ano, empregados residentes em Santos e outros estados reclamaram contra o pagamento obrigatório das mensalidades, quando não podiam freqüentar o clube, situado na Capital paulista, nem desfrutar de outros benefícios oferecidos. Em virtude dos vários pedidos nesse sentido, a diretoria da Associação decidiu só debitar as mensalidades dos salários mediante autorização dos funcionários

residentes em outras cidades, com exceção dos gerentes das filiais, que continuariam sofrendo o desconto de modo compulsório.

A filiação obrigatória e o desconto em folha de pagamento, em parte, isentavam a empresa de fornecer contribuições permanentes ao clube. Esse sistema assegurava certa constância nos recursos da Associação, ao contrário do que aconteceria caso a escolha fosse livre e os próprios sócios efetuassem os pagamentos diretamente ao clube, situação em que poderiam ocorrer atrasos e pagamentos irregulares. Mesmo assim, a Atlética estava sempre às voltas com dificuldades financeiras. Havia gastos com aluguéis da sede social e do campo de futebol da Vila Maria Zélia, no bairro do Pari, com salários de empregados, contas de água e luz, alvarás, material esportivo, etc. Apesar do eventual auxílio da empresa, era o dinheiro proveniente dos sócios que mantinha o clube em funcionamento. Um recurso utilizado em janeiro de 1936 pelo Conselho de Administração, cujo objetivo imediato era aumentar a arrecadação da Atlética, foi a criação de uma nova categoria de associados, os sócios aderentes[25], aceitos entre familiares, parentes e amigos dos funcionários. Outros expedientes usados ao longo do tempo foram os constantes aumentos das mensalidades e do preço da carteira social, além das campanhas para a admissão de novos sócios aderentes.

A filiação obrigatória, indicativa do poder da empresa tanto sobre o clube como sobre os funcionários, não se refletia na afluência destes aos eventos promovidos pela Associação. O comparecimento às assembléias gerais, espaço reservado à opinião dos associados quanto aos

[25] De acordo com o Capítulo II, Artigo 4º, parágrafo 2º dos estatutos de 18/3/1942, sócios aderentes seriam aqueles que, *"mantendo boas relações com a S/A Ind.Reunidas Francisco Matarazzo sem serem dependentes da mesma, ou que, tendo deixado de sê-lo sem motivos desonrosos, peçam sua admissão nessa categoria de sócios e sejam aceitos*

destinos da Atlética, era pequeno. Em dias de maior freqüência, verificava-se a presença de cerca de 10% dos associados. O mesmo acontecia em relação às atividades regulares da Associação.

As atividades sociais predominavam sobre as esportivas, que se resumiam a ocasionais torneios internos de pingue-pongue, xadrez ou futebol. As exceções que confirmam a regra do pequeno afluxo de associados consistiam verdadeiras atrações: os bailes carnavalescos e juninos, realizados em grandes salões, como os do Clube Comercial e do Trianon, eram sempre muito aguardados, assim como a distribuição de brinquedos no Natal. Também despertavam interesse os piqueniques e as apresentações teatrais — a Atlética contou com um grupo de teatro amador até 1956. Havia, ainda, uma equipe de futebol profissional, que, como veremos adiante, era mantida com relativa independência em relação às demais atividades do clube.

Antigos diretores caracterizam a participação dos sócios:

> Os empregados tinham interesse quando se conseguia promover torneios internos de qualquer tipo de esporte. Torneios internos ou bailes. Mas... passada essa fase, já... o interesse era menor. Então precisava mais promoção, tudo isso pra tentar levar o pessoal ao clube. (W.N., ex-diretor e conselheiro).
>
> Naquela ocasião, a Atlética era um clube social, assim... Não tinha modalidades esportivas. Ela tinha uma sede social no prédio Martinelli, no 19º andar. Ela ocupava praticamente três quartos (3/4) do 19º andar do Martinelli. Era alugado. Pegava toda a parte da Avenida São João e parte da [Rua] Líbero Badaró. Era uma sede social. Tinha uma mesa de bilhar, tinha uma bonita biblioteca, um bar, mesa de pingue-pongue, xadrez, dama, dominó. Então você ia lá à noite, tomava uma coisa, reunia, conversava, mas não tinha praça de esportes, não tinha nada. (...) O escritório era pertinho, na Praça Patriarca, então a gente ia mesmo no sábado à tarde. Jogava bilhar,

---

pelo Conselho Deliberativo, sob proposta da Diretoria." Previa-se, também, as categorias de sócios honorários e beneméritos para as pessoas que tivessem prestado serviços relevantes à Associação.

> pingue-pongue, lia, enfim, era uma sede... E naquela ocasião, eles tinham um clube de futebol, que era Atlética Matarazzo e disputava o campeonato estadual, campeonato da Federação Paulista. (...) Era um quadro de futebol. Era o único esporte que se praticava. Não tinha nada. No carnaval faziam bailes, no fim do ano eles faziam festa de entrega de brinquedos aos empregados, então eram distribuídos os brinquedos lá no prédio Martinelli. Do contrário, não tinha mais nada. Todo mundo achava ruim, reclamava, porque não tinha nada. Era só isso. (L.R.)

*

A administração da Atlética, austera e rigorosa, era um reflexo do que ocorria na própria empresa, onde havia um controle minucioso sobre todas as atividades desenvolvidas, controle este centrado no arbítrio do Conde Francisco Matarazzo e, posteriormente, do Conde Francisco Jr.

Segundo os estatutos de dezembro de 1928, a Associação Atlética Matarazzo seria dirigida e administrada por uma Diretoria composta por sete membros (presidente, secretário, tesoureiro e quatro diretores adjuntos), eleitos para um mandato de dois anos. O Conselho de Administração elegia o presidente da Diretoria e este, por sua vez, indicava seis pessoas para preencherem os demais cargos e os submetia à aprovação do Conselho. Anos depois, na década de 1950, este sistema foi alterado. A Diretoria passou a ser eleita diretamente pelos sócios, mas, ainda assim, o Conselho preservou seu domínio sobre ela.

O Conselho de Administração era o órgão soberano da Associação, formado por 30 membros eleitos pela assembléia geral dos sócios entre chefes de seção, diretores de fábricas ou empregados que tivessem, no mínimo, cinco anos de trabalho efetivo nas Indústrias Matarazzo. Havia, também, um Conselho Superior, composto por procuradores gerais das Indústrias e de três chefes de seção que contassem mais de 20 anos de trabalho na empresa. Cabia aos procuradores designarem estes últimos. O Conselho Superior atuava ao lado do Conselho de Administração no controle do andamento de todas as atividades do clube, bem como nos trabalhos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Apenas o Conselho de Administração podia elaborar ou modificar os estatutos. À Diretoria reservava-se o direito de preparar os regulamentos internos.

Havia um controle cuidadoso quanto às pessoas que dirigiam ou que viessem a dirigir a Atlética. Para ocupar um cargo de conselheiro, eram muitos os requisitos a serem preenchidos. Como conseqüência, a renovação dos quadros dirigentes era muito pequena, quase nula. Observando-se a relação dos diretores e conselheiros, vemos que os nomes se mantêm praticamente inalterados ao longo dos anos. Como mencionou um antigo diretor, era fácil enumerar os presidentes que se sucederam à frente do clube:

> O presidente era eleito. Ele era eleito, mas se não tinha a aprovação da firma, não entrava. (...) Nos 47 anos que trabalhei [na Matarazzo], eu conheci três ou quatro presidentes, no máximo. (...) Era um clube muito fechado, só para pessoal da firma. Não tinha nada de estranhos ali. (L.R.)

O mesmo diretor relatou que as eleições para a Diretoria transcorriam normalmente, mas só eram empossados aqueles que tivessem a confiança do Conde Francisco Jr. Em função disso, praticamente não havia renovação na Diretoria e no Conselho: *"O clube era muito fechado. No fundo, só ganhava quem o patrão queria. E pra ser conselheiro, pior ainda. O patrão sabia quem podia ser conselheiro."* (L.R.)

Em 1942, atendendo às instruções da Portaria do Ministério da Educação e Saúde de 1º de outubro de 1941, que dispunha sobre alterações nos estatutos de associações desportivas de todo o país, o Conselho de Administração e o Conselho Superior fundiram-se, dando origem ao Conselho Deliberativo, que permanecia como órgão soberano da Atlética e servia como correia de transmissão da autoridade da direção da empresa para a agremiação. Seus poderes se estendiam a todas as atividades do clube e, entre algumas de suas atribuições, incluía-se examinar e autorizar a fixação das mensalidades pagas pelos associados, confirmar a nomeação de sócios honorários e beneméritos e aprovar a admissão de sócios aderentes.

Em 1955, o Conselho Deliberativo passou a ser composto por 50 membros, distribuídos entre as seguintes categorias: 10 vitalícios, 20 efetivos e 20 elegíveis. Os conselheiros vitalícios deveriam ter a aprovação da Administração das Indústrias Matarazzo. As exigências para o recrutamento de conselheiros se tornavam cada vez mais difíceis de serem preenchidas.

Um episódio ocorrido em janeiro de 1950, durante a eleição de nova diretoria, dá mostras do controle exercido pela empresa sobre o clube, através da atuação do Conselho Deliberativo —

órgão que, como vimos, era formado por sócios que ocupavam "cargos relevantes" na empresa, como diretores, chefes de seção, gerentes, procuradores e outros. Encerrada a apuração dos votos, o Conselho Deliberativo interveio no processo eleitoral. Alegava que o sistema de legendas, recém-implantado em substituição ao sistema de eleição individual, por nomes, era próprio das disputas eleitorais entre grupos e facções, fato esse que não se verificava no interior da Atlética. Negava veementemente a existência de grupos com interesses divergentes. Na verdade, o Conselho rejeitava o sistema democrático de representação, que, inevitavelmente, possibilitaria a ascensão de novos sócios à direção do clube. Ordenou à Mesa Eleitoral que procedesse à apuração nominal, declarando eleitos aqueles que haviam obtido maior número de votos. Como houve empates, recorreu-se ao sorteio.

O controle interno do clube era exercido através da observância de normas disciplinares e de uma vigilância constante. Os estatutos, extremamente rígidos quanto aos deveres dos sócios, previam uma série de penalidades, que iam desde uma simples advertência até a eliminação definitiva do quadro social:

> Capítulo II
>
> Art.9º - O sócio, que faltar aos deveres do Art.7º, ou desrespeitar pessoas ou decisões da Diretoria ou de Comissões da Associação, ou, de qualquer forma, prejudicar moral ou materialmente os fins ou os interesses sociais, poderá, por deliberação da Diretoria, ser admoestado, suspenso de um até seis meses, ou, enfim, eliminado.
>
> Art.10º - O sócio, ao receber aviso da Diretoria, poderá pedir reconsideração da penalidade, esclarecendo os fatos, de que é imputado, se estes tiverem sido adulterados.

> Art.11º - O sócio suspenso cessará do uso de qualquer direito, durante o prazo da suspensão, sem ficar isento do pagamento das respectivas quotas.
>
> Art.12º - O sócio, que se tornar indigno de estima, por sentença infamante, ou for demitido da Casa Matarazzo, por faltas graves, será "ipso facto" eliminado. (Estatutos de 18/4/1932).

Documentos nos mostram que as sanções regimentais previstas foram muitas vezes aplicadas.

Em agosto de 1936, três associados sofreram suspensões que variavam entre três e seis meses, *"... em virtude dos conceitos menos honrosos expandidos pelos referidos sócios acerca de nossa Associação e seus Diretores, particularmente no que concerne à nova sede social"* — como justificava a Diretoria.

Também eram comuns as punições por *"mau comportamento"* nos bailes promovidos pela Atlética, como a imputada ao sócio Antonio Lanzotti, suspenso por seis meses e sujeito a medidas mais severas em caso de reincidência, porque *"não se portara convenientemente no baile junino"* de 1956.

Este fato confirma o relato de um ex-diretor social da Atlética Matarazzo:

> Tinha muito sócio que não gostava de ir aos bailes, porque era muito vigiado. (...) A própria diretoria vigiava o baile, a gente mesmo. Eu também fiz isso quando fui da diretoria. A gente ficava pulando no meio do salão e observando tudo. Quando via alguma coisa que não ficava bem ali, a gente batia no ombro da pessoa e mandava ela pra fora. (...) Se você fizesse uma falta grave, você sofria também na firma, viu? Chegava até o trabalho. Se você se portasse

> mal num baile de carnaval... você não podia freqüentar a Atlética. (...) E no trabalho, todo mundo ficava sabendo. Tinha disciplina, mas não era só no clube. Na firma também era uma disciplina louca. (L.R.)

Hoje, fora da empresa, esse funcionário critica o excessivo controle disciplinar existente nos escritórios centrais, onde sempre trabalhou. Mas, ao falar sobre a disciplina nos bailes da Atlética, deixa claro que ele mesmo vigiava os sócios que dançavam. Era o "mestre-sala", que circulava por todo o salão, a fim de observar de perto o comportamento das pessoas. Era sua obrigação e responsabilidade, enquanto membro da diretoria, zelar pela manutenção da "boa moral" no recinto. Nesse caso em particular, o funcionário parece ter interiorizado a tal ponto a disciplina do espaço de trabalho, que chegou a se transformar, ele próprio, em agente disciplinador no clube.

A disciplina na Atlética funcionava como uma extensão daquela que se fazia observar no interior das Indústrias Matarazzo. Todos os funcionários entrevistados foram unânimes em classificar como extremamente rígidos o controle e a vigilância a que estavam submetidos no ambiente de trabalho. L.R., ex-funcionário dos escritórios da Praça Patriarca, enumerando as diversas formas de controle no local de trabalho, diz que, no limite, todas as ações eram perscrutadas. E ilustra: *"Até no banheiro você era vigiado!"*

Ele conta que, certo dia, foi ao banheiro durante o expediente, entrou num dos compartimentos reservados e fechou a porta. Pouco depois, olhou para cima e viu um dos responsáveis pela disciplina no prédio observando-o por cima da porta. Certamente verificava se, porventura, o funcionário não estaria lendo jornal na tentativa de se subtrair ao trabalho. Em outra ocasião, L.R. foi suspenso do trabalho por 8 dias, porque a soma de seus pequenos atrasos diários

de um mês inteiro chegou a 7 minutos. Ele conclui, em tom irônico: *"Aquilo era a própria Gestapo."*

Inquirido quanto à atitude dos funcionários ante a disciplina tão rigorosa vigente nos escritórios, diz: "O pessoal acostumava. Entravam naquela rotina e não reclamavam, não." (L.R.)

III. 3 Futebol: profissionalismo e conflitos

A falta de uma sede social e de uma praça de esportes próprias obrigou a Atlética Matarazzo a efetuar várias mudanças ao longo do tempo, instalando-se, na medida do possível, em imóveis alugados.

Em julho de 1931, a diretoria resolveu desocupar a sala situada na Av. Brigadeiro Luís Antonio nº 44. Alegava tratar-se *"...de um prédio muito acanhado, fora de mão e de aluguel demasiado alto..."*

No ano seguinte, a Associação comprou um terreno situado na Alameda Casa Branca, de propriedade do Conde Luiz Eduardo Matarazzo, onde foi instalada a praça de esportes. Além de um bangalô e de uma quadra de tênis já existentes no local, a Associação pretendia construir um ginásio para jogos de basquete, aproveitável também para bailes. O Conde Francisco Matarazzo Jr., então administrador gerente da S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, prometia que,

durante o primeiro ano posterior à compra, a empresa contribuiria com a soma de um conto de réis (1:000$000) por mês, a fim de auxiliar a Associação a saldar sua dívida de 400 contos de réis! A tarefa, bastante árdua, não foi levada adiante e, em maio de 1936, a Associação desfez o negócio, passando, então, a alugar o mesmo terreno, utilizando-se apenas da quadra de tênis. Nesse mesmo ano, uma nova sede social foi instalada num conjunto de salas do Edifício Martinelli.

Em 1940, devido às dificuldades financeiras pelas quais passava, a Atlética deixou de alugar a quadra de tênis. Os custos com sua manutenção e com a compra do material para a prática do esporte tornaram-se muito onerosos. Para os jogos de futebol, a Atlética alugava o campo da vila operária Maria Zélia, na Rua Catumbi.

No Martinelli, a Associação ficou até 1956, quando recebeu uma notificação para desocupar as salas. Mudou-se, então, para um salão de propriedade da empresa num edifício recém-construído na Av. do Estado.

Finalmente, por volta de 1958, a empresa permitiu que o clube construísse a sede definitiva em um terreno de sua propriedade, situado à Av. Ordem e Progresso, no bairro do Limão. Lá permaneceu até 1986, quando a empresa vendeu a praça de esportes para uma fábrica de retentores. Hoje, a Atlética Matarazzo se resume à sua secretaria, que funciona precariamente numa das salas dos escritórios da fábrica do Belenzinho.

*

A Associação Atlética Matarazzo destinava-se somente ao pessoal dos escritórios comerciais e industriais das Indústrias Matarazzo, uma vez que os trabalhadores das diferentes unidades fabris tinham seus próprios grêmios, próximos ao local de trabalho. Operários e funcionários de escritórios estavam, portanto, separados em relação às práticas esportivas e de lazer. Tal separação daria origem a inúmeros conflitos e disputas ao longo dos anos.

Os clubes das fábricas também se chamavam Associação Atlética Matarazzo, mas tinham vida própria, com estatutos e diretorias distintos da Atlética dos escritórios. Para efeito de identificação, usavam também o nome da fábrica ou da região a que pertenciam. Assim, havia as Atléticas Brás (Mariângela), Ermelino Matarazzo (Celosul), Água Branca, Belenzinho e São Caetano, entre outras.

O clube dos escritórios, por ser o mais antigo, considerava-se detentor do nome Associação Atlética Matarazzo e mantinha certa ascendência sobre os demais. Com isso, obrigava cada uma das atléticas a sempre especificar sua origem, a fim de evitar confusões com a Atlética Central, que não precisava usar nenhum tipo de designativo. Em 1938, a Atlética entrou em atrito com o grêmio da Água Branca, porque este vinha disputando jogos de futebol apenas como Associação Atlética Matarazzo, sem pormenorizar a que fábrica pertencia. A Atlética entendia que essa atitude poderia prejudicá-la. Temia não só pelo comportamento de jogadores e torcedores, como também pelo desempenho dessa equipe, pois além do uso indevido do nome, ela poderia macular sua reputação.

No limite, esse temor expressava um conflito latente entre funcionários de escritórios e operários. Se, por um lado, o pessoal dos escritórios não queria ser confundido com os operários, por outro lado, estes se sentiam prejudicados e consideravam aqueles privilegiados. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela Atlética Matarazzo na manutenção de sua sede social ao longo dos anos, sua situação ainda podia ser considerada mais favorável que a dos pequenos grêmios. Os operários tinham problemas com o pagamento de aluguéis de campos de futebol, a compra de material esportivo e a organização de bailes e festas de confraternização. O auxílio financeiro da empresa e a contribuição simbólica mensal da Atlética Matarazzo eram insuficientes para cobrir suas despesas essenciais.

Cada clube conservava seus próprios estatutos e sua diretoria. Contudo, é possível que houvesse certo grau de interferência da Atlética na escolha dos diretores dos grêmios, tal como acontecia com a "ajuda" prestada durante a elaboração de estatutos, dada sua maior "experiência". De forma concreta, a dependência em relação à Atlética se manifestava em alguns níveis, como na obtenção de material esportivo (camisas, calções, meias, bolas), muitas vezes usado, e, sobretudo, na questão disciplinar. A Atlética julgava-se no direito de zelar pela manutenção da ordem, pois, o que estava em jogo, mais que a harmonia interna, era o nome da empresa:

> Eles tinham o seu estatuto sempre independente, não tinham nada a ver conosco. De vez em quando, eles davam um almoço, bailezinhos... que a gente não apreciava muito a forma de dar o baile. Interferi... Não, não era interferir. Chamaram a diretoria: “Olha, esses bailezinhos pode dar, tudo bem, mas mantenham a linha.” E às vezes o time de futebol também ficava um pouco violento... nas brigas. Sabe, mais periférico, né? Então a gente precisava conversar: “Olha,

> cuidado! Vocês estão carregando o nome da Matarazzo. Não fiquem arrumando encrencas por aí." Mas coisa normal em esporte. Não era uma interferência: "Olha, vocês não podem fazer." Podem fazer. É só tomar cuidado, que não tenham valentões e brigões no time de futebol, coisas assim. (W.N.)

Por várias vezes, a Atlética tentou aproximar-se dos grêmios das fábricas com o objetivo expresso de promover maior integração entre os clubes das Indústrias Matarazzo. Havia, porém, um interesse implícito: melhor controlar suas atividades. A última tentativa nesse sentido, ocorrida em fins dos anos 1950, tinha como proposta básica, que nunca chegou a ser implantada, a vinculação das diretorias dos grêmios à diretoria da Atlética, obrigando-os à prestação de contas de todas as atividades sociais e esportivas, como também do movimento financeiro mensal. Tanto este como todos os demais empreendimentos nesse sentido malograram. O fato é que os operários não tinham interesse em manter os seus grêmios subordinados ao pessoal dos escritórios; tampouco pretendiam tomar parte nas atividades da Atlética. Ao contrário, eles preferiam participar das atividades promovidas pelo grêmio de sua fábrica, sentindo-se melhor acolhidos no seu núcleo de amizades vinculado ao trabalho, do que na Atlética Matarazzo, onde o afluxo de pessoas de todas as fábricas favorecia a dispersão e dificultava o entrosamento. Um antigo operário da fábrica do Belenzinho nos contou que seus colegas não se interessavam pelas programações da Atlética. Preferiam freqüentar o pequeno núcleo da fábrica.

Já um ex-diretor e conselheiro da Atlética defende o ponto de vista de que a integração do que chama "atléticas periféricas" à "Atlética-mãe" fracassou em virtude da dificuldade dos operários se habituarem a um ambiente diferente do seu, onde se exigia o respeito a determinadas

regras de comportamento. Enfim, segundo ele, operários e funcionários de escritórios teriam culturas diferentes, o que, de certa forma, explicaria o afastamento que sempre houve entre eles:

> Diversas vezes tentou-se trazer o operário para dentro da Atlética-mãe. Para integrar todo mundo. (...) O sucesso nunca foi grande. A expectativa era uma... Porque... a queixa existe, sempre existiu. Em particular, nós tínhamos na [Avenida] Ordem e Progresso aquele excelente clube. "É, porque eles têm um clube bonito e a gente não tem campo de futebol..." (...) É difícil... Não se integram com facilidade. Nenhum de nós se integra com essa facilidade. Troca de um núcleo e vai para outro. (...) Um fulano que não tinha nenhuma obrigação, totalmente acostumado a outro ambiente social... Não querendo destacar que ele é diferente... (...) Eles não vão trocar um ambiente de total liberdade deles por um ambiente que tem que ter um pouquinho de... vamos chamar de etiqueta, hábitos diferentes. Então não adianta. É um pouco difícil conseguir essa integração. Dentro do ambiente deles sim, eles formam o clube lá no local periférico, que eu chamo. É ambiente totalmente deles, as festas eles dão como estão acostumados a dar. Quando você quer integrar a uma vida que tem determinadas regras diferentes, reagem, né, não tem dúvida. (...) Nunca conseguimos um êxito maior. Usos e costumes diferentes. Não anda por causa disso. Eles têm usos e costumes diferentes. O que vamos fazer? Não estou dizendo que eles estão errados, não estou dizendo que os errados somos nós. Nós temos uma série de restrições a uma porção de coisas e, normalmente, quando eles se juntam, têm muito poucas restrições. (W.N.)

Adiante veremos que os conflitos entre os sócios da Atlética e os integrantes dos grêmios envolveram, ainda, outro tipo de rivalidade, forjada em virtude da própria disputa futebolística e das características que a prática do esporte foi assumindo com o tempo.

*

O futebol era praticado na Associação Atlética Matarazzo, desde sua fundação, em campeonatos internos entre as diferentes seções dos escritórios centrais, de onde selecionavam-se os integrantes da equipe principal. Esta, por sua vez, disputava os campeonatos internos inter-fábricas, que reuniam os grêmios das Indústrias Matarazzo da Capital e também do interior do estado de São Paulo.

A partir da década de 1930, esse quadro passou por transformações. Data de 1933 a primeira participação da Atlética no Campeonato da Liga Esportiva Comércio e Indústria (LECI), quando obteve a segunda colocação. Já nessa época, a diretoria constatava e criticava o pequeno entusiasmo dos associados com relação ao desempenho do time de futebol, problema que se intensificaria nos anos seguintes: *"Provavelmente teríamos obtido ainda melhor colocação se houvesse mais entusiasmo por parte dos senhores sócios por esta modalidade de esporte, fato este, aliás, já consignado no relatório da Diretoria relativo a 1932."*

De fato, as atividades sociais como bailes e piqueniques mobilizavam muito mais sócios que o futebol. Além disso, participar de um campeonato oficial exigia treinamentos específicos e a escolha dos melhores jogadores, a fim de compor um time em condições de competir com os das outras empresas inscritas. A especialização da prática futebolística, inevitavelmente, afastaria muitos associados: não havia lugares para todos na equipe. O lazer perdia terreno para uma atividade que, gradativamente, se tornava altamente especializada e inacessível à grande maioria dos associados, chegando mesmo a conquistar certa independência em relação aos demais eventos promovidos pela Atlética. Mais que uma falta de simpatia por essa modalidade esportiva, o

"desinteresse" dos sócios pelo futebol, acusado pela diretoria da Atlética em 1933, era consequência direta da maneira como ele vinha sendo praticado no clube e indicava uma crítica ao exclusivismo que vinha se imprimindo à disputa.

A inclusão no torneio da LECI motivou a Atlética Matarazzo a admitir jogadores dos grêmios das fábricas para integrar sua equipe. Com isso, os campeonatos internos inter-fábricas ganharam novo ânimo, acirrando ainda mais as disputas entre os jogadores que, agora, deparavam-se com a possibilidade de participar de um campeonato oficial e de aumentarem seus proventos, projetando-se como futebolistas. Desse modo, favoreceu-se a profissionalização paralela de operários-jogadores, que dependiam do emprego para seu sustento e que não encaravam o esporte como diversão, mas como uma forma de complementação salarial. No entanto, com o passar do tempo, esses operários-jogadores deixaram de ser privilegiados pela Atlética Matarazzo em virtude da entrada no time de jogadores profissionais de fato.

A partir dos anos 1940, o quadro de futebol manteve-se muito próximo da administração da empresa, despertando o interesse dos filhos do Conde Jr., que chegaram a integrar a equipe como jogadores. Pode-se mesmo afirmar que o time de futebol estava mais estreitamente ligado à administração da empresa que à própria diretoria da Atlética Matarazzo. Era quase outro clube. CALDAS (1990:72) auxilia a interpretar essa situação ao lembrar que, em geral, a adoção do profissionalismo parecia ocorrer de modo concomitante a uma maior autonomia do departamento de futebol dos clubes em relação às suas demais atividades. Dessa forma, evitava-se o constrangimento de sócios e diretores pouco afeitos ao profissionalismo. Além disso, essa

autonomia garantia maiores recursos à prática do futebol, pois, caso se mantivesse equiparada às outras atividades do clube, as verbas teriam que ser divididas.

Os investimentos na equipe de futebol que, durante muito tempo, se resumiram à compra de camisas e bolas — a Atlética não fornecia uniforme completo aos jogadores —, cresceram tanto a ponto de um diretor observar, em junho de 1940, que a parte social estava sendo preterida em favor da parte esportiva. Contudo, ao longo dos anos 1940, o futebol da Atlética enveredaria, abertamente, rumo ao profissionalismo, alcançando o auge na década seguinte.

A participação dos irmãos Ermelino e Eduardo Matarazzo, filhos do Conde Júnior, foi decisiva nesse sentido. Cuidaram de dotar a Atlética das condições necessárias à manutenção de uma equipe profissional. Montaram uma comissão técnica com massagista, roupeiro e um técnico de futebol com experiência anterior, que já era funcionário da empresa. Mas, sobretudo, passaram a fornecer o dinheiro para o pagamento do "bicho" aos jogadores. Ermelino, então goleiro da equipe juvenil do Palmeiras (1943/45), valendo-se de sua influência no meio futebolístico, também conseguiu reunir jogadores profissionais, seus colegas, para integrarem, eventualmente, o time da Matarazzo.

Com certeza, não teria sido apenas por paixão ao futebol que Eduardo e Ermelino teriam apoiado o desenvolvimento do esporte na Atlética. Quando perguntamos ao antigo técnico de futebol dessa agremiação quais as possíveis razões que teriam estimulado os irmãos Matarazzo, a resposta foi breve e direta: *"O nome. Projetava o nome da firma. O meu time projetava o nome da*

firma. A Atlética Matarazzo... Tudo isso era para projetar o nome da firma, como até hoje tem por aí. O objetivo era esse." (G.W.)

Durante os anos 1940, a Associação deixou de participar com freqüência dos torneios da LECI. Sua maior atividade centrava-se, então, na disputa de jogos amistosos contra times varzeanos, até, finalmente, ser incluída entre os clubes com direito à participação do Campeonato Amador da Cidade de São Paulo, organizado pela Federação Paulista de Futebol (FPF). Ao contrário do Campeonato Amador do Interior, as exigências da FPF para a inscrição no torneio da Capital eram menores. A partir de determinado número de associados, os clubes já teriam condições de participar, mesmo não dispondo de instalações necessárias à prática do futebol, como era o caso da Atlética Matarazzo.

Por se tratar de uma competição muito importante em nível municipal e por congregar times bem estruturados e preparados, a Atlética sentiu necessidade de equiparar seu time aos dos concorrentes. É neste ponto que Ermelino Matarazzo deu sua contribuição decisiva, levando alguns jogadores do futebol profissional a defenderem as cores da Atlética, em troca de assistência médica gratuita no Hospital Matarazzo, de um jantar pago por Ermelino, de gratificações ou "bichos" e de viagens de recreação. Assim, formou-se um grupo de jogadores melhor qualificados com os quais o treinador podia contar. É o próprio treinador quem nos relata como essa prática se desenvolveu:

> O Ermelino era jogador do juvenil do Palmeiras. Ele era um elemento muito comunicativo, conversava com todo mundo. Ele começou no juvenil do Palmeiras. No Palmeiras, ele fez amizade com esse pessoal todo, com essa turma toda do juvenil do São Paulo, do Juventus... Então, os mais íntimos que ele tinha... (...) Na casa dele,

> nos fundos dessa casa da Avenida Paulista, que dá pra Rua São Carlos do Pinhal, nos fundos tinha a lavanderia. Então jogava, por exemplo, São Paulo e Palmeiras. Ele convidava: "Fulano, sicrano e beltrano: vocês querem ir pra minha casa? Vamos formar um timinho?" Então aquela turma topava. Eles jogavam de manhã e depois iam pra casa dele. Lá, ele tinha uniforme, tinha tudo. Então, chegavam lá na casa dele, ele pegava toda aquela turma, jogavam futebol e tal. Depois, terminando esse jogo, todo mundo pegava um saquinho com o material, cada um tinha o seu número. Então tinha a sua chuteira, o seu calção. Cada um pegava o seu material, punha aquilo nas costas. Ele pegava o carro dele e dois carros da Chimenea (fábrica de sabonetes), punha o material dentro, arrumava os jogadores e nós íamos pro campo. Então ia fazendo amizade. Chegava no sábado, por exemplo, o Bauer dizia: "Bom, eu não posso ir." "Então vamos pegar o Guerreiro." Chegava no Palmeiras e pegava o Guerreiro. E assim nós fomos pegando esses jogadores todos. Nós tínhamos um time forte. A gente se reunia no sábado e fazia... esse time bom que saiu aí, né. Depois, acabava o jogo, pegava essa turma toda, levava pra casa dele, todo mundo limpava a chuteira, ensebava, punha dentro da sacola e a roupa que era pra lavar ia pra lavanderia. Acabava de fazer todo esse serviço, punha todos eles no carro, uns 20, 15, os que estavam lá, né, depois íamos todos aqui pra Rua Jairo Góes, [bairro do Brás] tem uma pizzaria chamada Castelões, muito antiga. Então todo mundo comia por conta do Ermelino. Aí todo mundo comia e bebia. Então nós tínhamos um time. Todo mundo vinha, comia, bebia. Se por acaso tivesse alguma doença na sua casa, um pai, um irmão, uma mãe, eu já tinha ordem de mandar... Falava com o Ermelino, fazia uma guia e mandava para o Hospital Matarazzo. Quer dizer, independente do que eles ganhavam, todos tinham assistência médica. Em caso de um empréstimo, alguma coisa, a gente também emprestava. O dinheiro nunca vinha de volta, mas a gente também emprestava pra eles. Tinha um time bom.
>
> (...)
>
> Na Capital, o Campeonato Amador só estava na palavra amador. Era um amadorismo marrom, um amadorismo que... tinha que dar dinheiro, presente. A gente dava passeio pra eles. O meu time era tão pobre que nós íamos pra Poços de Caldas, íamos pra Campos do Jordão descansar. O time amador. Era um time amador pra todos os efeitos. Mas o homem [Ermelino] tinha interesse, ele gostava do time, ele gastava... (G.W.)

Durante a disputa do Campeonato Amador da Capital e dos torneios da LECI e do Serviço Social da Indústria (SESI), a equipe da Atlética era formada basicamente por jogadores profissionais de clubes da cidade, que, mais tarde, tornar-se-iam nomes famosos do futebol brasileiro como, por exemplo, Colombo, do Corinthians, Gino Orlando, Bibe, Savério e Bauer

(apelidado "o monstro do Maracanã" por sua atuação na Copa do Mundo de 1950), todos do São Paulo F.C. e outros:

> Nardo, Bibe, Savério, Leopoldo, Turcão, Bauer, todo mundo passou pelas minhas mãos. Todo mundo passou pelas minhas mãos. Era um timão bom. (...) No domingo, eles jogavam no juvenil. Cada um jogava num quadro diferente. Então eu formava o time com jogadores do juvenil do São Paulo, do juvenil do Palmeiras e o Corinthians. (...) Eles eram juvenis, juvenis. Quando eu comecei a fazer times. Ninguém ganhava da gente. Não ganhava mesmo. Em 55... Vinha esse pessoal todo e jogavam pra gente, compreende? Então montava um esquadrão. Era um timão. Então tinha esse Nardo, que foi jogar no Juventus da Itália, tinha o Colombo, que era do Corinthians, Savério e Leopoldo, que eram do São Paulo. Eu tinha também um tal de Walusi, que foi juiz de futebol, jogou pra nós como zagueiro, era zagueiro do Corinthians. Tinha o Jango, que jogou no Corinthians também. Era um timão. (...) Eram todos juvenis de 17, 18 anos. (...) E eu montava um timão aí. (G.W.)

A condição fundamental para a inclusão de clubes de fábricas em campeonatos de ligas classistas, como a LECI, e nos Jogos Esportivos Operários de 1º de Maio promovidos pelo SESI, era a de que todos os seus jogadores fossem empregados regulares da empresa à qual se vinculavam. No caso da Associação Atlética Matarazzo, providenciavam-se falsos registros dos jogadores de futebol na empresa. Eles não chegavam a trabalhar, tampouco recebiam um salário. Tudo não passava de uma estratégia para garantir a permanência de jogadores profissionais no time. Findo o campeonato, as fichas de registro eram destruídas. Segundo o ex-técnico da Atlética, todos os clubes inscritos nesses torneios valiam-se dos mesmos recursos, já que a conquista de um título no futebol revertia em prestígio para a empresa que o clube representava:

> Eles [os jogadores] não faziam nada. Registravam na carteira profissional como se fossem das fábricas. Hoje não, porque hoje o jogador , mais experimentado. Mas naquela época, eram todos semi-analfabetos. Então pegava um camarada: "Bom, você, o que sabe fazer?" "Eu trabalho na feira numa banca de batatas." "Põe ele aí na Mariângela, trabalhando na fiação." Então registrava como fiandeiro. O Leopoldo... era jogador de futebol do São Paulo e não sabia fazer nada. Então o Leopoldo: vendedor. Tinha alguns que ainda chegaram, quando acabou o time, ainda conseguiram trabalhar na firma. O Gino trabalhou, trabalhou muitos anos. Depois que acabou o time, eles vieram trabalhar. Trabalhavam mesmo. Aí já não tinha mais nada, aí tinha que trabalhar. Tinha o Gino, o Nardo, o Bibe, quase todos eles de vendedores. Tinha outros que foram embora. Mas a gente registrava eles, no mais era pra disputar o SESI, porque senão... Pra disputar o Campeonato Amador, não precisava ser jogador da firma, podia ser de fora. Para o SESI sim. Então a gente... emitia a ficha...Eles sabiam que a gente falsificava, como todo mundo falsificava, mas... nunca houve nada. Porque o cara estava registrado, tinha a ficha dele de empregado, carteira profissional registrada, tudo legal, né. Então não tinha problema. (...) Não ganhavam nada. Não. Era só pra efeito de... disputar o SESI. Acabou o SESI, não precisava de mais nada, compreende? Nós só tínhamos o trabalho de perder aquelas fichas, que eles estavam inscritos e era sério. Aquilo era tudo numerado pelo Departamento do Trabalho. Então perdia aquelas fichas. E continuava a vida normal. (...) Eles ganhavam um dinheirinho, cem cruzeiros, iam comer pizza lá no Castelões e... algum passeio, assistência médica, essas coisas é que não faltavam pra eles. Tinha distribuição de brinquedos no Natal, no prédio São Vito. A gente distribuía brinquedos pras crianças e... jogador de futebol é achacado mesmo, então eles iam lá, pediam e você dava. (...) Às vezes vinham aí na camisaria e pediam camisas. A gente dava pra eles. Quer dizer, eles não se saíam mal, não. (G.W.)

Tanto o Departamento do Trabalho como o SESI, mais do que fazer vistas grossas a essa prática, pareciam ser coniventes. Não eram só os jogadores de futebol que tinham registros de trabalho fraudados. Verificava-se o mesmo com outros esportes. Assim, instituições criadas durante o Estado Novo, a fim de promover e incentivar o esporte operário, conseguiram organizar eventos que se tornaram importantes veículos de propaganda do governo e de seu regime político, bem como das próprias indústrias que deles tomavam parte. Os trabalhadores, contudo, objetivo primeiro dos apregoados torneios, não iam além de meros espectadores. As acirradas competições

entre as empresas levaram-nas a montar equipes de bom nível técnico, em geral recorrendo a atletas semi-profissionais e profissionais com registros de trabalho fictícios:

> No xadrez, nós tínhamos um camarada, um suíço que jogava pra gente, que também não era funcionário nosso. Custava um dinheiro, mas o homem ganhou 14 anos seguidos. Tinha que dar dinheiro por fora, senão você não tinha ninguém. Pelo que era nosso mesmo, de dentro da indústria, você não fazia um time nem pra carregar banana. Não tinha nada.
> (...)
> Todos, todos os times tinham jogadores de fora. Todos. Porque não tinha jogadores bons [entre os funcionários]. Se você quisesse manter... Então não era só a Matarazzo. Todos eles faziam a mesma coisa. Tinha que manter o nome do time. Todo mundo queria apresentar time. Era aquela guerra, porque as indústrias queriam manter o nome. Então todos eles faziam a mesma coisa. Nós tínhamos que manter um nível pra manter o nome do time, compreende? (G.W.)

Numa época em que a carreira de jogador de futebol ainda não havia atingido o prestígio dos dias de hoje, os ex-profissionais viam-se obrigados a exercer outra atividade após o encerramento da carreira. E o futebol, muitas vezes, os ajudava nessa empreitada. Muitos deles também eram obrigados a trabalhar em outro ramo mesmo durante sua fase como profissionais. Na Matarazzo, muitos ex-jogadores conseguiram empregos graças à sua qualidade como futebolistas e à amizade de Ermelino. Alguns dos juvenis que jogaram pela Atlética, tempos depois, entre o final dos anos 1950 e o começo dos 1960, passaram a empregados de fato da Matarazzo, casos de Colombo, Nardo, Gino Orlando e outros. A maioria deles era admitida na seção de cobrança de duplicatas para executarem serviços externos. A escolha desta atividade se devia a alguns fatores: não exigia muita instrução — havia jogadores semi-analfabetos —, não era desgastante e podia ser executada em meio período, favorecendo os horários de treinamentos e jogos:

> Eles eram ex-profissionais. O Gino Orlando não. Ele saiu da Atlética para ser profissional. Ele começou na Atlética. Agora, tinha os que abandonaram o futebol... e vieram ser empregados da firma. Isso era o Colombo, um outro que eu não me lembro o nome. Eram dois ou três jogadores do São Paulo. (...) Então o Ermelino arrumava emprego pra eles lá, porque eram amigos. Ele [Ermelino] sempre gostou disso. Ele jogava no Palmeiras, jogou no Botafogo... (...) Os que tinham sido profissionais eram funcionários e... cobradores, porque antigamente cobrava-se. Hoje não dá tempo para cobrar mais, mas antes eles iam lá e cobravam a duplicata, e depois, à tarde, iam para o escritório e se reuniam todos na Patriarca. Aí, quando nós mudamos da Patriarca, acabou tudo isso. Cada unidade tinha a sua contabilidade, então foi se desmembrando, descentralizou tudo. Então esse pessoal começou... Um se aposentou, outro saiu, sumiram, desapareceram todos. O Colombo deve estar vivo até hoje. (L.R.)
>
> Quando formaram-se as grandes equipes, normalmente, tinha alguns nomes já consagrados. Nessas grandes equipes, jogaram grandes profissionais, mas que jogavam pra nós como amadores depois, já no fim da carreira. Bibe, Colombo... Esses são os destaques. (...) Terminada a fase deles como profissionais... arrumaram emprego na Matarazzo, porque jogavam bola, porque tinham... Mas... normalmente, eles iam pra equipe de cobrança, porque naquele tempo era diferente de hoje, que não tem cobrança. Hoje você põe tudo no banco. Naquele tempo tinha a cobrança. E tinha a equipe de cobradores. Aquilo não exigia uma formação maior, não é? E trabalhavam lá na carteira, trabalhavam mesmo e aproveitavam o tempo para jogar bola. E trabalhando na carteira como cobrador lhes sobrava um tempo um pouquinho maior pra eles treinarem ou qualquer coisa. Embora alguns também trabalhavam... aqui fechados no escritório. Teve um grande jogador que trabalhava comigo na contabilidade, mas chegava no dia de treinar, eu torcia o nariz.
>
> (...)
>
> O profissional de futebol, antigamente, trabalhava. Mas o nosso era o contrário. Era o empregado que jogava bola. (...) Quando o profissional encerrava a carreira, continuava trabalhando. Mas esses que eu citei não eram profissionais. Eles trabalhavam. Tinham uma posição um pouquinho melhor. (...) O treinador deles, ao longo do tempo, era funcionário da Matarazzo, sempre funcionário da Matarazzo. Muitos e muitos anos eles trabalharam. Fomos, em esportes, sempre dirigidos por funcionários. (W.N.)

Todos os entrevistados foram unânimes ao afirmar que o "bicho" pago aos jogadores consistia numa soma irrisória, que funcionava mais como ajuda de custo. Mesmo assim, o valor podia variar de acordo com o resultado dos jogos. A ata da reunião da diretoria da Atlética, de

29/5/1956 menciona, além do "bicho", um prêmio especial da empresa oferecido aos atletas em caso de vitória na partida contra o grêmio de Itapetininga:

> Decidiu-se, também, que, no embate futebolístico entre a nossa Associação Atlética de Itapetininga, a realizar-se no próximo dia 3, domingo, será conferida uma gratificação de Cr$ 300,00 para cada elemento componente do nosso quadro, se a vitória sorrir para o nosso lado, além do prêmio prometido pela D.D. Administração da S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

As despesas com o time de futebol tornavam-se cada vez mais vultosas. E sua manutenção só era possível graças ao apoio da empresa, ou melhor, de Ermelino e Eduardo Matarazzo. Não fosse seu interesse praticamente comercial pela Atlética, esta dificilmente teria condições, enquanto clube de funcionários, de sustentar um quadro profissional. Isto é, a Atlética só poderia manter o futebol se praticado com características bastante diferentes.

Com relação à receptividade de toda essa movimentação em torno do futebol por parte dos funcionários, se, porventura, teriam reclamações a fazer quanto às "facilidades" de que gozavam os jogadores de futebol, como horários mais flexíveis, gratificações, etc., o ex-treinador da Atlética afirmou:

> Com quem reclamar? O patrão era quem estava na frente, quem é que ia reclamar? Os dois patrões, o Ermelino e o Eduardo. O Francisco não acompanhava muito. Mas o Eduardo e o Ermelino sim, eles tinham muito interesse na Atlética, gostavam mesmo. Não iam no campo. Na segunda-feira, só chegavam no escritório... O Ermelino já sabia o resultado, mas o Eduardo me perguntava: “Como é: fomos bem?” “Fomos bem.” “Deu o dinheiro pra eles?” “Dei.” “Então tudo bem.” (G.W.)

Talvez os trabalhadores não manifestassem seu desagrado por palavras. Mas as rivalidades e brigas registradas durante a realização dos campeonatos internos de futebol, com certeza, são expressão de conflitos latentes.

O Conselho Deliberativo da Atlética Matarazzo manifestava publicamente seu objetivo de revelar novos valores para o quadro principal de futebol através desses eventos, como o fez em janeiro de 1954, preparando-se para o Campeonato da Associação Comercial de Esportes Atléticos (ACEA), contemporânea à LECI:

> Usou também da palavra o Sr. Donato Notarnicola, agradecendo (...) a sua nomeação para o cargo de Diretor Esportivo, fazendo, em traços ligeiros, um apanhado das atividades do seu setor no último biênio e espera confiante que poderá fazer muito mais em prol do futebol da nossa Associação, organizando um campeonato interno inter-fábricas, de onde sairá o selecionado que disputará o campeonato da ACEA, contando, antecipadamente, com a confiança dos Srs. Conselheiros e dos associados, para levar avante o trabalho que pretende. (Ata da reunião do Conselho Deliberativo de 18/1/1954).

A promessa de aproveitar jogadores das fábricas e mesmo dos escritórios no time da Atlética, contudo, nunca se cumpriu. Aos poucos, o sonho de fazer carreira como futebolista ia sendo frustrado; a possibilidade de jogar em um campeonato oficial e de se projetar para o profissionalismo ficava cada vez mais distante. O treinador da Atlética não aceitava trabalhar com o pessoal das fábricas, porque, segundo ele, estes jogadores não tinham a mesma qualidade que os profissionais, amigos de Ermelino, que tinha à sua disposição. E, afinal, para quem queria projetar o nome da empresa por intermédio do futebol, a qualidade técnica não podia ser desprezada, mesmo que custasse um pouco mais caro:

Aí tinha campeonato interno inter-fábricas, que era uma guerra. Jogava o Escritório contra a Mariângela, era uma guerra. Jogava a Mariângela contra o Belenzinho, outra guerra. Mas aí era só de funcionários. Jogávamos no campo do Palmeiras, às vezes, outras vezes no campo do Juventus e outras era no campo da Antártica, que hoje não tem mais campo, aqui na Rua da Mooca. (...) Havia rivalidade. Uma queria ser melhor do que a outra. E tinha jogadores que eu não aproveitava, então eles queriam fazer esse campeonato interno pra mostrar que eles eram bons e que era eu que não entendia. Eles eram bons e eu não entendia. Das fábricas. Mas, pra mim, isso não dizia nada. Porque... por exemplo, o Bibe. O Bibe vai jogar no meio de dez que não sabem jogar futebol. É óbvio que no meio dos dez ele é o melhor. Não tem dúvida. Eu não levava isso em consideração. De jeito nenhum. No meu time, eu mantinha aqueles 11 sempre. Podia achar ruim... Tinha pai de jogador que vinha me aborrecer a paciência... Eu não tomava conhecimento. Pra mim eram aqueles 11. Chegava um cara e falava: "Olha, no Belenzinho tem um jogador bom." "Então manda." Chegava lá, o cara não fazia nada. Porque ele ia pegar gente melhor do que ele, então ele não aparecia. Então, quando tinha esses campeonatos, era pra eu ver que eles eram bons. Mas, pra mim, não me dizia nada. Eu não tomava conhecimento. Aproveitava um ou outro, mas sempre no segundo quadro. Era muito raro. Eu não ia largar o jogador... Se você joga no juvenil São Paulo, juvenil Palmeiras e você trabalha dentro de uma fábrica, eu vou pegar você que trabalha numa fábrica? Não! Eu vou pegar o cara que é bom de bola. Então eu fazia isso. Agora, o segundinho não. No segundinho, eu pegava um ou outro deles lá... E depois, o maior ódio que eles tinham, é que às quartas-feiras nós treinávamos. Eu tinha alguns jogadores que eu apresentava no segundo quadro, eles vinham treinar e a gente pagava meio dia de serviço. E aqueles que se julgavam bons e que eu não aproveitava, eles ficavam loucos da vida. Então eles esperavam ter um campeonato interno pra mostrarem que eles eram bons. (...) Nós disputávamos o SESI. A Atlética Matarazzo disputava e punha os times das fábricas também pra jogar. Teve um campeonato aí, ficaram finalistas Matarazzo e Belenzinho. Ah! Pra nós ganharmos de 1 x 0, eu vou te contar... Eu falei pro cara: "Entrega o jogo, afinal de contas, quem está representando é a Atlética aqui." Eles não entregaram nada. No finzinho do jogo, ganhamos de 1 x 0. Mas era uma guerra, uma batalha. Eles queriam mostrar que eles tinham melhor time que a Atlética Matarazzo. Mas não era.

(...)

O segundo quadro não me interessava, então... pra encher linguiça lá, eu metia os jogadores da indústria. Mas o primeiro quadro, a maior parte era tudo de fora. Era tudo de fora. Eu tinha no gol, Caveira. O Caveira era nosso. Depois eu tinha o Savério, que era do São Paulo, Guerreiro do Palmeiras... Eram juvenis. Eram homens formados com 17, 18 anos. Alguns progrediram no futebol, outros não. Esses aí que estou falando progrediram. Mas tem uma porção. Por exemplo, os três irmãos Giusti, nenhum dos três progrediu. (G.W.)

Um ex-diretor do clube também se referiu à competição existente entre as equipes concorrentes dos campeonatos inter-fábricas. Quando as brigas e a violência atingiram um grau insustentável, a empresa decidiu suspender essa atividade. Mesmo nos torneios inter-seções dos escritórios centrais, havia uma rixa especial com o time da seção de cobrança, formado por ex-profissionais do futebol:

> Nos campeonatos internos havia rivalidade, mas uma rivalidade tremenda. Quando nós fizemos o campeonato interno, teve um ano que nós pusemos os nomes dos quadros... dos produtos da Matarazzo. Então tinha Petybon, Sol Levante... Quer dizer, cada time tinha o nome de um produto da Matarazzo, mas havia uma rivalidade tremenda. Brigas... E na firma, eles não gostavam disso, entendeu? Eles não gostavam. Aí terminou esses campeonatos internos, então ficou de seções, mas das seções também havia rivalidade, porque dentro do escritório trabalhavam quase duas mil pessoas, no prédio da Patriarca. Então a seção carteiras, que é a seção de duplicatas, tinha o melhor time, um dos melhores. Então, você já viu. Todo mundo queria derrotar. Então saía briga. (L.R.)

O antigo técnico de futebol da Atlética aponta a falta de interesse e de torcida pelo seu time. Todos os grêmios que representavam empresas tinham suas torcidas, maiores ou menores. A Atlética Matarazzo não tinha ninguém. Ele conta que, certa época, numa final de campeonato, os empregados de várias unidades foram dispensados do trabalho para torcerem pela Atlética, mas, no campo, apoiaram o time adversário. A torcida contra transpareceu como um ato de protesto ao futebol da Atlética, muito fechado, praticamente inacessível aos trabalhadores e com o incentivo expresso dos patrões. Aliás, também da parte das equipes adversárias, a Atlética Matarazzo sofria acusações, como, por exemplo, de subornar os árbitros:

> A gente ganhava no campo e apanhava da torcida. Porque o Matarazzo, por incrível que pareça... nós nunca tivemos torcida.

Nunca. O nosso time se resumia a... vamos dizer, 30 jogadores, eu, o massagista e mais dois. Se reunia 40 pessoas era muito. Então a gente ia jogar aí na várzea, pegava esses times de várzea, mesmo do CPCID[26], a gente pegava o Máquinas Piratininga, Johnson, Guarda Civil, Gelomatic, todos times bons e de firmas, Metalúrgica Matarazzo... eles vinham com aqueles times que eram ótimos e com torcida. Então a gente ganhava no campo. Mas se ganhava no campo, diziam que a gente comprava o juiz, que a gente engavetava, tá certo? Então você precisava sair correndo, porque você ia apanhar. Tinha esse negócio. Teve um jogo aí em 1955. Nós fomos jogar com o Vila Primavera, decisão do título de Campeão Amador da Capital. (...) Eu fui ao campo. O dono [da Matarazzo] mandou fazer 200 cassetetes, parou as fábricas pra quem quisesse ver o jogo... Todo mundo com uma fitinha bordô na lapela pra saber quem era do Matarazzo, porque senão se batiam entre eles mesmos. Não sabiam quem era. Com todo esse aparato, eu consegui levar 600 pessoas ao campo. Nós ganhamos de 4 a 3. Pra sair do campo, foi preciso chamar a polícia de choque. Conseguimos sair do campo depois de duas horas. Porque a nossa torcida, quando eles iam ao campo, eles não iam torcer. Tinham todos aqueles cassetetes e tal, mas eles iam torcer contra. Eles tinham raiva da própria indústria onde eles trabalhavam. Eles não torciam pra gente. Eles iam só pra ganhar meio dia de serviço. Que! Não torciam pra nós. Eles iam pra ganhar meio dia de serviço. Então se resumia sempre àqueles 30 crentes que nós tínhamos lá e íamos disputar. Aquela rotina de viajar, de jogar, eram sempre os 30. Nem os diretores não iam, a não ser o Sr. Abate [presidente] e o falecido genro dele, o Sr. Orlando, que era diretor de esportes. Mas não iam. No começo, o Ermelino aparecia uma vez ou outra, mas depois ele começou a ser muito visado, então eu mesmo pedi pra ele: "Ermelino, não venha, porque você é muito visado. Ainda mais quando começam a saber que você é filho do Conde, começam a falar bobagem, que você vai dar dinheiro pra isto e pr'aquilo..." Então ele se retraiu um pouquinho. (...) Aí a Atlética parou um pouco de disputar campeonatos, nós começamos a disputar partidas amistosas no Bom Retiro, então ele veio, porque gostava de jogar no gol. Ele jogou muito tempo pra nós no gol. Ele era guardião. Foi do Palmeiras e do Botafogo.

(...)

As outras equipes não gostavam, porque nós tínhamos time bom. Eles não gostavam, porque o patrão ia no campo. Diziam que o patrão ia lá só pra engavetar, o que era mentira. Porque ele nunca deu um tostão pra ninguém de fora. E eles não gostavam, porque o homem dava todo o apoio para o time, compreende? Então ficava aquela animosidade.

O Ermelino jogava também. Você queria ver ele feliz, deixava ele jogar 15 ou 20 minutos. Às vezes, ele disputava a partida toda... nesses campeonatos aí. (G.W.)

[26] CPCID — Centro de Preparações de Clubes de Indústrias, criado em substituição à extinta ACEA.

*

Segundo o disposto no Capítulo I, Artigo 2º dos estatutos de 1942, os objetivos da Associação Atlética Matarazzo seriam: *"... promover e desenvolver, entre os que trabalham nos escritórios Matarazzo, além da benéfica prática do esporte, uma constante cordialidade de relações entre os mesmos, para que reine estima e solidariedade nas lidas do trabalho comum."* Objetivos que, no entanto, não chegaram a ser atingidos. O esporte se restringiu ao time de futebol profissional e foi praticamente inacessível aos funcionários. Também não houve o incentivo a outras modalidades esportivas que pudessem ocupar o espaço do futebol. Quanto à cordialidade e à harmonia entre os trabalhadores, também pareciam não estar presentes. Nas poucas oportunidades em que se poderia promover maior integração entre eles, como nos campeonatos internos de futebol, os conflitos vieram à tona.

A Atlética recorria à ideologia veiculada pelos estatutos, quando era preciso "acalmar os ânimos" e preservar a "unidade da Casa/Família Matarazzo", abalada em virtude do uso do futebol como instrumento de divulgação da empresa. Vimos que esta prática gerou uma situação totalmente contrária à noção de grupo e família que o estatuto de 1942 queria reforçar, começando pelo lema da Associação: "Unidos nas Reunidas", numa menção ao nome da empresa, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

Se, a princípio, como afirmou um dos entrevistados (W.N.), ao permitir a criação de clubes de funcionários, a empresa esperava que a solidariedade gerada no lazer chegasse até o interior da fábrica ou do escritório, atenuando as tensões e os conflitos do trabalho, o resultado alcançado foi exatamente o inverso. A prática do futebol, nas condições em que se efetivara, potencializou os conflitos entre os trabalhadores e a direção da empresa, além das disputas entre as diferentes categorias de empregados, principalmente entre funcionários dos escritórios e operários.

Capítulo IV

ASSOCIAÇÃO AMÁLIA DE DESPORTOS ATLÉTICOS

IV. 1 Histórico, organização e disciplina

A história da Fazenda Amália começa em janeiro de 1894, quando Henrique Santos Dumont, irmão de Alberto Santos Dumont, e sua esposa Amália Ferreira Dumont compraram uma gleba chamada Fazenda Santa Constância, situada em Santa Rosa de Viterbo, interior de São Paulo[27].

Aos poucos, Henrique Dumont foi ampliando a fazenda através da compra e da anexação de glebas vizinhas: as fazendas Tamanduá, Caçador, Fazendinha, Coqueiro, Pintos, Bela Vista, Peroba, Divisa e Serra.

Em 1898, teve início a derrubada da mata nativa e o plantio da cana-de-açúcar. No ano seguinte, começou a construção de um ramal de estrada de ferro, posteriormente vendido para a Cia. Mogiana. Em 1900, Henrique Dumont empreendeu a instalação de uma usina de açúcar, logo ampliada com a troca dos equipamentos por outros maiores. Continuou comprando novas terras e

[27] Dorival Custódio. *Amália: Histórico*. Santa Rosa de Viterbo, 1973. Mimeografado.

as fazendas Monte Alegre, Recreio, Serrinha e Paraíso foram incorporadas à já denominada Fazenda Amália, uma homenagem à sua esposa.

Em 1920, após a morte de Henrique Dumont, Dona Amália vendeu a fazenda ao Conde Francisco Matarazzo e a dois sócios, que fundaram a Sociedade Agrícola Fazenda Amália. Nesse mesmo ano, o Conde transferiu sua parte na Sociedade para seu filho Francisco Jr. Posteriormente, em 1931, o Conde Francisco Matarazzo Jr. adquiriu as outras duas partes, passando, então, a ser o único proprietário.

Em 1954, a Sociedade passou a se chamar Agro-Industrial Amália S/A.

Atualmente, as dimensões da Fazenda Amália são de, aproximadamente, 23.000 hectares. Do município de Santa Rosa de Viterbo, na região de Ribeirão Preto, suas terras se estendem aos municípios vizinhos de Tambaú, São Simão, Cajuru e Serra Azul. Sua principal atividade é o cultivo da cana e a produção de álcool hidratado. Além da usina, Amália abriga um complexo industrial com fábricas de papel e celulose, fertilizantes, ração animal, ácido cítrico, embalagens, sabão e sabonetes. Emprega em torno de 1.600 funcionários. A maior parte deles reside em Santa Rosa, mas há muitos ainda que moram na própria fazenda, em especial, técnicos, chefes, mestres, diretores e empregados antigos. No passado, ao contrário, todos os empregados moravam em Amália.

*

A Associação Amália de Desportos Atléticos (AADA), fundada em 1º de janeiro de 1940, com sede na Fazenda Amália, reunia *"empregados e empregadores da Sociedade Agrícola Fazenda Amália"*, empresa vinculada à S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. De acordo com seus estatutos, o objetivo da Associação era promover, entre os associados, *"a prática de todos os esportes e, principalmente, o futebol."*

No entanto, a verdadeira data da organização do clube é objeto de polêmicas. Antigos empregados da Fazenda Amália garantem que a Associação já existia nos primeiros anos da década de 1930. Ela teria sido criada por iniciativa dos empregados da Fazenda Bela Vista, uma das seções da "Amália", onde funciona, ainda hoje, a administração da Agro-Industrial Amália S/A. Mas, somente em 1940, a AADA foi reconhecida pela empresa, que construiu um pequeno estádio de futebol e uma sede social em terreno de sua propriedade, cedido à Associação através de contrato de comodato. Nessa época, houve transformações no sistema de assistência social da Fazenda Amália e a AADA passou a ser subordinada ao Departamento de Serviço Social da empresa:

> Quando houve aquela reforma grande, então aí passou a ser encarado mesmo... como a fundação. Então deram por essa data, mas não foi. Muito antes já existia!
> (...)
> Eu sou de 1921 e já existia. Já existia, porque os meus tios jogavam futebol aí. Gente muito mais velha que a gente conheceu [o clube]. (E.P., ex-diretor e ex-jogador de futebol da AADA).
>
> Não tinha esse prédio [sede], não tinha a arquibancada... (...) Era um campo de cerca, de cerca de zinco. Folha de zinco. (S.D., ex-diretor da AADA).
>
> Também não era... em lugar nenhum era organizado, então aqui também não tinha essa organização que tem hoje. (E.P.)

Essas transformações se deveram, principalmente, ao entusiasmo de Ermelino Matarazzo, filho do Conde Francisco Jr. Desde criança, Ermelino passava suas férias em Amália e, apaixonado pelo futebol, logo se interessou pela AADA. Conquistou a posição de goleiro titular da equipe de futebol, recebeu o título de presidente honorário[28] e emprestou seu nome ao estádio da Associação. Antigos diretores destacam a importância da participação de Ermelino e de seu irmão Eduardo na mudança dos destinos do clube:

> O Conde não gostava muito [de futebol], não ligava muito, mas os filhos gostavam. O Eduardo e o Ermelino. (S.D.)
>
> Depois os filhos dos patrões foram gostando daqui, então a coisa foi crescendo e crescendo cada vez mais.
> (...)
> O prédio aqui, o estádio, fizeram uma grande reforma. (...) Foi justamente... Aconteceu numa época em que o Ermelino começou... Que ele era menino também. Naquela época ele devia ter uns 10, 11 anos. Ele morreu com 62... Ele era seis anos mais velho do que eu. Veio, gostou do futebol aqui, começou e então isso aqui tomou outro rumo, cresceu bastante. (E.P.)

Com a reestruturação, a Associação obteve o registro definitivo na Federação Paulista de Futebol (FPF) e o direito de disputar o Campeonato Amador do Interior. Filiou-se à Liga Riberopretana de Futebol, responsável pelo Campeonato do Interior na região de Ribeirão Preto. Também o registro na Diretoria de Esportes do Estado de São Paulo, efetuado em fevereiro de 1941, era o requisito básico para sua inscrição em qualquer campeonato oficial, bem como para a obtenção do alvará de funcionamento.

---

[28] De acordo com os estatutos da AADA, sócios beneméritos *"(...) são os que tenham prestado à Associação serviços relevantes, como tais reconhecidos pelo Conselho Deliberativo, sob a proposta da Diretoria"*. Os sócios honorários *"... são os que por votação unânime do Conselho Deliberativo e sob a proposta da Diretoria, forem reconhecidos dignos dessa distinção por méritos indiscutíveis ou por terem contribuído consideravelmente para o engrandecimento da Associação"*.

A Associação mantinha equipes de futebol infantil e juvenil — além do quadro principal —, basquete e *bocce*. Organizava bailes e shows para associados e suas famílias, além das tradicionais festas de Natal com distribuição de brinquedos às crianças, bastante comuns em clubes do mesmo gênero. Dispunha também de jogos de salão (bilhar, xadrez, dominó, damas) e de uma modesta biblioteca.

Em 1939, a Associação contava com 266 sócios. Com a reinauguração em 1940, o quadro social se elevou a 665 associados, sendo 200 sócios fundadores e 465 honorários, que pagavam uma taxa anual de 24$000 (vinte e quatro mil réis), valor praticamente simbólico. Considerando-se que a Sociedade Agrícola Fazenda Amália empregava cerca de duas mil pessoas, a AADA reunia mais de 30% do pessoal.

Quanto à organização interna, uma diretoria se encarregava da administração burocrática[29]. Seus oito membros — presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, diretor social e diretor esportivo — eram eleitos pelo voto direto dos associados, reunidos em Assembléia Geral, para um mandato de um ano. A diretoria centralizava o poder: todas as decisões relativas às

[29] PEREIRA DE QUEIROZ (1984:898), em estudo dedicado às escolas de samba do Rio de Janeiro, observa que estas agremiações adotam um sistema de organização segundo os modelos legais brasileiros, com uma diretoria eleita periodicamente. Assim constituídas, as escolas se orgulham de sua disciplina interna e expressam o desejo de se conformarem aos *"princípios de respeitabilidade que regulam a ordenação social do país"*, garantindo sua plena integração a ele. Em se tratando de clubes de futebol, a adoção desses modelos — ainda que cumprindo um mesmo objetivo — visava, também, ao atendimento das determinações de órgãos superiores, como por exemplo, a Diretoria de Esportes do Estado e a Federação Paulista de Futebol. Sem isso, os clubes não poderiam filiar-se a estes órgãos, nem participar de seus campeonatos.

atividades da Associação, desde as mais simples às mais importantes, passavam por ela obrigatoriamente.

Suas reuniões, como as de outras associações afins[30], eram extremamente protocolares: cabia ao presidente dar início à sessão; em seguida, o secretário lia a correspondência recebida e expedida, para, só então, expor os assuntos em pauta. Finalmente, debatia-se a ordem do dia. A reunião se encerrava com a leitura da ata pelo secretário e sua assinatura pelos membros presentes.

Ainda que, pelos estatutos, todas as categorias de empregados e também os empregadores da Fazenda Amália pudessem fazer parte do quadro social da AADA, os funcionários dos escritórios pareciam ocupar posições privilegiadas. Em geral, os membros da diretoria desempenhavam funções administrativas na empresa; em oposição, os jogadores de futebol eram, em sua maioria, operários da usina de açúcar, trabalhadores braçais e agrícolas lotados no cultivo da cana.

Na diretoria eleita para o ano de 1942, havia cinco auxiliares de escritório, um almoxarife, um motorista e o chefe do departamento pessoal, sendo que este último ocupava o cargo de presidente. Como a maioria dos empregados de Amália, estes diretores residiam na própria fazenda, exceto o presidente e chefe dos escritórios, que morava em Santa Rosa. Também parecia ser uma constante que o chefe dos escritórios ocupasse a presidência da Associação. Com base no depoimento de um ex-jogador do clube, notamos que a presidência era uma espécie de cargo de confiança, ocupado por diretores ou chefes da própria empresa. Além disso, os patrões exerciam

[30] PEREIRA DE QUEIROZ (1984:895) descreve processo semelhante entre as escolas de samba.

uma influência direta sobre a vida do clube: nunca fizeram parte da diretoria regular, mas eram eles que, de fato, dirigiam o clube:

> Sempre houve uma diretoria. (...) Mas quem controlava isso aqui era a firma. Quem dava as cartas aí era o ... era sempre um gerente, o diretor, né. Os Matarazzo em si, o Ermelino Matarazzo, o Dr. Eduardo...
> (...)
> O Ermelino não fazia parte da diretoria, mas ajudava; qualquer coisa que precisava iam lá falar com ele. (E.P.)

A presença de Eduardo e Ermelino era marcante. A história da Associação está pontuada de fatos que registram o predomínio dos irmãos Matarazzo em todos os seus campos de atuação.

Aos poucos, os negócios da família em São Paulo e a carreira como atleta profissional da Sociedade Esportiva Palmeiras e do Botafogo de Futebol e Regatas foram afastando Ermelino da Associação. Esse espaço foi sendo ocupado por Eduardo Matarazzo que, durante os anos 1950, passou a ser tão influente quanto o irmão havia sido. Ainda hoje, seus "esforços" em levar a Associação à disputa dos Campeonatos da Terceira e da Segunda Divisões de Profissionais da FPF são lembrados por antigos sócios. Eduardo se empenhou na formação de uma boa equipe de futebol, como também na realização de reformas no estádio:

> Depois... ficou o Eduardo. O Ermelino se afastou. Parece que foi tomar conta das indústrias em São Paulo, do Matarazzo. E aí já vinha menos aqui. Então o Eduardo, que vinha mais, ele começou a... Aí ele levou o time pra Terceira Divisão, Segunda Divisão. (S.D.)
>
> Depois, quando foi pra disputar a Terceira Divisão, (...) aí então foi feito todo o alambrado. Foi feito em tempo recorde, não sei quanto... 30 ou 40 dias... Aí disputamos a Terceira, depois disputamos a Segunda.

> O alambrado era exigência [da FPF]. Tinha que ter os vestiários como nós temos agora, que antigamente não tinha. O túnel... Tem um túnel que sai lá na frente. É para os jogadores não terem contato com a torcida. (E.P.)

Outras das preocupações não apenas de Eduardo, mas da Matarazzo em si, era reforçar a identificação do clube com a empresa. Como exemplo, mencionamos um episódio ocorrido em 1957. Neste ano, a diretoria da Associação elaborara um modelo para a confecção de sua bandeira, modelo esse que fora submetido à apreciação de Eduardo Matarazzo, presidente honorário. Eduardo aprovou as cores e sua disposição — listras horizontais em azul e branco —, mas não concordou com o distintivo. Em sua opinião, ele deveria ser o sol, emblema das Indústrias Matarazzo. Eduardo queria reforçar a identidade da Associação Amália com o nome da empresa até mesmo ao nível dos símbolos. Registros provam que os diretores não se opuseram à objeção e concordaram em elaborar outro modelo com o emblema sugerido.

Alguns documentos, como os regulamentos internos, por exemplo, eram assinados apenas por Ermelino, supondo-se que tenham sido concebidos exclusivamente por ele. Condutas como essa eram incompatíveis com o estatuto da Associação, que atribuía unicamente à diretoria a responsabilidade de propor emendas ou reformas nos estatutos e leis ordinárias.

A influência dos irmãos Matarazzo, em especial de Ermelino, pôde ser observada, sobretudo, na elaboração dos códigos disciplinares da Associação, caracterizados pela severidade dos preceitos morais, pela amplitude de aspectos abordados e pela riqueza de pormenores.

O estatuto da Associação Amália enfatizava exigências de moralidade e disciplina por parte de seus sócios. Poderia integrar seus quadros qualquer empregado da Sociedade Agrícola Fazenda Amália, desde que apresentasse uma proposta de admissão, devidamente documentada, por intermédio de um associado em pleno gozo de seus direitos sociais. Este pedido seria julgado pela diretoria, que não era obrigada a divulgar as razões de uma eventual recusa. Uma vez admitido, o associado teria deveres como zelar pela camaradagem, pela boa ordem e abster-se de discussões políticas, religiosas ou de classe. Em resumo, exigia-se a despolitização total das relações:

> Capítulo III, Art. 8º — São deveres dos Associados:
> (...)
> d) abster-se de manifestação ou discussão de assunto de natureza política, religiosa ou de classe, nas dependências da Associação:
> e) impedir, nas dependências da Associação e onde ela for convidada ou representada, abusos e desrespeitos de estranhos, convidados ou de seus consócios;
> (...)
> i) respeitar seus consócios e convidados, evitando discussões prejudiciais à boa camaradagem.

O Capítulo VIII, Art. 34º do mesmo estatuto previa punições para diferentes atos e circunstâncias. Preceitos de moralidade se faziam presentes na avaliação de casos como o desligamento do quadro social de um empregado demitido da empresa por justa causa, ou por haver pronunciado conceitos desonrosos contra o clube:

> Os associados que infringirem as disposições deste estatuto ou regulamentos internos, ficam sujeitos, de acordo com a natureza das infrações, às seguintes penalidades:
> a) advertência;
> b) suspensão;
> c) eliminação.
> 1º - O associado que se tornar indigno de estima por sentenças infamantes, ou que for demitido da Sociedade Agrícola Fazenda

> Amália por falta grave, será pelo mesmo fato eliminado do quadro social.
> 2º - Demitindo-se o associado da Sociedade Agrícola Fazenda Amália, por sua livre e espontânea vontade, sem motivos deshonrosos [sic], será automaticamente desligado do quadro social, sendo-lhe facultado solicitar a sua permanência na Associação como associado simpatizante... (nos termos do Art.4, parágrafo 2º)

Os pedidos de admissão de novos sócios eram controlados e rigorosamente avaliados pela diretoria da Associação, a fim de que elementos inconvenientes não colocassem em risco a "ordem" interna. Nesse sentido, poder-se-ia apontar semelhanças entre a AADA e as escolas de samba estudadas por PEREIRA DE QUEIROZ (1984:897)[31]. Observa-se um mesmo "rigor moralista" nos estatutos, nos documentos ou pronunciamentos da diretoria e nos regulamentos internos da Associação Amália.

A "Regimentação Interna" de 1941 procurava regrar atividades esportivas e sociais. Para o cinema, que funcionava no salão de festas da Associação, previa-se uma série de penas para atos considerados impróprios. Por intermédio de rigorosa vigilância, pretendia-se disciplinar corpos e atitudes:

> Art.2º - Disciplina:
> a) os elementos que não se portarem convenientemente serão postos para fora do cinema, não se permitindo mais o ingresso;
> b) não será admitido o ingresso a quem não estiver convenientemente trajado;

[31] PEREIRA DE QUEIROZ (1984:897) afirma que os estatutos das escolas...

> (...) colocam ênfase nas exigências de moralidade por parte dos associados. Cabe à diretoria exercer um controle tão rigoroso quanto possível sobre o ingresso de novos membros, a fim de que não se confunda 'sua' Escola com qualquer agrupamento de malandros e prostitutas; uma conveniente filtragem deve preservá-la de punir indesejáveis. O rigor moralista dos estatutos e das declarações das Diretorias é marcante.

> c) aos menores barulhentos, serão aplicadas as penas de suspensão e no caso de reincidência, a proibição de frequentarem o cinema.
> (...)
> Art. 4º - Conservação:
> e) as pessoas que forem surpreendidas a praticarem atos pouco convenientes fora do cinema, serão repreendidas e multadas.

Falava-se em "atos pouco convenientes", porém não se explicitava que espécie de conduta seria reprovada, o que implicava o poder da diretoria sobre cada um dos associados. O julgamento dos casos individuais ficava entregue à moralidade mais ou menos intransigente de cada membro da diretoria.

Ao final do regulamento, uma observação previa que a desobediência a qualquer dos artigos seria "severamente punida." E Ermelino assinava o documento como presidente da Associação.

O regimento para as atividades esportivas de 1942 era muito mais detalhado que o do cinema e arrolava uma série de disposições disciplinares e proibições, prevendo diferentes compromissos para os treinamentos, os jogos e as viagens. As abstenções e atrasos dos jogadores aos treinos seriam punidos com multas diferenciadas:

> **No campo**
> Art.1º - Nos treinos:
> a) Aos jogadores que faltarem aos treinos sem prévio aviso ou autorização competente, lhes será imposta uma multa de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros). Aos que chegarem atrasados, Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros);
> b) a entrada no campo deverá ser feita em plena ordem;
> c) deverão respeitar os técnicos;
> d) manter harmonia com os companheiros;
> e) bater bola somente quando lhes for permitido;
> f) é proibido urinar dentro do gramado;

g) respeitar a torcida agindo como se ela não existisse, no caso de uma ofensa dirigida pela mesma.

Art.2º - Nos jogos:

a) entrar em ordem, evitando "bate-bola";

b) não é permitido sentar no campo, menosprezar o adversário ou conversar com a torcida.

Saídas do quadro para disputas de jogos:

Art.1º - Estarem todos prontos no local previamente combinado para o ponto de partida e na hora exata marcada pela diretoria.

Art.2º - Divertir-se durante a viagem, evitando o cansaço e a provocação de desordem.

Art.3º - Proceder corretamente e com muita educação no hotel, casa ou sede em que forem hospedados.

Art.4º - Não se embriagar e nem provocar cenas desagradáveis, evitando assim dissabores à diretoria e colaborando para a grandeza e bom nome do clube.

Art.5º - Todo o material entregue deverá ser devolvido ao encarregado desse serviço.

N.B.: Os jogadores que não acatarem os artigos acima serão punidos severamente.

AADA

Ermelino Matarazzo - Presidente

A exigência de posturas como o respeito aos técnicos e a manutenção da harmonia entre os jogadores denota a existência de conflitos no interior da Associação. A exortação ao bom comportamento e à colaboração para o engrandecimento do clube e de seu nome coloca os interesses da Associação Amália acima dos interesses individuais. Estes seriam os principais objetivos de Ermelino na direção do clube: por um lado, manter a ordem e a concórdia, por outro, fazer dele um clube vitorioso e respeitado, à altura do nome Matarazzo. Neste caminho, Ermelino conduzia a Associação como um senhor absoluto. Ainda que os regimentos internos devessem proceder da diretoria, eram elaborados e assinados apenas por ele.

Posteriormente, em 1942, uma reforma no regulamento interno da Associação, cujo texto também era assinado apenas por Ermelino, introduziu novas normas e atividades, e demonstrava a

existência de um preconceito que, por muito tempo, subsistiu entre os grandes clubes do futebol profissional: a proibição dos negros participarem de suas atividades sociais. Na AADA, essa possibilidade não lhes era negada, porém, sob certas condições que mantinham o preconceito. O Art.3º do novo regulamento tratava dos bailes mensais e instituía até mesmo a discriminação racial entre seus frequentadores, dividindo o salão em alas para brancos e negros. A justificativa era proporcionar maior liberdade aos associados:

> a) Procurando sempre melhorar nosso programa, a diretoria comunica que haverá um baile mensal. Este baile será efetuado no sábado mais conveniente;
> b) para maior liberdade, o salão será dividido em duas partes, cabendo uma aos sócios de cor e outra aos brancos;
> (...)
> e) os elementos brancos não poderão freqüentar o baile dos de cor e o mesmo para os de cor que não poderão freqüentar o salão dos brancos.
> Nota: os elementos que freqüentarem um salão não poderão freqüentar o outro.
>
> Ermelino Matarazzo
> Superintendente[32]

Pouco antes, outro caso de discriminação foi observado. A Portaria Ministerial nº 254, de 1º de outubro de 1941, (Ministério da Educação e Saúde, Conselho Nacional de Desportos), instruíra mudanças nos estatutos de clubes e associações desportivas de todo o país. Ditava-se uma estrutura comum para os clubes, composta por uma diretoria, um conselho deliberativo e um conselho fiscal. Cada um desses órgãos teria uma função específica na administração do clube. Aproveitando o momento de reformas no estatuto, a diretoria da Associação Amália resolveu incluir um critério

[32] A separação entre negros e brancos em clubes de fábricas também parecia ocorrer em outros lugares. O Bambas F.C., equipe de futebol de empregados da Cia. Antarctica de Ribeirão Preto, era formada apenas por "homens de cor", como eles próprios se definiam em um convite para um jogo amistoso enviado à Associação Amália em junho de 1939. Não sabemos se essa equipe fora organizada por iniciativa dos empregados ou da empresa. Uma investigação mais detalhada sobre o assunto seria interessante e poderia revelar outros aspectos dos clubes de fábrica.

discriminatório: italianos, alemães e japoneses, em pleno desenrolar da Segunda Guerra Mundial, não poderiam, de forma alguma, integrar a administração do clube. A ata da Assembléia Geral de 29 de janeiro de 1942 registra que:

> Haverá um Conselho Deliberativo, eleito por assembléia geral e composto no mínimo de 20 membros, dentre os quais 2/3 pelo menos devem ser brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 21 anos, **observando-se que não será permitida a eleição de elementos dos países com os quais o Brasil não mantiver relações diplomáticas: naturalizados nacionais da Alemanha, Itália e Japão; a eleição de membros naturalizados, nacionais de outros países, ficará dependendo da consulta prévia a esta Diretoria**; 1/3 pelo menos deste Conselho terá de ser formado por sócios contribuintes. (Os grifos são nossos e indica o trecho que não consta da Portaria Ministerial referida. Trata-se de uma inclusão promovida pelos dirigentes da AADA).

A incompatibilidade dessa medida com uma composição populacional marcada pelo processo de imigração intensiva, principalmente de italianos e japoneses, fez com que a Diretoria de Esportes do Estado de São Paulo enviasse à Associação Amália, em 17 de novembro de 1942, um pedido de revisão dos estatutos, definindo apenas a supressão do trecho grifado. Sem isso, o alvará de funcionamento e o registro naquele órgão não seriam revalidados. E ao final, a Diretoria de Esportes comunicava: *"Feitas as alterações citadas acima, pedimos o obséquio de ser enviada a esta Diretoria um ante-projeto dos estatutos para que seja dado parecer em definitivo, o que prevenirá futuros erros."*

Em março de 1943, o regimento interno da AADA foi novamente reformado. A Associação não poderia firmar uma imagem de desordem, contrária à disciplina. Daí as punições por embriaguez, namoros mais liberais, discussões sobre política, barulho de crianças no cinema,

agressões entre os jogadores. É como se ressaltassem a boa organização, a moral e a disciplina, capazes de conduzir à vitória e ao sucesso:

> a) É terminantemente proibido discutir no recinto da sede assuntos concernentes à Guerra;
> b) todo sócio que provocar discussões ou promover qualquer desordem que venha a comprometer a disciplina interna, será severamente punido;
> c) não será permitido o ingresso de sócio cujo estado de embriaguez for comprovado;
> d) todo sócio que proferir palavras obscenas e provocar atos atentatórios à moral, será imediatamente posto para fora do recinto da sede e automaticamente eliminado do clube.

A presença forte e constante de Ermelino, sua atuação paternalista na Associação, encontra um paralelo bastante próximo naquilo que MARTINS (1973:99) chamou de "padrão de dominação tradicional" ao analisar a conduta do Conde Matarazzo à frente de suas empresas. Segundo ele, o "paternalismo de empresa" coloca o patrão na posição de chefe/pai e a empresa na de comunidade/família. A autoridade exercida no interior da empresa preserva seu caráter abstrato, mas provém de um chefe que é líder da "comunidade": um "igual" que conhece os problemas de seus empregados e compartilha seus ideais:

> Frutificaram as expectativas definidoras do “patrão” em paternalismo de empresa, mediante uma relação que constituía o sucedâneo da sociedade industrial às concepções comunitárias, já que o paternalismo de referência do proletário estava negado na própria situação de massa da empresa industrial. Já em 1917, durante a greve geral, apareceram manifestações desse paternalismo novo. O empresário ressurge, então, como o “chefe” e a empresa como a “comunidade”, onde o patrão ouve os problemas “pessoais” dos seus empregados, dá conselhos e, com eles, seus “dependentes”, confraterniza. O capitão-de-indústria não é mais, apenas, o líder nos negócios, o encarregado único das decisões comerciais, mas também o líder dos seus empregados. A espoliação transubstancia-se numa dominação tradicional, em que a autoridade, exercida através da empresa, provém muitas vezes de um nome abstrato, de um ser que

> raramente ou nunca é visto, mas que é um "igual" e "cujo coração estremece pelos anseios dos seus dependentes", como demonstram as obras de caridade dentro e fora da empresa.

A posição de Ermelino na Associação não deixava de ser ambígua. Ele era, antes de tudo, o filho do patrão, o herdeiro de Amália e das Indústrias Matarazzo. Mas era, também, sócio e jogador do clube. Nesse sentido, estava em condição de igualdade para com os demais sócios e empregados de Amália: jogava futebol e se divertia com eles. Contudo, mesmo enquanto sócio, ocupava uma posição de destaque: era presidente honorário da Associação[33].

Sua liderança se consolidava pela fusão dessas características: o sócio e jogador, portanto companheiro, e o herdeiro, cuja autoridade seria esperada e a quem se devia todo o respeito. Nesse misto de amigo e senhor, Ermelino era um líder paternalista e também apaziguador da "família" Amália. Aliás, Ermelino, melhor que todos os presidentes da Associação, soube dosar autoridade e diplomacia na solução dos conflitos entre a diretoria e os associados. A harmonia interna era o ideal de todo clube, mas nem sempre ela ocorria de fato.

Em carta, de 18 de maio de 1943, aos jogadores da Associação, Ermelino escreve de São Paulo tentando solucionar um conflito surgido entre o técnico de futebol e alguns jogadores, cujas razões desconhecemos. Nela observamos a postura ambígua de Ermelino: enquanto "presidente", exerce sua autoridade, impõe ordens e faz ameaças de expulsão aos jogadores envolvidos na disputa (o que, a rigor, não seriam atribuições do presidente honorário); enquanto companheiro, pede

[33] A esse respeito, G.W., antigo treinador da Associação Atlética Matarazzo, comenta: *Lá na Amália, ele [Ermelino] é um ídolo. Ele era o dono do time. Mesmo aqui na Capital. Ele era assim: chegava na firma, cumprimentava desde o humilde faxineiro até o mais alto funcionário. (...) Ele queria se divertir junto com os pobres."*

solidariedade e união, a fim de superar as crises internas e alcançar seu objetivo mais amplo, ou seja, a participação no Campeonato Amador do Interior e a consolidação da Associação como equipe respeitável. Apesar do tom severo da carta, Ermelino assina como "o colega e amigo":

> Presados [sic] jogadores,
>
> Venho com esta expressar-me sobre a questão dos técnicos, que tem destoado na minha ausência, infelizmente.
>
> Nós, jogadores, técnicos e diretores, num momento como estes, em que estamos elevando um clube novo e vamos iniciar um campeonato que para nós representará novas glórias se nele nos conduzirmos com acerto e dedicação, não podemos lutar contra crises internas e nem tão pouco com fugas covardes.
>
> Se houve alguma discórdia entre os jogadores e o técnico, procuremos com boa vontade de ambas as partes, aplacar esse desentendimento, até minha chegada, que se dará em breve, pois em meados de junho estarei aí para resolver e reconciliar da melhor maneira possível.
>
> Portanto, imponho, como presidente, que minhas ordens sejam levadas a efeito. E peço, como colega e jogador que sou dessa agremiação, que procurem esforçar-se para podermos continuar essa grande obra.
>
> Esse capítulo que aqui está escrito é exclusivamente para os desertores, que são: Calabrez, Orlando Bife, Tião, Zé Tom, e porventura algum outro que pretende na minha ausência dispersar. Lembrem-se esses elementos as graças que já desse clube receberam!... Lembrem-se das satisfações que já lhes foi dado a vestir essa gloriosa farda!... E lembrem-se mais que, se não esperarem para tomar alguma resolução até a minha chegada, serão eliminados do quadro futebolístico e social desse honrado clube. E isso compreende que nunca mais poderão nem tão pouco assistirem uma seção cinematográfica no clube.
>
> Esperando que tudo resulte bem, subscrevo-me atenciosamente, o colega e amigo
>
> Ermelino Matarazzo

Ermelino menciona, em dois momentos, a eclosão de rivalidades durante sua ausência em Amália. Pode-se pensar que sua autoridade era eficaz na contenção das disputas internas, mas isso só ocorria quando ele estava presente. A obediência à sua autoridade provinha mais do medo dos associados e dos jogadores que do respeito que pudessem ter por Ermelino. Quando ele se

ausentava da fazenda, os conflitos vinham à tona, tornavam-se explícitos. Observe-se que entre os "desertores", Ermelino cita os principais expoentes da equipe no período. Isso indica que, nesta carta, ele estava usando de sua posição, de sua ascendência, para se impor sobre os líderes naturais do quadro de futebol e, com isso, reforçar a sua autoridade.

IV. 2 Futebol e conflitos

A AADA centralizava todas as atividades de esporte e lazer na Fazenda Amália. Quando uma seção organizava uma equipe ou precisava de algum auxílio para a compra de uniformes ou, ainda, para a realização de melhorias em seu campo de futebol, dirigia-se à AADA e não diretamente à Sociedade Agrícola Amália. A empresa fornecia à Associação todo o material indispensável à prática do futebol — chuteiras, bolas, camisas — e esta, por sua vez, o distribuía entre as seções, de acordo com as necessidades de cada uma. A Associação atuava, portanto, como intermediária entre os times das seções e a empresa.

Cabia à Associação a organização dos campeonatos inter-seções e seus regulamentos, a inscrição das equipes e dos atletas participantes. Para se integrarem às atividades coletivas, essas equipes pagavam uma taxa mensal à AADA, como se fossem filiadas a ela.

No seu limite, as atividades desportivas e de lazer eram controladas pela administração da Fazenda Amália[34]. Como vimos, os irmãos Ermelino e Eduardo Matarazzo interferiam diretamente na vida da Associação e, em muitos casos, acabavam ditando normas e atividades. Ainda que contando com uma diretoria eleita, a Associação estava sujeita ao arbítrio dos patrões. O mesmo era válido para as diferentes seções de Amália, que não tinham clubes propriamente ditos, mas equipes de futebol bem organizadas. Elas também eram alvo do controle da empresa, o que pode ser evidenciado pelo fato de suas reuniões ocorrerem na casa do administrador da respectiva seção:

> Não tinha clube, não. Só tinha o time, a diretoria formada. (...) Tinha a diretoria, mas não tinha o clube. Mas eles faziam reunião na casa do administrador. Cada seção tinha um administrador. E na casa dele era feita a reunião... da diretoria desses times. Então era bem organizado. (S.D.)
>
> (...) se é o administrador que comanda a seção, quer dizer, ele tava a par de tudo. Então fazia uma reunião na casa dele, então ele sabia de tudo que se passava. Então a gente ajudava, quer dizer... não tinha, por exemplo... Era tudo muito sério, muito... bem controlado. (E.P.)

A Associação promovia "peneiras" com jogadores das seções regularmente, visando ao seu aproveitamento na equipe principal. Essa prática consistia na realização de um jogo que servia de teste para a admissão de novos jogadores à sua equipe. Repetidas com certa freqüência, as

---

[34] LOPES (1978:179) afirma que o controle do lazer em usinas de açúcar é considerado tradicional, ao descrever a situação no Nordeste:

> Para completar o quadro da submissão do tempo livre dos operários à dominação da administração podemos assinalar que a própria organização do lazer nas usinas é diretamente controlada pela administração. Essa organização do lazer nas usinas é tradicional, tendo-se manifestado no passado principalmente através das bandas de música mantidas pelos usineiros que viam nelas ao mesmo tempo motivo de prestígio para efeitos externos à usina e instrumento de hegemonia ideológica sobre os operários. A partir talvez do pós-guerra, as bandas de música vêm sendo substituídas por clubes de futebol. Atualmente existe um campeonato estadual de futebol somente de equipes representando as usinas.

"peneiras" eram aguardadas com expectativa pelas seções. Em 1958, o clube da seção instalada na Fazenda Olaria, então recém-fundado, apresentava-se à Diretoria da Associação Amália com a seguinte perspectiva:

> Sendo que nossa equipe é formada por elementos jovens e promissores, julgamos ser a AADA a maior beneficiada, pois, em futuro, poderiam ser aproveitados vários jogadores da mesma pela gloriosa AADA.
>
> Em vista disso, solicitamos a V.Sa., o melhor apoio moral possível, a fim de que possamos conseguir o nosso intento.

Partindo dessas informações, podemos compreender os motivos de tão acirradas disputas que caracterizaram os campeonatos internos: *"Era coisa dura mesmo. Quando a turma falava assim: 'Campeonato de seções'. Então todo mundo queria ser campeão. Claro!"* (E.P.)

Esses campeonatos significavam a oportunidade que muitos jogadores tinham para mostrar suas qualidades e, virtualmente, serem chamados a defender as cores da AADA. Além da conquista de uma posição na equipe principal da Associação, também estava em jogo um emprego como operário na usina ou o aprendizado de um ofício. Ou seja, enquanto semi-profissionais do futebol, os trabalhadores das seções poderiam obter melhores empregos na fazenda e horários especiais de trabalho, para favorecer os treinamentos.

Em virtude da forte competição entre equipes e jogadores e, muitas vezes, da violência durante as partidas, um rígido esquema disciplinar punia os faltosos com advertências ou suspensões, por um ou mais jogos. Em casos considerados graves, o jogador poderia ser suspenso

de todas as atividades esportivas e sociais do clube por 90 dias. A reincidência poderia implicar total eliminação do quadro de atletas:

> Amália, 23 de abril de 1959.
>
> Ilmo.Sr. João Honorato da Silva
> Graciosa
>
> Prezado Sr.
>
> Com a presente, comunicamos a V.Sa. que, em vista do ocorrido quinta-feira, dia 21/4/59, no transcorrer da partida entre Flamengo e Graciosa, do qual V.Sa. é representante, foi deliberado em reunião de 22 do corrente, eliminar o jogador Luiz Pereira dessa equipe, por motivo de agressão ao seu adversário.
> Portanto, o jogador acima não poderá mais disputar o Campeonato entre Seções, ora em vigor.
> Saudações
>
> Avelino Dal Lago
> Presidente — AADA.

Ex-diretores da Associação Amália afirmam que a mesma disciplina exigida no futebol era encontrada no espaço do trabalho:

> O negócio era pesado. Tinha um esquema forte aqui. Era porque... todo mundo queria jogar, né? Então tinha que disciplinar mesmo. Porque se era bom [o jogador] ficava, se aprontava alguma coisinha... saía mesmo. E isso não era só no futebol. Mesmo na fábrica, na firma também era rigoroso. (S.D.)
>
> Aqui tinha disciplina. (...) Mesmo na firma. Sempre teve uma disciplina muito grande. Sempre foi disciplinado, não tem negócio de... Sempre foi muito bom. (E.P.)

As punições que decidiam pela eliminação do quadro de atletas repercutiam na esfera de trabalho do jogador, que perderia o direito a certos privilégios e, no limite, o próprio emprego, conquistados em função do futebol. Existia também algum espaço para interferências políticas na

escolha da pena aplicada ao jogador faltoso. A disputa por uma vaga na equipe da AADA, envolvendo, por exemplo, um jogador de boas qualidades técnicas e outro que tivesse as graças da diretoria da Associação, poderia ter solução favorável ao segundo. A diretoria poderia decidir pela eliminação de um jogador faltoso ou, então, atenuar a pena aplicada, dependendo do prestígio do clube, de sua posição no campeonato interno ou de sua proximidade à diretoria da Associação. Ilustrando esse tipo de negociação, uma carta reivindicava abertamente o benefício da suspensão de uma punição:

> Fazendinha, 9 de abril de 1959.
>
> Sr.Avelino Dal Lago
> Presidente da AADA
>
> Dirijo-me a essa DD.Diretoria, a fim de solicitar-lhes a especial fineza de perdoar o atleta do Fazendinha F.C., Sr. Gonçalo Barbosa, que no dia 5 do corrente foi expulso do campo durante a partida de futebol com o Flamengo F.C., no calor da disputa e num gesto impensado.
> (...) por tratar-se de um dos nossos melhores jogadores, e tendo em vista a boa colocação do Fazendinha F.C., solicito a essa DD.Diretoria complacência para com o mesmo, que jamais cometerá qualquer outra infração. (...)
>
> Jayme Sério.

Advertências e punições também eram freqüentes entre os atletas que integravam o quadro de futebol da Associação. Através de ofícios enviados aos jogadores, a diretoria comunicava a decisão tomada em cada caso e indicava o motivo da penalidade aplicada: *"abandonou o treino para tomar banho"*; *"xingou o juiz e foi expulso de campo"*; *"não pagou mensalidades"*; *"abuso de jogadas violentas"*; etc.

Entre as vantagens de que gozavam os jogadores da AADA, citadas por um ex-jogador, estava a dispensa remunerada do trabalho no dia seguinte aos jogos de campeonato. No entanto, uma carta de fevereiro de 1959, da diretoria aos atletas, reafirmava que a falta ao trabalho só seria permitida em algumas circunstâncias. Havia um controle muito grande por parte da empresa quanto ao comparecimento dos operários-jogadores ao trabalho. Naquela carta, a Associação colocava-se como responsável pelos atletas, mas avisava que não poderia tolerar abusos e que todas as faltas deveriam ser justificadas à Seção de Pessoal:

> Prezado Atleta
>
> Levamos ao conhecimento de V.Sa. que esta Associação tem recebido diversas queixas de chefes de Seções, reclamando o não comparecimento ao serviço de diversos atletas, principalmente nos dias sucessivos aos jogos, tanto na nossa praça de esportes quanto em outras cidades.
>
> Advertimos a V.Sa. que, a partir desta data, não mais serão toleradas ausências sem motivo plenamente justificado.
>
> A falta ao serviço será portanto punida, pois não se pode admitir reclamações contra a AADA.
>
> De acordo com a Seção de Pessoal, as ausências do serviço deverão obedecer rigorosamente as normas vigentes:
>
> - licença: apresentar pedido à Seção Pessoal, regularmente assinado pelo próprio Chefe de Seção, com um dia mínimo de antecedência.
>
> - doença: apresentar comprovante médico à Seção Pessoal no dia de volta ao serviço.
>
> Notificamos também a necessidade de ser tempestivamente comunicado à Seção Pessoal o estado da doença, a fim de que esta, por sua vez, o comunique ao serviço médico para os regulares controles.
>
> Toda e qualquer infração a quanto estabelecido, será encaminhada à Seção Pessoal, que tomará as medidas cabíveis.
>
> Saudações
>
> Avelino Dal Lago
> Presidente

Os operários-jogadores sofriam, desse modo, um duplo controle e uma dupla requisição. Além de exigidos e fiscalizados no local de trabalho, eram bastante cobrados pelo clube, principalmente em função da grande quantidade de faltas aos treinos:

> Amália, 24 de julho de 1958.
>
> Prezado Atleta,
>
> Como militante do quadro de futebol da AADA, chamamos para o senso de responsabilidade que V.Sa. possui para esta Associação, pedindo sua indispensável presença com mais regularidade ao programa de treinamentos.
>
> A assiduidade aos treinos, tanto físico como coletivo, é da obrigação dos que sabem possuir o espírito de verdadeiros desportistas.
>
> Quando houver motivo, que nos convença, de que V.Sa. não possa comparecer às práticas físicas e coletivas, avise com antecedência a quem de direito, a fim de evitar que, contra os princípios desta Diretoria, sejam-lhes aplicadas medidas disciplinares.
>
> Saudações
>
> Dal Lago.

Desde 1937, a Associação deliberara que os treinos seriam obrigatórios a todos os jogadores de futebol. Aquele que deixasse de comparecer sem apresentar justificativa, seria multado em 10$000 (dez mil réis).

Um ex-jogador de Amália explicou o sistema adotado para a cobrança de multas. Elas não eram descontadas das folhas de pagamento, mas do "bicho" oferecido aos jogadores:

> Não multavam. Tinham uma disciplina. Por exemplo, então você tem que receber o “bicho”. Se era um tipo de multa, recebia pela metade, outro tipo de multa, não recebia nada. E não ia jogar: era outra multa também. Não jogava. (E.P.)

Como já mencionamos, havia conflitos entre os jogadores de futebol e os técnicos. Havia desentendimentos quanto à escalação dos times e quanto à fixação do valor do "bicho". Além disso, outros conflitos decorriam da relação dos jogadores com a empresa. Os jogadores eram, antes de tudo, operários. Deviam comparecer ao trabalho no dia seguinte a uma partida. Contudo, exigia-se deles desempenho de atletas profissionais, como a presença assídua aos jogos e treinos. O cansaço após um dia de trabalho certamente influiria nas abstenções de que se queixava a diretoria da AADA. Um antigo treinador da Associação Amália lamentava profundamente a falta de tempo para os treinamentos, o que impossibilitava um preparo de boa qualidade. Na verdade, os treinos consistiam numa segunda jornada de trabalho:

> A única mágoa que tenho é a falta de tempo para preparar os jogadores. Nós trabalhamos até as 16h00 e daí vamos já cansados do trabalho para o campo. Lá chegando, eu disponho de no máximo uma hora e meia para trabalhar os jogadores. É muito pouco tempo para se colocar um jogador em boas condições físicas, técnicas e psicológicas para enfrentar um campeonato. (J.P.R.)

IV. 3 Associação Amália: a opção pelo profissionalismo

Nas décadas de 1920 e 1930, o Campeonato do Interior não tinha muito prestígio e, conseqüentemente, não conseguia reunir muitos participantes. Somente em 1940, esse torneio foi reorganizado, o que trouxe novo ânimo aos clubes. Progressivamente, o profissionalismo foi sendo introduzido no futebol do interior e seu desenvolvimento obrigou a Federação Paulista de Futebol a criar a lei do acesso e descenso (MAZZONI, 1955:284).

Em 1940, a Associação Amália foi reestruturada com o objetivo de participar desse novo Campeonato do Interior. Foram promovidas a reforma da sede social e a construção do estádio, a fim de cumprir as exigências da Federação Paulista de Futebol para a categoria de amadores, cujos clubes concorrentes deveriam dispor de instalações mínimas para as disputas futebolísticas.

A reorganização da AADA foi, em grande parte, devida ao empenho de Ermelino Matarazzo, que procurou provê-la das condições necessárias à inscrição no referido campeonato. Desde então, já havia interesse em dotar a prática esportiva de um caráter profissional. O simples registro na Federação Paulista de Futebol elevava o *status* da Associação Amália e, por conseguinte, o prestígio das Indústrias Matarazzo: o clube passava a funcionar como veículo promocional da empresa. O antigo treinador da Associação Atlética Matarazzo, de São Paulo, justificou da seguinte maneira a reestruturação da AADA:

> Ele [Ermelino] com o pessoal de lá, a turma de lá... Eles fizeram uma reunião e havia interesse de fazer um semi-profissional. Então com a diretoria da Fazenda Amália e apoio do Ermelino e do "seo" Eduardo, eles fizeram esse time semi-profissional. (...) O nome... Projetava o nome da firma. Como o meu aqui. O meu projetava o nome da firma, a Atlética Matarazzo... Tudo isso era para projetar o nome da firma. O objetivo era esse. (G.W.)

Além do interesse publicitário pela Associação Amália, há que se considerar a paixão de Ermelino Matarazzo pelo futebol. Ele começou sua carreira como jogador na Amália[35]. Era goleiro

---

[35] Apesar de seguir a carreira de jogador profissional, Ermelino sempre atuou de forma diletante. RODRIGUES FILHO (1964:310s) relata a situação de Ermelino no Botafogo, em 1948, *"arquimilionário que jogava de goleiro no time de baixo"*:

> Era um bom goleiro, corajoso, capaz de se arrebentar todo para salvar um gol.

titular, regulamente registrado na Associação Regional de Futebol de Ribeirão Preto. Transferiu-se para a Sociedade Esportiva Palmeiras em 1943 e, mais tarde, para o Botafogo de Futebol e Regatas do Rio de Janeiro:

> O Ermelino jogou futebol aqui. Ele começou a jogar aqui. Ele era moleque. Jogava junto com a gente. (...) Depois jogou no Palmeiras também, depois foi pro Rio. Então jogou lá no Botafogo do Rio. Depois, quando o Botafogo foi campeão lá, eles vieram pro Botafogo jogar contra o Guarani de Campinas. Depois ele [Ermelino] trouxe o Botafogo pra jogar aqui. Então nós jogamos aqui. E ganhamos! Foi o maior sucesso. (E.P.)

A fortuna, porém, tornava-o suspeito. O torcedor via um Matarazzo, Matarazzo mesmo, filho do Conde, herdeiro das Indústrias Reunidas, e concluía que o Botafogo queria era dar-lhe o golpe do baú.

E era de botar uma pulga atrás da orelha do torcedor do Botafogo a maneira, quase suicida, como os negros do time de baixo, a principiar por Marinho e Orlando Maia, os beques, defendiam a cidadela de Ermelino Matarazzo.

Ermelino Matarazzo estava debaixo dos três paus para defender. Para pegar as bolas dele. Para mostrar que era quíper. Marinho e Orlando Maia faziam tudo o que era humanamente possível para evitar isso. Para que nenhuma bola fosse ao gol de Ermelino Matarazzo. E se a que fosse entrasse?

De quando em quando uma bola passava. Era o grande momento de Ermelino Matarazzo. Atirava-se e abraçava a bola. Marinho e Orlando Maia suspiravam de alívio.

Não é que não confiassem em Ermelino Matarazzo. Bom goleiro ele era. Mas era também um homem marcado pelo dinheiro.

Se cercasse um frango, nem toda a fortuna dos Matarazzos salvaria Ermelino da ira da torcida do Botafogo. Era o que os crioulos do time de baixo queriam evitar a todo o custo.

Também, depois de uma vitória dos reservas, Ermelino Matarazzo abria as portas de seu apartamento da Av. Atlântica para comemorar. Só convidava os companheiros dele, os jogadores do segundo time.

(...)

Muito cobrão do time de cima daria tudo para ir a uma recepção no apartamento de Ermelino Matarazzo. Champagne francesa correndo como de uma cascata. Os garçons indo e vindo, adivinhando os pensamentos dos convivas.

Marinho e Orlando Maia como figuras de proa. Embaixadores de um país da África cujo nome seria indelicado perguntar.

E Ermelino Matarazzo tranquilo, grande senhor, como se em cada jogo do time de baixo do Botafogo não arriscasse a vida ou coisa mais preciosa.

Era a segurança do rico? Não, porque ele sabia que o dinheiro não o deixaria nunca, por melhor que pegasse, jogar no time de cima. Era mais a vontade de viver perigosamente...

> Ele jogava no Botafogo naquela ocasião. Ele era goleiro. Jogou pra nós. Ganhamos de 4 a 3. (S.D.)

Ao participar pela primeira vez do Campeonato Amador do Interior, em 1943, a Associação Amália, na prática, deixou de ser um clube amador, pois todos os seus 28 jogadores da equipe principal foram registrados como profissionais na FPF, outra exigência desta entidade. Na verdade, o campeonato era de amadores apenas no nome.

A Associação Amália se colocou numa posição ambígua. Dizia-se um clube amador, mas mantinha jogadores profissionais. Isto definia o profissionalismo operário na prática do futebol: o operário trabalha, treina e joga; recebe o salário por seu trabalho na fábrica e gratificações por sua atuação como jogador. A Associação era, antes de tudo, um clube ligado a uma empresa e seus estatutos preservavam esta característica. Só poderiam defender suas cores aqueles jogadores que realmente tivessem vínculos empregatícios com a Sociedade Agrícola Fazenda Amália.

Se, na disputa do Campeonato do Interior, a AADA se apresentava como semi-profissional, sua situação econômica se aproximava mais daquela dos clubes de fábrica, dependentes do auxílio da empresa e do pagamento das mensalidades dos associados. Ainda assim, estes recursos não eram suficientes para suprir todos os seus gastos, que tinham de ser complementados com o faturamento de um pequeno bar que funcionava no interior da sede social.

A empresa contribuíra para a criação de uma infra-estrutura que permitisse a inclusão do clube no Campeonato do Interior, através da construção da praça de esportes. No entanto, parecia

esperar que o clube se tornasse auto-suficiente com a participação na arrecadação dos jogos, pois, durante a temporada de 1943, primeiro ano em que a Associação participou desse evento, a Sociedade Agrícola Fazenda Amália não aumentou o valor dos seus donativos de forma a acompanhar as novas despesas assumidas: transporte, alimentação, estadia, gastos com juízes, etc. O clube não tinha condições de arcar com as despesas de um campeonato oficial. Diante desse quadro, a Associação viu-se obrigada a recorrer ao prefeito de Santa Rosa, enviando-lhe uma carta, em 25 de junho de 1943, na tentativa de evitar sua saída do torneio:

> Tomamos a liberdade de dirigir este apelo a V.Sa. em virtude da precariedade de nossa situação financeira que no momento encontra-se na sua crise mais aguda, motivada pelas despesas que estamos sendo forçados a fazer para a disputa de várias partidas do campeonato, como transporte de equipes, estadia de visitantes, despesas com juízes da FPF, etc.
>
> Urge informar a V.Sa. que a receita atual do clube não dá para atender as despesas com jogos, etc., sendo premente a necessidade de providências a respeito, a fim de evitar a cessação de nossas atividades esportivas, o que seria bastante lamentável.

Passada a crise de 1943, a Associação, bem ou mal, conseguiu manter um equilíbrio financeiro e garantir sua participação nos campeonatos seguintes. Quando disputou o Campeonato da Terceira Divisão de Profissionais em 1958, a Associação tinha direito sobre parte da arrecadação dos jogos, a qual, todavia, era insuficiente, pois, de acordo com ex-diretores, era o bar que assegurava o pagamento do "bicho" aos jogadores, bem como as despesas com o campeonato:

> O “bicho” era o clube que pagava. Tinha dinheiro pra pagar. Tinha dinheiro do bar, né, porque isso aqui era tocado pela renda do bar. (...) Tinha os associados, mas... tinha muito pouco. O dinheiro dos sócios entra, mas é sempre o mínimo o dinheiro que o sócio paga. O que garante é o bar. (...) O “bicho” era dado por conta do clube mesmo. (S.D.)

O balancete de julho de 1959 demonstrava o seguinte movimento:

receitas	Cr$ 138.141,00
despesas	Cr$ 78.475,00
saldo	Cr$ 59.666,00

A Agro-Industrial Amália vinha contribuindo com Cr$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) mensais desde 1957, valor muito baixo quando comparado às somas envolvidas no balancete mensal da Associação. Mas a empresa também ajudava de outras formas. Por exemplo, saldava dívidas da Associação a título de reembolso posterior e pagava os funcionários do clube (secretário, faxineiro), através do Departamento de Serviço Social:

> Até hoje... a assistência social paga os empregados do clube. Só não paga o pessoal do bar, porque aí é uma fonte de renda, então não paga. Mas o zelador, o secretário... é tudo por conta da assistência social. O clube não gasta um tostão. (S.D.)

*

A participação da Associação Amália nos Jogos Esportivos Operários de 1º de Maio, organizados pelo Serviço Social da Indústria (SESI), reafirmava sua vinculação a uma empresa e seu caráter operário. Contudo, sua inclusão no Campeonato Amador do Interior e a outras competições oficiais controladas pela FPF acentuavam suas características de clube profissional.

Para a disputa do Campeonato do Interior, o estado de São Paulo era dividido em zonas e setores: a Associação Amália pertencia à Zona 26, Setor 40, com sede em Ribeirão Preto. A Liga Riberopretana de Futebol era a responsável pelo setor, que reunia seis equipes. Destas, a única vinculada a uma fábrica era a AADA, que disputava o campeonato com clubes independentes em condições de igualdade:

> [A Associação] (...) disputava campeonatos de região e de cidades. Então tinha Mococa, São José do Rio Pardo, Casa Branca, São Simão, Cravinhos... Por aí. Era campeonato amador. Depois já ia mais longe, ia pra Bauru, Pirassununga...
> (...)
> Nós jogávamos em todas essas cidades grandes por aí. Jogávamos com eles. Era de igual pra igual. (E.P.)

Todos os jogadores trabalhavam em Amália. Tinham um emprego estável. Além disso, cumpriam um programa de treinamentos e atuavam nos jogos. Ao final de cada partida, recebiam uma gratificação — o "bicho" —, que funcionava como complemento ao salário de operário. Ganhavam o salário em troca do trabalho na empresa e não pela atividade futebolística, como ocorria em outros lugares[36]. Não eram propriamente profissionais, apesar de registrados como tal na FPF. Eram operários-jogadores.

Mas a dedicação ao futebol abria-lhes um campo de profissionalização paralela, que acabava favorecendo sua situação no espaço de trabalho. Enquanto futebolistas, estes trabalhadores recebiam um tratamento diferenciado dos demais operários. Um ex-jogador mencionou alguns benefícios de que gozavam os operários-jogadores: o "bicho"; a liberação do trabalho um pouco

mais cedo nos dias de treinos; a folga no dia seguinte ao dos jogos — algo que era motivo de freqüentes atritos com a direção da empresa, que tentou coibir essa prática várias vezes:

> Eles [o clube] davam "bicho" quando ganhava o jogo. (...) O jogador aqui não era profissional, mas era quase. Era amador, mas um amador bem... bem empregado. (S.D.)
>
> Jogador daquele tempo, por exemplo, que a gente conheceu bem, tinha certas regalias... Regalias! Tinha um pouco mais de conforto, né. Saía mais cedo do serviço... Por exemplo, se chegasse um pouco tarde [voltando do jogo], no outro dia não ia trabalhar e ganhava o dia. E o "batente"... tinha que enfrentar o "batente", não tinha nada de moleza, não!
> (...)
> Naquele tempo, a gente corria o tempo inteiro e ficava por isso mesmo. Não cansava. (...) Nós tivemos um jogador aqui, ele trabalhava em sacaria, que fazia o transporte de sacos. Naquele tempo, aí na usina, era feito tudo na cabeça das pessoas. Carregava na cabeça. Ele jogava futebol aqui, às vezes trabalhava até meio-dia carregando saco e de tarde vinha jogar futebol aqui.
> (...)
> Quando nós disputamos a Segunda Divisão, também a firma ajudava sempre. Até saía mais cedo pra treinar. Dia de jogo compensava. Podia sair uma hora antes pra treinar. Às terças e quintas saía às 4 horas. O treino era às 5. (...) Quando faltava, por exemplo, quem chegava tarde, que não dava pra treinar em outro dia, também folgava, a firma reembolsava. Pagava o dia pra pessoa. (E.P.)

Um clube de fábrica como a AADA só poderia dispor de jogadores que tivessem vínculos empregatícios com a empresa. Contudo, recorria-se a uma série de expedientes para facilitar o acesso a bons jogadores, seja de outras unidades das Indústrias Matarazzo — que passavam a trabalhar em Amália —, como também de pessoas de fora. Neste caso, havia jogadores que eram emprestados de outros clubes apenas por algumas partidas:

---

[36] Os jogadores do Clube Atlético Votorantim, das Indústrias Votorantim, por exemplo, eram pagos apenas para jogar, embora fossem registrados como funcionários da empresa.

> Toda repartição da Matarazzo lá de São Paulo tinha time. Todos eles tinham time de futebol. Nós estávamos disputando a Segunda Divisão, que... era uma grande coisa pro Matarazzo disputar a Segunda Divisão. Então tinha um jogador bom lá, nós íamos falar com o Eduardo ou com o Ermelino: "Ah, então vamos trazer ele pra cá". Então trazia ele pra cá, ele trabalhava aqui e jogava aqui. (E.P.)
>
> O pessoal trabalhava aqui. Trabalhavam todos aqui. Porque... não admitia pegar jogador de fora. Somente quando tinha um jogo muito importante, como veio lá de Tambaú, vieram dois elementos, né. Tinha um jogo difícil aí, vieram emprestados. Mas jogador era tudo daqui. Tudo de Amália. De fora não vinha nenhum. (S.D.)

Mesmo no interior da Fazenda Amália, havia uma grande movimentação de jogadores recrutados junto aos times das seções e revelados durante as disputas do campeonato interno. É especialmente através dessa mobilidade interna que percebemos como o futebol poderia contribuir para a obtenção de melhores empregos, sobretudo para os trabalhadores agrícolas. Quando estes se destacavam no futebol e tinham oportunidade de jogar na equipe da AADA, mudavam-se para a seção Bela Vista. Passavam a trabalhar na usina como operários e recebiam alojamento e alimentação gratuitos. A Associação também podia interferir na mudança de emprego dentro de uma mesma seção, bem como na alteração do turno de trabalho:

> Tinha futebol nas seções também. Clube não tinha, mas tinha o seu time organizado. (...) Tinha diretoria, tudo. Tudo organizado. (S.D.)
>
> Inclusive, eles [os jogadores de outras seções] vinham aqui, um caminhão ia buscar e disputavam... Por exemplo, a gente tinha um tal de campeonato interno. As seções disputavam. (...) E quantos jogadores bons a gente trazia pra cá também. Jogava bem lá, trazia pra cá. Então a gente arrumava serviço pra eles numa oficina, pra eles já irem... aprenderem um ofício e tudo. Então tinha essa facilidade pra eles. Quer dizer que a própria firma, a organização ajudava a gente nesse ponto. Então citava: "Tem um jogador que é bom. Vamos trazer ele pra cá." (...) Arrumava um serviço melhor. Um serviço de pintor ou de pedreiro, de oficina mecânica... (E.P.)

> Porque, geralmente, na seção era só lavoura. É corte de cana e... plantação de cana. Então trazia pra cá e arrumava um serviço na indústria... ou na oficina ou na usina, carpintaria. Quer dizer que já melhorava um pouco pro jogador, né. Porque a seção é mais de lavoura. (S.D.)
>
> Às vezes ficava um pouco caro ter que ir buscar o jogador e levar, buscar e levar... Por exemplo, seria o preparo físico, o treino coletivo, às vezes tinha três, quatro vezes por semana, então ficava caro. Então já trazia ele pra cá, arrumava aqui onde eles dormiam, moravam, né. Tem uma residência que as pessoas chamam de vila dos solteiros. Então eles moravam lá, era tudo rapaziada. Comiam aí, o clube pagava a pensão e... com isso, o time da Amália foi sempre crescendo. (E.P.)

Havia também trabalhadores de fora que eram admitidos à usina, porque jogavam bem o futebol. Os antigos diretores entrevistados negam a existência dessa prática; no entanto, a documentação disponível permite sua comprovação. O empenho na conquista de bons jogadores para o quadro de futebol da Associação revela que, desde muito cedo, este esporte perdera a característica de atividade de lazer acessível a todos os associados e assumira a condição de atividade profissional por excelência, reservada a poucos.

Um comunicado aos sócios de 1937 deixa claro que, até essa época, a prática do futebol estava aberta a todos os sócios interessados:

> Ficam convidados os associados que queiram praticar o futebol, a comparecerem no campo social, hoje e amanhã, às 17h05, a fim de serem organizados os quadros e dar início aos treinos às 17h10 em ponto (antes do jantar), sob as ordens do Sr.Antonio Siviero.

A admissão de operários-jogadores parece ter começado logo depois da reestruturação da AADA. em janeiro de 1940, durante os preparativos para o Campeonato do Interior. Em ofício de

abril de 1941, a Associação pede ao Barretos F.C. que providencie a transferência do passe (registro) de um ex-jogador, na ocasião integrando a equipe de Amália:

> Estando o Sr. José Marcolino trabalhando nesta Fazenda e tendo ingressado em nosso quadro de futebol, vimos solicitar-lhe o especial obséquio de mandar nos remeter (...) o passe do referido jogador, cuja inscrição foi feita por intermédio desse prestigioso clube.
>
> Esclarecemos que fomos devidamente autorizados pelo Sr. José Marcolino a fazer-lhes esta solicitação.

Uma carta, de junho de 1942, é indicativa da existência de um mercado informal de jogadores. Em tom bastante áspero, o presidente da AADA dirige-se ao Sr. Paschoal Brassoloto, da cidade de Ribeirão Preto, acusando-o de induzir jogadores do quadro principal da Associação a se transferirem para clubes de outras localidades, por ocasião de suas visitas à Fazenda Amália. O episódio revela que a admissão de operários-jogadores era uma prática difusa, contando até mesmo com o tradicional "olheiro"[37] do futebol profissional.

Com o passar do tempo, a polaridade amador-profissional tendeu a uma explicitação maior em favor do caráter profissional da prática esportiva na Associação. Em 1957, a AADA venceu o Campeonato do Interior e garantiu uma vaga na disputa do Campeonato da Terceira Divisão de Profissionais da FPF. O sucesso de Amália atraiu jogadores de várias localidades, que se ofereciam para um teste na equipe de futebol e, em caso de aprovação, também esperavam ser admitidos pela empresa.

A diretoria da Associação preparava-se para o novo desafio e cuidou logo de contratar um técnico de futebol profissional, a fim de preparar convenientemente sua equipe. Esse técnico, ao contrário dos demais que passaram pela Associação, não pertencia ao quadro funcional de Amália. Ele era, exclusivamente, um profissional do esporte, e foi contratado com base na disposição da diretoria da AADA de formar uma equipe de qualidade, mesmo recorrendo a elementos estranhos à empresa.

Em resposta às exigências feitas pelo novo técnico, como, por exemplo, a necessidade *"de se conseguir 5 elementos de boa feitura técnica"*, o presidente da Associação pronunciara-se favoravelmente numa reunião da diretoria em 17 de março de 1958:

> (...) todos os diretores desta Associação compreenderão e são sensatos nas suas decisões, mas não medirão esforços para conseguir bons elementos para nosso plantel, e como para o sempre engrandecimento desta Associação.

Através de várias cartas enviadas à Associação, operários-jogadores apresentavam seu currículo como trabalhadores e como esportistas. Observando suas trajetórias individuais, vê-se que tentavam assegurar um emprego em função de sua habilidade com a bola. Não pleiteavam apenas uma posição no time, mas sabiam que, enquanto futebolistas, poderiam garantir uma atividade mais "leve" na usina de açúcar e uma jornada de trabalho mais curta.

---

[37] O "olheiro" é um profissional que assiste a jogos de várzea e outros, a fim de observar e levar jogadores de boas qualidades técnicas para determinados clubes.

Entre os pedidos de emprego na Fazenda Amália por intermédio do futebol, destaca-se um em que o interessado tinha longa experiência como futebolista, tendo jogado até mesmo em clubes da Segunda Divisão de Profissionais. Ele era, na verdade, um operário-jogador. Nas empresas onde trabalhara, sempre desenvolvera atividades ligadas ao futebol e foi principalmente como jogador que se dirigiu à diretoria da Associação em três oportunidades. Ele não desistia de obter um emprego na Fazenda Amália, apesar do silêncio da diretoria da AADA:

> Escrevo-lhe esta afim [sic] de solicitar um favor, é que sou meio oficial eletricista estalador e já trabalhei em usina, e sou jogador de futebol que militei na segunda de profissionais defendendo o C.A.O. [Clube Atlético Ourinhos] da cidade de Ourinhos, e depois fui para Esportiva de Jacarezinho, foi nessa ocasião que trabalhei na usina, porque o nosso presidente era o gerente da usina (Usina Jacarezinho) e disse que aquele jogador que queria trabalhar na usina ele melhorava a situação no plantel (...) (Segunda carta: 14 de novembro de 1958).
>
> (...) na usina eu trabalhava de analista no laboratório onde tenho prática (durante o período da safra) e na parada eu trabalhava na sessão elétrica de auxiliar de eletricista onde adquiri muita prática, eu aqui em São Paulo estou treinando e jogando um [sic] clube para disputar a "LECI" mais [sic] não estou satisfeito porque deram uma vaga de guarda e eu não estou adaptando ... (...) eu aqui estive conversando com um senhor que me fez referencias essa usina disse-me maravilhas da Usina Amália e pediu que eu escreves-te uma carta para o senhor que eu seria bem atendido. (Primeira carta: 16 de março de 1958).
>
> Eu tive como professores os seguintes técnicos no CAO foram os seguintes: Dr. Luiz Mesquita o popular Luizinho do São Paulo F.C. Telesca que foi zagueiro do Santos F.C. (Gama Michael) que foi técnico do Torino da Itália. E na Esportiva de Jacarezinho tive João Lima que está atualmente no Guarani de Ponta Grossa e o Begliomini que foi zagueiro do Corinthians Paulista. Com esses homens eu aprendi tática, malícia, técnica, mais não tentei o profissionalismo aqui em São Paulo por causa de minha idade, porque estou com 30 anos mais estou correndo muito bem aqui no amador da Capital cheguei ser convocado para a seleção amadora quanto minha posição, sou meia-esquerda construtor, e sou alfo volante e ponta direita. (Segunda carta: 14 de novembro de 1958).

> (...) se não tiver vaga pode arrumar na mecânica que eu tenho conhecimento, ou no almoxarifado porque eu escrevo um pouco a maquina e tudo vai dar bem faça uma força por mim que não vai arrepender. Porque quanto ao futebol da usina eu vou ser um elemento útil, porque tenho tarimba e no serviço também porque estou acostumado ao trabalho (...) (Terceira carta: 27 de fevereiro de 1959).
>
> (...) espero uma resposta urgente, faça-me o favor, e dizendo na carta as vantagens dessa digna usina desde casa, luz, água, etc.
>
> Sem mais queira aceitar meus protestos de alta consideração e estima deste seu futuro companheiro para o bem do esporte da Amália.
>
> Fortunato Barbosa de Almeida (Primeira carta: 16 de março de 1958).

Em fevereiro de 1959, o vice-prefeito de São Simão pediu ao presidente da Associação Amália e também chefe do Departamento Pessoal um emprego nos escritórios da empresa para um jovem futebolista. Dizia:

> Amigo Avelino, favor interferir no caso do Zé Mantenga. Ele é contador diplomado e bom jogador de futebol. Ele está disposto a trabalhar no escritório sob a sua competente chefia.
>
> Grato ficarei por tudo.

Outra indicação à Associação referia-se a um jovem de futuro promissor no futebol, que havia defendido diversas equipes amadoras de renome. Mas, segundo seu intercessor, o emprego em cidades pequenas era difícil e *"(...) sabendo que em Amália isto se pode conseguir"* — dizia — *"é que firmei o propósito de auxiliá-lo"*. O jogador em questão foi avaliado durante um treino e, não tendo agradado a diretoria esportiva, foi dispensado.

Em resposta a um pedido de informações feito por um operário-jogador de uma usina de açúcar, a diretoria da Associação expunha as condições de trabalho na fazenda:

> Podemos (...) informar-lhe que o salário mínimo aqui, para operário ou empregado, é de Cr$ 5.100,00 mensais.
> Para aquele que joga futebol, sendo solteiro, esta Associação paga a moradia e pensão.
> (...) vimos solicitar que nos informe sobre o seu estado civil, idade, empregos anteriormente ocupados e suas aptidões de trabalho... (Carta de 12 de fevereiro de 1959).[38]

Com o surgimento dos primeiros clubes ligados a fábricas, o critério para a admissão de empregados sofreu alterações. Passou-se a preferir não apenas o bom profissional, mas aquele que também jogasse bem o futebol. Nessa linha de raciocínio, a "democratização" do futebol possibilitou que operários conseguissem melhores empregos, ou, então, complementassem seu salário através do "bicho". Houve, inclusive, quem se destacasse para o futebol profissional, fazendo carreira apenas como futebolista.

Vários jogadores de Amália recebiam convites de clubes profissionais. O bom desempenho da Associação nos campeonatos de que participava tornou-a conhecida e respeitada. Por ocasião do amistoso entre a AADA e o Botafogo do Rio, em 1948, dirigentes do clube carioca quiseram contratar um jogador de Amália que se encontrava em boa fase. Ermelino interveio no caso,

---

[38] LOPES (1978:180) descreve como os jogadores não originários da usina, recrutados para melhorar o desempenho da equipe local, se integram à vida do lugar:

> Ao lado desses semiprofissionais do esporte (...), as usinas mantêm, através de seus clubes, jogadores profissionais para comporem suas equipes de futebol. Esses **jogadores**, categoria local de uso corrente para designar um pequeno grupo vivendo na vila da usina, muitas vezes habitam certos alojamentos dados pela usina, além de receberem um salário semanal superior à média dos salários operários, pago pela contribuição destes ao clube. Alguns desses **jogadores**, esses rapazes forasteiros recrutados fora das famílias trabalhadoras da área, eventualmente podem tornar-se operários fixos, atuando paralelamente enquanto operários, quando casam com alguma moça de família operária ou de família de "classe média" das pequenas cidades vizinhas à usina e dominadas por ela.

dissuadindo o jogador, pois acreditava ser um risco profissional muito grande dedicar-se apenas ao futebol. De fato, o reconhecimento da profissão, em 1933, melhorara a situação financeira dos jogadores profissionais, mas, ainda assim, muitos se viam obrigados a desenvolver uma atividade paralela.

Nesse sentido, o clube de fábrica desempenhava um duplo papel: por um lado, revelava jogadores para o futebol profissional; por outro, recrutava ex-profissionais. Quando os jogadores avançavam em idade e abandonavam o profissionalismo, a carreira como futebolista ajudava-os na obtenção de um emprego na fábrica. Para o clube, contar com um ex-profissional em sua equipe poderia significar aumento de seu prestígio e a garantia de vitórias.

Capítulo V

"SAVÓIA TEAM" E CLUBE ATLÉTICO VOTORANTIM

V. 1 Votorantim: a fábrica e o clube

Por volta de 1902, diretores do Banco União, fundado por Lacerda Franco em 1890, decidiram instalar uma fábrica de tecidos em Votorantim, então distrito de Sorocaba. Para tanto, contrataram engenheiros e técnicos ingleses que, nas horas de folga, começaram a praticar o futebol, dando origem, assim, ao Votorantim Athletic Club[39].

A princípio, os moradores do distante bairro de Sorocaba acompanharam atentamente a movimentação em torno do desconhecido jogo, desde a demarcação do campo e do plantio da grama até as primeiras partidas. Logo os votorantinenses e os empregados da fábrica deixaram de ficar atrás dos "gols" apanhando as bolas que saíam do campo e, arriscando os primeiros chutes com os próprios ingleses, foram se integrando ao time.

[39] Homero Querido. Votorantim resgata história de seu futebol, um dos mais antigos do Brasil. *Mais Cruzeiro*. Votorantim. Ano II, nº 119, 23/3/1986, pág. 1.

Em 1903, sócios italianos do Votorantim Athletic Club formaram um segundo quadro de futebol, o "Savóia Team", uma homenagem à terra natal. Com o tempo, o Savóia substituiu o Votorantim e passou a designar o clube dos empregados da Fábrica de Tecidos Votorantim.

Em 1917**,** o Banco União, do qual a fábrica de tecidos era o empreendimento mais importante, estava prestes a falir. Criado como banco emissor — prerrogativa da reforma financeira de 1890, cujo "krach" (palavra alemã que significa quebra financeira) ficou conhecido como "encilhamento"[40] — o Banco União jamais recuperou o equilíbrio financeiro desde que o governo reservara a si o direito de emitir a moeda nacional. Foi nesse contexto que Antonio Pereira Ignácio, um próspero imigrante português dedicado ao comércio de algodão, arrendou a Fábrica Votorantim juntamente com o sócio Nicolau Scarpa. A soma envolvida na transação, contudo, não foi suficiente para melhorar a situação do Banco e, em 1918, decretou-se sua falência. Pereira Ignácio e seu sócio compraram a fábrica num leilão público. Pouco tempo depois, Pereira Ignácio adquiriu a parte de

---

[40] Em 1888, o ministro João Alfredo estabeleceu o sistema de emissões bancárias baseado no clássico lastro em ouro. Para isso, contratou os serviços do Banco Nacional do Brasil, a fim de substituir gradativamente as cédulas do Tesouro Nacional por bilhetes conversíveis em ouro.

Ao assumir o cargo de ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa estendeu a faculdade emissora a outros bancos do Rio de Janeiro e demais Estados. Segundo o novo ministro, a expansão da economia exigia o aumento do meio circulante. Mas problemas de toda ordem obrigaram-no a efetuar uma reforma bancária:

> As desconfianças, principalmente nos meios europeus simpáticos à Monarquia, provocadas pelo levante republicano, o excesso de importações, o surgimento de empresas de toda espécie e outras circunstâncias ocasionais precipitaram a evasão do ouro, tornando impossível o regime pluriemissionista sobre sua base. (BELLO, 1983:63).

Assim, pelo decreto de 17 de janeiro de 1890, o lastro em ouro das emissões bancárias foi substituído pelos títulos da dívida federal. A reforma financeira, contudo, agravou a inflação. Uma onda de especulações invadiu a Bolsa de Valores, que incorporava títulos de "empresas-fantasma", com juros assegurados pela União. Como era previsível, seguiram-se falências, quebras e fechamento de empresas. Muitos perderam todas as economias, aplicadas em pura especulação.

Anos mais tarde, Rui Barbosa reimplantou a emissão sem lastro, efetuada unicamente pelo "Banco da República do Brasil", fundado por ele próprio. Cf. Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão. Deodoro: governos provisórios e constitucional. In Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão (orgs.). *Brasil História*. São Paulo: Hucitec, 1989, pág. 152 e José Maria Bello. *História da República*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1983, págs. 62-63.

Scarpa e se transformou no único proprietário da segunda maior fábrica de tecidos do estado de São Paulo, suplantada apenas pelo Cotonifício Crespi. Esta tecelagem, que chegou a ter cerca de seis mil operários, foi a primeira fábrica do grupo Indústrias Votorantim S.A.

DEAN (1971:166) relata a existência de alguns benefícios aos empregados da fábrica, como creche, escola, assistência médica, igreja, habitação, água, luz e esgotos, restaurantes, cinema, piscina, quadras de tênis, campo de futebol. Segundo ele, muitos empresários paulistas se valiam desses benefícios como forma de suprir os baixos salários dos trabalhadores. Votorantim, porém, constituía um caso à parte: era uma fábrica muito grande e estava distante da cidade mais próxima — Sorocaba. Em função disso, um elevado número de trabalhadores ficaria desprovido dos serviços urbanos — atenção à saúde, distribuição de alimentos, lazer, etc. — caso a empresa não os subsidiasse. Daí o epíteto *"pai dos pobres"* que DEAN afirma ter saído *"espontaneamente dos lábios sinceros dos operários"*.

Entre esses serviços, no entanto, poucos eram fornecidos gratuitamente. Creche, habitação, eletricidade e serviços médicos eram deduzidos mensalmente do salário dos trabalhadores. Esses serviços não eram fonte de prejuízos à Fábrica Votorantim; ao contrário, eles permitiam manter sua folha de pagamentos abaixo da média da indústria de tecidos paulista:

> A habitação custava de nove a doze mil-réis, descontados de um salário médio de oitenta e oito mil-réis mensais, a eletricidade mais dois mil-réis por lâmpada, e os serviços médicos se deduziam à razão de 2% do salário mensal. Os professores da escola eram pagos pelo Estado — a fábrica só fornecia o prédio — e o armazém da companhia era arrendado. Presume-se que o arrendatário não dirigisse o seu negócio com prejuízo, visto que a administração, de quando em quando, lhe inspecionava os preços apenas para certificar-se de que estes não excediam os da cidade.

Não obstante, Pereira Ignácio conseguiu firmar uma sólida imagem de "pai", responsável pelo bem estar dos seus dependentes. Um ex-trabalhador e sócio do clube — confirmando essa constatação —, enfatiza a preocupação daquele empresário em fornecer alimentos a preços baixos aos empregados:

> Comecei a trabalhar no balcão. Era armazém. A Votorantim tinha um complexo enorme. (...) A Votorantim tinha armazém, fornecia para os operários. Você não faz idéia. Comprava mais que o Carrefour... pra armazenar e pra vender para os operários. Só que o atendimento do público era diferente de hoje. Naquele tempo era tudo no balcão. Era atendido individualmente no balcão (...) Nós éramos 26 balconistas. Éramos crianças. Eu era criança. Eram 26 balconistas pra atender... E...os patrões, eles faziam questão absoluta de atender bem o operário (...) Vendia mais barato! A preço de custo. Fazia questão absoluta! Isso o Pereira Ignácio, que foi o criador de tudo isto. Ele fazia questão absoluta que servissem bem o trabalhador, em todos os sentidos. (B.F., ex-encarregado do cinema do Clube Atlético Votorantim).

Quanto ao clube, todo o seu patrimônio pertencia à Votorantim. O cinema e a sede social eram contíguos à fábrica. O primeiro, dispondo de uma ampla sala de exibições, sempre recebeu grande número de espectadores. No salão de festas eram organizados bailes de carnaval, festas juninas, espetáculos teatrais e até mesmo shows com artistas do rádio para os sócios e seus familiares, sempre muito concorridos.

O estádio e a praça de esportes situavam-se na principal via de acesso ao bairro. Ao contrário do cinema e dos bailes, é provável que a piscina e as quadras de tênis não estivessem ao alcance de todos os associados. Como bem lembra DEAN (1971:167):

> Dificilmente se imaginarão os emaciados habitantes dos barracões de tecelagem freqüentando as quadras de tênis ou o trampolim da piscina depois de um turno de dez horas diante das máquinas implacáveis; tanto as primeiras quanto a segunda eram, evidentemente, prerrogativas dos funcionários mais graduados.

No campo desportivo, a única atividade realmente popular, que mobilizava centenas e mesmo milhares de pessoas, era o futebol. Porém, para a maioria delas, sua participação se resumia à condição de torcedores, exceto nas ocasiões em que se organizava o campeonato interno entre as seções da fábrica.

Estes campeonatos ocorriam com certa freqüência. Eram organizados pela empresa, que também fornecia todo o material necessário à prática esportiva: uniformes, bola etc. A participação estava aberta aos trabalhadores que desejassem integrar as equipes de suas respectivas seções. Além de divertimento, os torneios internos também serviam como testes para a admissão de novos jogadores ao quadro do Savóia/Clube Atlético Votorantim. Mas, acima de tudo, eles representavam uma das poucas oportunidades de lazer para muitos trabalhadores, uma vez que, com o advento do profissionalismo, o futebol enquanto atividade física se tornou altamente seletivo e a grande massa dos trabalhadores foi excluída de sua prática:

> Sempre houve times internos. A estamparia tem time, a elétrica, a mecânica, fiação, tecelagem... Sempre houve times. Chamava-se campeonato interno da fábrica. (...) A Votorantim sempre fez campeonatos. Agora parou há uns anos atrás. Mas sempre fez. Só para o pessoal que trabalha. Eu jogava no time do escritório. Era sempre o último! Entrava pra brincar, pra disputar (...) A Votorantim comunicava o campeonato. As seções interessadas formavam seus times. Inclusive, a Votorantim sempre deu uniforme. Ela cedia tudo, uniforme, calções... Isso faz parte da própria fábrica. Porque... acho que o funcionário tem que jogar um pouco de bola... pra... não ficar só enterrado nas cardas aí... que... é uma coisa triste. O

> calor aí deve dar uns 40 graus. Então o cara tem que jogar bola pra brincar um pouco, né.
> (...)
> Aí tinha oito ou dez times: transportes, elétrica, mecânica, estamparia, tecelagem, fiação, expedição, tudo, tudo. Aí a fábrica fazia a relação, tudo certinho, e fazia o campeonato... dentro do Atlético Votorantim, que o campo pertencia à fábrica. Chamava-se Campeonato Interno da Fábrica de Tecidos Votorantim. Era gostoso, brincavam... Acho que todos os operários da fábrica têm o direito de ter um... um lazer. No caso, era um lazer. Brincavam. O futebol sempre foi a vida de Votorantim. (S.B.)

Desde seus primeiros anos, o Savóia Team esteve aberto somente àqueles jogadores que demonstrassem boas qualidades táticas e técnicas. Era uma atividade séria, que incluía treinamentos específicos sob a orientação de um especialista. Seus integrantes eram escolhidos entre os trabalhadores da fábrica de tecidos, aqueles considerados os melhores futebolistas.

Até a década de 1930, praticamente não havia campeonatos oficiais no interior do estado de São Paulo e, na falta destes, o Savóia disputava partidas amistosas[41] contra equipes de Sorocaba, como o Sorocabano, o São Bento e o Estrada de Ferro Sorocabana, clube dos ferroviários. Quando ficou mais conhecido, começou a jogar com outros clubes da região e até da Capital.

Em 1924, por ocasião da inauguração do seu estádio, o Savóia recebeu o Clube Atlético Paulistano, uma das agremiações de futebol mais prestigiosas na época. O Paulistano se preparava para uma excursão na Europa e trazia entre seus jogadores o imbatível Arthur Friedenreich, um mulato alto e de olhos verdes. Conta-se que o grande "Fried" teve um excelente desempenho, mas não o bastante para evitar o empate por 4 a 4:

---

[41] Jogo amistoso: *"Partida entre duas equipes sem conotação de jogo oficial, mas regida por regras universalmente adotadas."* Cf. José M. Capinussú. *A linguagem popular do futebol*. São Paulo: IBRASA, 1988, pág. 90.

> O Arthur Friedenreich jogou aqui em 24. Ele se apresentou aqui quando o Paulistano... estava se submetendo a jogos-treinos para ir pra Europa. Ia fazer uma excursão. (...). Mas nós tínhamos um jogador tão bom como ele, só que era um operário, o Tilim. (...) E... veio se exibir aqui contra o Savóia. Parece que o score foi 4 a 4. (...) O Paulistano veio com todo seu potencial. E acabou empatando. O Paulo Pereira Ignácio jogou nessa época. Era um dos patrões. (B.F.)

O sucesso inicial do Savóia encorajou a manutenção de uma equipe mais competitiva. Suas vitórias empolgaram tanto os empregados da fábrica como os moradores do bairro de Votorantim e até mesmo gente de Sorocaba. Fotografias da década de 1920 registram grande afluência de público aos jogos no então recém-inaugurado estádio do Savóia. Observam-se as arquibancadas e as áreas posteriores aos gols repletas de homens trajando terno, gravata e chapéu. Como lembra um ex-diretor do clube, havia muitas pessoas que não trabalhavam na fábrica, mas torciam pelo Savóia:

> No tempo do Savóia, o estádio lotava. Não tinha onde pôr gente. Ficava gente até atrás do gol, porque não tinha lugar na arquibancada. E o estádio é grande! (...) O pessoal lotava o campo. Mas tinha muita gente que torcia e que não trabalhava na fábrica. Mesmo os sorocabanos... torciam pro Savóia. Vinham de Sorocaba. (S.B.)

Em virtude de sua boa reputação, além do pessoal da indústria o Savóia também admitia sócios externos, ou seja, pessoas que não mantinham vínculos empregatícios com a Votorantim, mas que queriam freqüentar o clube. Assim, os sócios externos podiam participar das atividades sociais, como os bailes e o cinema, ir à piscina, assistir aos jogos do Savóia, etc. Eles representavam cerca de 20% do quadro de associados daquela agremiação.

V. 2 Do amadorismo ao profissionalismo

No início dos anos 1940, o Savóia conseguiu registrar-se na Federação Paulista de Fubebol (FPF) devido ao empenho de José Ermírio de Moraes, genro de Pereira Ignácio e, à época, diretor das Indústrias Votorantim. Esse registro lhe assegurava a participação no Campeonato Amador do Interior, recém-organizado, e que, como vimos, de amador preservava apenas o nome, pois congregava equipes profissionais e semi-profissionais. Não sabemos quais interesses teriam movido o empresário, mas não se pode esquecer que a manutenção de um time de futebol representava um excelente veículo de promoção da indústria. A Companhia Progresso Industrial — Fábrica de Tecidos Bangu do Rio de Janeiro, por exemplo, chegou a levar o Bangu Atlético Clube, formado por seus operários, para excursionar pela Europa, como forma de divulgar a produção nacional de tecidos[42].

Também é possível que os dirigentes da Fábrica Votorantim considerassem a possibilidade de uma equipe profissional tornar-se auto-suficiente com a renda dos jogos, liberando, assim, a empresa de muitas obrigações para com o clube. E o Savóia, como vimos, tinha um público fiel.

Pouco depois de obtida a inscrição na FPF, o Savóia passou a se chamar Clube Atlético Votorantim (CAV). Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, entidades formadas por italianos e alemães foram obrigadas a alterar seus nomes, que, em geral, lembravam

[42] Cf. Afonso Lau. Fábrica Bangu renasce aos cem anos. *O Estado de S.Paulo*, 21/1/1990, pág. 11 e Simoni Guedes. *O Futebol Brasileiro: instituição zero.* Rio de Janeiro: dissertação de mestrado — PPGAS, Museu Nacional, 1977, pág. 125.

os países de origem, a exemplo do que ocorreu com o Palestra Itália, hoje Sociedade Esportiva Palmeiras. e com o Sport Clube Germânia, hoje Esporte Clube Pinheiros.

A trajetória do CAV, contudo, não seria tão gloriosa quanto a do Savóia. A mudança de nome coincidiu com uma fase de transformações em que houve um incremento do profissionalismo, perdendo o clube as principais características do futebol amador.

Daí o saudosismo dos antigos sócios e a insistência em atribuir ao Savóia a responsabilidade pelos "tempos áureos" do futebol de Votorantim, época em que se jogava por "amor à camisa"[43], e ao CAV o período da decadência desse esporte, sustentado por aquilo que eles chamam de "amadorismo marrom":

> O pessoal gostava mais do Savóia do que do CAV, porque o Savóia era uma coisa bárbara, uma loucura. (...) Os times de São Paulo chegavam aqui e apanhavam mesmo. Não tinham dó. Palestra... O Paulistano veio aqui e empatou por 4 a 4 com o Friedenreich e tudo.
>
> (...)
>
> O Savóia foi uma lenda até 44, 45, quando mudou o nome. O Atlético não foi a mesma coisa. Foi mais ou menos bem até meados da década de 60. Depois começou a cair, o São Bento começou a crescer em Sorocaba, né... foi amainando. (S.B.)

[43] Para CALDAS (1990:228), *"(...) o 'amor à camisa' é um mito"*. Trata-se de uma visão romântica e saudosista do futebol do passado, que valoriza aspectos positivos como vontade de vencer, espírito de luta e de solidariedade e forte identificação com o clube, em detrimento de outros, como pagar e receber para jogar. No entanto, desde o início dos anos 1920, muitos atletas já eram remunerados e reivindicavam esse direito, o que culminou no movimento em favor da profissionalização.

Ainda hoje, concepções difundidas pelos defensores do amadorismo continuam interferindo na imagem do jogador de futebol. É comum cobrar-se dos atletas profissionais o "amor à camisa", bem como acusá-los de "mercenários" quando se mostram preocupados com o valor das gratificações e dos contratos com os clubes, ou quando tentam se poupar durante as partidas. Esquece-se que o futebol é seu trabalho.

Na lembrança dos antigos sócios, as trajetórias do Savóia e do CAV são postas em oposição, caracterizando, respectivamente, amadorismo e profissionalismo. Dessa forma, o Savóia é tido como o lugar onde se jogava "suando a camisa", por espírito de identidade e de solidariedade. Já o CAV ficou com a imagem de uma agremiação onde imperavam relações mercantis: a empresa pagava e os jogadores recebiam para jogar. Amor, diversão e lazer desinteressado se contrapondo a dinheiro, interesse financeiro, profissão.

Conta-se que no período do mais puro amadorismo, os jogadores do Savóia praticamente *"pagavam para jogar"*[44], pois tinham que mandar fazer o próprio uniforme. Como não ganhavam nada e não dependiam do futebol para manter o emprego na fábrica, paravam de jogar quando julgassem conveniente. Em cada partida disputada, "davam o sangue" para defender e garantir a vitória do clube do coração. Assim, o Savóia foi criando fama e revelando jogadores para o futebol profissional:

> O futebol de Votorantim foi celeiro[45]. Forneceu os craques para os times, para os grandes clubes de São Paulo. (B.F.)
>
> A maioria começava a jogar aqui e depois ia jogar fora. Muitos jogadores daqui foram pra São Paulo. Muitos (...) Desse time do Savóia, muitos jogadores foram pro Palestra Itália, pro São Paulo... (S.B.)

Aos poucos, o amadorismo foi ficando para trás. Já na década de 1930, a maioria dos jogadores do Savóia eram trabalhadores da Fábrica Votorantim, mas também havia elementos externos, contratados pela empresa exclusivamente para reforçar o time. Estes operários-jogadores

[44] Cf. Homero Querido. Op.cit., pág. 1.

gozavam de horários de trabalho mais flexíveis, a fim de que pudessem se dedicar aos treinamentos e jogos:

> Dos que jogavam, a maioria trabalhava na fábrica. A maioria, né. Eles trabalhavam mesmo. Eram contramestres, eram tecelões... (...) Trabalhavam na fábrica. Não tinha amadorismo marrom na época. Trabalhavam. Um era contra-mestre, o outro era ajudante, tecelão, fiandeiro... Em termos, né. Trabalhavam... meio tranqüilos. Eram profissionais, mas tinham liberdade para fazer os treinos noturnos. Podia sair da fábrica, sim. Tinha ordem, né, porque jogavam pelo time. O Savóia, na época, e, depois da Guerra, o Clube Atlético Votorantim. (S.B.)
>
> Trabalhavam mesmo. Quando se apresentou grande futebol, trabalhavam mesmo! Depois, quando passou a ser "marrom", que começou... a situação ficou "preta" (risos). (...) Quando começou o profissionalismo em São Paulo, aí atingiu o interior. Aqui foi um pouco depois, década de 40, mas atingiu. Começou nas grandes capitais, depois passou pro interior. (B.F.)

Embora a passagem do amadorismo ao profissionalismo tenha sido progressiva, o Savóia ficou caracterizado como equipe amadora e o CAV como grêmio totalmente profissional.

Por se tratar de um clube de fábrica, os jogadores do CAV tinham de ser empregados, devidamente registrados, da Fábrica Votorantim. A empresa, contudo, pagava salários aos jogadores para atuarem apenas como futebolistas:

> A Votorantim ajudava o Atlético. Qualquer déficit, ela cobria. Agora, a Votorantim também pagava o jogador, porque era profissional, foi profissional. Agora não me lembro bem a década. Até sessenta e pouco, mais ou menos. Porque tinha um bom time, mas não era nem sombra do Savóia de antes. Não chegava nem na unha do Savóia.
> (...)

---

[45] Celeiro: *"clube que revela muitos jogadores de categoria."* Cf. José M.Capinussú. Op. cit., pág. 54.

> Alguns não, mas a maioria dos jogadores eram funcionários. Eles podiam sair à vontade... Eles tinham um servicinho bem leve aí dentro, sabe? Era um semi-profissionalismo, mas em termos. Não "marrom". Um pouco mais, porque tinham salário e tudo. O "marronzinho" existe em todo lugar. Eu sei que eles trabalhavam... Depois a Votorantim parou, a direção não quis mais. A Votorantim manda em tudo. (...) Tudo que a gente precisava fazer, falava lá. Se dava déficit, a Votorantim sempre cobria. O futebol não tem superávit. Em termos, não, porque tem renda... Já a parte social vive por si. Mas se tem alguma quebrinha, ela cobre e depois a gente paga. (S.B.)

Essas novas relações entre clube e fábrica se refletiam no campo de jogo. O jogador profissional, ainda que gostando do clube, procura não se expor muito nas jogadas. Uma contusão pode significar a perda do lugar no time e, em casos extremos, a perda do emprego e o encerramento da carreira. Na prática, jogar pelo CAV deixou de ser diversão e passou a ser trabalho. Para os antigos sócios, a partir desse momento, as partidas perderam em arrojo e garra. Um deles chegou inclusive a afirmar que, quando se passou a jogar por dinheiro, o futebol acabou. Ou seja, o profissionalismo teria matado o futebol competitivo, jogado por "amor ao clube". Ainda segundo ele, o principal motivo para o fechamento da equipe de futebol no início dos anos 1960 foram as constantes reclamações dos trabalhadores com relação aos empregos fictícios dos jogadores. Estes não trabalhavam de fato: eram pagos apenas como futebolistas. As reclamações incomodavam a direção da empresa, levando-a a decidir pela dissolução da equipe de futebol.

Outro ex-diretor do Clube Atlético Votorantim apontou o crescimento da popularidade do São Bento de Sorocaba como o principal responsável pelo declínio do clube e pelo desinteresse de sua torcida:

> A direção da Votorantim não quer futebol. (...) O próprio gerente acha que não adianta. Ele diz que nunca mais quer saber de profissional. E... existe problema, sabe? E pararam. Mas se a Votorantim fosse firme, estaria hoje até na Primeira Divisão, tipo São José e Bragantino. Mas parou.
> (...)
> Também o povo deixou de se interessar, sabe? E depois, tinha o São Bento de Sorocaba, que ainda hoje é profissional. (...) Então não houve aqui aquele interesse assim... Bom, aqui é perto de Sorocaba. De Votorantim a Sorocaba, você vai em 10 minutos. Então tinha muita proximidade de Sorocaba e o São Bento começou a crescer. Então o Atlético foi desgastando, foi desgastando e parou de uma vez. (...) Time perto não dá certo. (S.B.)

Em que pese a concorrência com um clube profissional vizinho, no caso, o Esporte Clube São Bento, de Sorocaba, os insistentes protestos dos trabalhadores da fábrica parecem ter sido determinantes na decisão pelo encerramento do quadro de futebol do CAV. O desestímulo da empresa pelo futebol acabou atingindo também as demais atividades do clube, que permaneceram paralisadas por mais de dez anos. Somente em 1972, um grupo de sócios empreendeu a reestruturação do clube, que, hoje, promove apenas bailes e shows.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se democratizar, o futebol ganhou novos significados simbólicos, sócio-econômicos, ideológicos. Os pré-requisitos para a prática desportiva reduziram-se a uma bola e à disposição de um grupo de jogadores. O esporte, que fora originalmente cultivado pelas elites, cativou as massas e atingiu o *status* de fenômeno social de grande importância, envolvendo uma complexa rede de relações sociais e de interesses às vezes mais, às vezes menos divergentes.

Com a difusão do futebol em meio operário, os empresários incentivaram a organização dos clubes de trabalhadores, não apenas como forma de proporcionar diversão e lazer para seus empregados. Nos clubes estudados, verificamos que, ao participarem de campeonatos oficiais, essas agremiações divulgavam o nome da empresa e de seus produtos – uma preocupação sempre presente.

Nas fábricas, passou-se a valorizar o "capital esportivo" dos trabalhadores, o que deu origem a um processo de mobilidade social no próprio local de trabalho. A especialização na atividade esportiva podia gerar promoções e benefícios, podia favorecer a admissão às empresas que mantinham clubes de futebol. Além das disputas inerentes a um esporte competitivo, o futebol também alimentou os conflitos entre diferentes categorias profissionais; por exemplo, entre operários e funcionários de escritórios, que davam atenção desigual às vantagens sociais que poderiam obter do esporte.

Alguns operários-jogadores progrediram tanto na prática esportiva que vieram a se notabilizar no futebol profissional, quando contratados pelos grandes clubes da Capital e do interior. O mesmo se passava no Rio de Janeiro, onde Garrincha, um ex-operário, encantava as multidões que assistiam aos jogos do Botafogo. Por outro lado, quando já não tinham mais idade para o futebol profissional, antigos jogadores conseguiam emprego nas fábricas que mantinham clubes, em virtude de seu "capital esportivo". Apesar de todas as vantagens que a dedicação ao futebol podia proporcionar, apenas uma parcela muito pequena de trabalhadores foi, de fato, beneficiada.

Para a grande maioria, no entanto, o futebol estava muito longe de permitir a ascensão social. Ele era, antes de tudo, uma atividade de lazer centrada na prática esportiva e na torcida pelas equipes em disputa. Mais do que isso, o futebol de fábrica representou um espaço de mobilização e de organização dos trabalhadores em torno do esporte. Nesse sentido, os clubes de fábrica nos dão conta de um momento específico da experiência operária.

Acreditamos que as agremiações estudadas neste trabalho, com suas singularidades, variações e pontos comuns, contemplam, de modo geral, a problemática dessa dimensão da vida operária em São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Artigos

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Os Gênios da Pelota. Um estudo do futebol como profissão*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ - Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1980.

AZEVEDO, Fernando de. A evolução do esporte no Brasil (1822-1922). (1ª ed.: São Paulo - Cayeiras – Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo - Weiszflog Irmãos Incorporada, 1930). In *Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. São Paulo: Melhoramentos. 1953.

BELLO, José Maria. *História da República. 1889-1954. Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1983. 8ª ed.

BORSARI, José Roberto. *Futebol de Campo*. São Paulo: EPU, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo?. In *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CALDAS, Waldenyr. *O Pontapé Inicial. Memória do futebol brasileiro (1894-1933).* São Paulo: IBRASA, 1990.

CAPINUSSÚ, José Maurício. *A Linguagem Popular do Futebol*. São Paulo: IBRASA, 1988.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1971.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida fora das Fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Eduardo. *Um Imigrante e a Revolução. Memórias de um militante operário - 1934-1951.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRIDENSON, Patrick. Les ouvriers de l'automobile et le sport. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* N° 79, septembre 1989, pp.50-62.

GUEDES, Simoni Lahud. *Futebol Brasileiro: instituição zero*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ - Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1977.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HELAL, Ronaldo George. *O que é sociologia do esporte*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre a história operária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

La disparition de la joie du peuple. Notes sur la mort d'un joueur de football. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N° 79, Septembre 1989, pp. 21-36.

MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo. O empresário e a empresa.* São Paulo: Hucitec, 1973.

MARTINS NETTO, Cláudio Alberto. Futebol: um tema para a reflexão sociológica. *Cadernos CERU*, N° 9 - 1ª série, outubro 1976, pp.137-144.

MAZZONI, Tomaz. Alguns pontos básicos da evolução do "association" de São Paulo. In VÁRIOS AUTORES. *60 anos de Futebol no Brasil*. São Paulo: Federação Paulista de Futebol, 1955.

MENDES JR., Antonio e MARANHÃO, Ricardo. Deodoro: governos provisório e constitucional. In MENDES JR, A. e MARANHÃO, R. (orgs.) *Brasil História. Texto e Consulta*. Vol.3: República Velha. São Paulo: Hucitec, 1989.

MÉRCIO, Roberto. *A História dos Campeonatos Cariocas de Futebol.* Rio de Janeiro: Studio Alfa, 1985.

MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.

NEIVA, Adriano. Escrevendo uma história. In VÁRIOS AUTORES. *60 anos de futebol no Brasil*. São Paulo: Federação Paulista de Futebol, 1955.

PERDIGÃO, Paulo. *Anatomia de uma Derrota*. Porto Alegre/São Paulo: L&PM Ed., 1986.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Escolas de samba do Rio de Janeiro ou a domesticação da massa urbana. *Ciência e Cultura*. Nº 36, junho/1984, pp.893-909.

RAMOS, Roberto. *Futebol: ideologia do poder*. Petrópolis: Vozes, 1984.

RODRIGUES FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 2ª ed.

ROSENFELD, Anatol. O futebol no Brasil. *Revista Argumento*. Ano I, nº 4, 1973, pp.61-75.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História Política do Futebol Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVEIRA, Osvaldo da. Do Velódromo ao Morumbi. In VÁRIOS AUTORES. *60 Anos de Futebol no Brasil.* São Paulo: Federação Paulista de Futebol, 1955.

SEBRELI, Juan José. *Fútbol y Masas*. Buenos Aires: Ed. Galerna, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. Sociologia do futebol. *Cadernos do Terceiro Mundo*. Nº 114, 1988, pp.66-71.

VÁRZEA, Paulo. (1955a). Começo e Desenvolvimento do Futebol em São Paulo. In VÁRIOS AUTORES. *60 Anos de Futebol no Brasil*. São Paulo: Federação Paulista de Futebol.

(1955b). A sociedade que criou e desenvolveu o futebol em São Paulo. In VÁRIOS AUTORES. *60 Anos de Futebol no Brasil*. São Paulo: Federação Paulista de Futebol.

WAHL, Alfred. Le footballeur français: de l'amateurisme au salariat (1890-1926). *Le Mouvement Social*. Nº 135, avril-juin 1986, pp.7-30.

ZANINI, Telmo. *Mané Garrincha. O anjo torto.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

Documentos e Jornais

Associação Atlética Matarazzo. Dados históricos no cinquentenário de sua fundação: 1914/1964. São Paulo, 1964.

Boletim Histórico Eletropaulo. Nº 5, fevereiro de 1986 e nº 7, setembro de 1986.

CUSTÓDIO, Dorival. *Amália: histórico*. Santa Rosa de Viterbo, 1973 (mimeografado).

ELETROPAULO. Departamento de Patrimônio Histórico. Employement Bureau, The SPT Light & Power Co. *Annual Report* 1934, 1935, 1940, 1945.

ELETROPAULO. Departamento de Patrimônio Histórico. Relatórios Anuais da Associação Atlética Light & Power (1930 a 1936); Relatório da Sociedade Esportiva Linhas e Cabos (1933) e Relatório do Clube Atlético Usina Cubatão (1952).

ELETROPAULO. Divisão de Recuperação de Documentos e Microfilmagem. The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd. Arquivo da Superintendência. Parks, amusements, feasts, etc. Sociedade Esportiva Linhas e Cabos and others clubs organized within the Co. Pastas 1 e 2.

ELETROPAULO. Divisão de Recuperação de Documentos e Microfilmagem. The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd. Arquivo da Superintendência. Parks, amusements, feasts, etc. and Associação Atlética Light & Power. Pastas de 1 a 7.

LAU, Afonso: Fábrica Bangu renasce aos cem anos. *O Estado de S.Paulo*, 21/1/1990, pág.11.

Notícias. ADC Eletropaulo. Maio de 1989.

O Trabalhador da Light. Nº 2, janeiro de 1934, ano III e novembro/dezembro de 1939, ano IX. (Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP).

QUERIDO, Homero M. Votorantim resgata história de seu futebol, um dos mais antigos do Brasil. *Mais Cruzeiro*. Nº 119, 23/3/1986, ano II, pág.1.

The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd. *Cinquenta anos de Progresso com São Paulo. 1900 - 1950.* São Paulo: Lanzara, 1950.